

**UNIVERSIDADE DE CAXIAS DO SUL
CENTRO DE CIÊNCIAS DAS HUMANIDADES**

GEOVANA ERLO

**MUSEU DE TERRITÓRIO DE GALÓPOLIS: UMA ESTRATÉGIA PARA A
PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO INDUSTRIAL E IDENTIDADE LOCAL**

**CAXIAS DO SUL
2019**

GEOVANA ERLO

**MUSEU DE TERRITÓRIO DE GALÓPOLIS: UMA ESTRATÉGIA PARA A
PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO INDUSTRIAL E IDENTIDADE LOCAL**

Monografia apresentada como requisito para obtenção do título de licenciada em História pelo Centro de Ciências das Humanidades da Universidade de Caxias do Sul.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Luiza Horn Iotti
Coorientadora: Prof^a. Dr^a. Eliana Rela

CAXIAS DO SUL

2019

GEOVANA ERLO

**MUSEU DE TERRITÓRIO DE GALÓPOLIS: UMA ESTRATÉGIA PARA A
PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO INDUSTRIAL E IDENTIDADE LOCAL**

Monografia apresentada como requisito para obtenção do título de licenciada em História pelo Centro de Ciências das Humanidades da Universidade de Caxias do Sul.

Aprovado em 11 de dezembro de 2019.

Banca Examinadora

Orientadora Professora Dra. Eliana Rela
Universidade de Caxias do Sul – UCS

Professora Dra. Vania Beatriz Merlotti Herédia
Universidade de Caxias do Sul – UCS

Dedico este trabalho à minha avó, Mercedes Antonioli Erlo, que antes de falecer, já com dificuldade em falar, me disse para nunca deixar de estudar.

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos meus pais, Zila Faoro Erlo e Cláudio José Erlo, pelo tempo e capital investido em minha formação, não medindo esforços para que eu cumprisse essa etapa.

Às queridas colegas Alexia Assoni, Angela Sbersi, Carla J. Born e Luiza E. de Oliveira pelas constantes trocas de experiências, referências e ombros para chorar – também oferecidos por Peterson A. dos Santos.

À toda comunidade de Galópolis, que com seus depoimentos, fontes e formas de enxergar a vida, auxiliaram a mim com o andamento deste projeto.

Ao Instituto Hércules Galló, instituição na qual atuo há mais de cinco anos, pela possibilidade de aproximação ao tema que pesquiso desde que lá comecei a trabalhar.

Às professoras Luiza Horn Iotti – orientadora – e Eliana Rela – coorientadora – de meu trabalho. Também agradeço às professoras Vania Beatriz Merlotti Herédia e Cristina Meneguello, que me auxiliaram com toda sua experiência e produção sobre história local e patrimônio industrial.

Fico agora pensando o que diria minha mãe, se fosse viva, ao ler estas páginas – ela nos deixou há dez anos e papai há quarenta. Certamente, balançando a cabeça, num suspiro, exclamaria: “Maria Vêrgine! Que menina atrevida! O que é que não vão dizer?”

Zélia Gattai
Anarquistas Graças a Deus (p. 271).

RESUMO

O objetivo deste estudo é analisar como a musealização do território de Galópolis promoveu a preservação do patrimônio industrial e da identidade local, observando também como a população do então bairro Galópolis, interior de Caxias do Sul – Rio Grande do Sul (RS) – Brasil, percebe a preservação do patrimônio industrial existente na região e de que forma o projeto interferiu na dinâmica dos processos culturais locais, frutos da dinâmica fabril inserida por meio da industrialização da região, preservando sua identidade. A localidade foi composta por terras devolutas do Estado e ocupadas por imigrantes italianos a partir de 1876, com a criação da primeira cooperativa têxtil da Região de Colonização Italiana quinze anos depois, e seu consequente desenvolvimento, suas transformações estruturais, suas permanências e ressignificações. Baseado nos aportes teóricos de Bourdieu (1989), Candau (2011), Chagas (2009), Chartier (1991), Choay (2006), Halbwachs (1990), Herédia (2017), Le Goff (1990), Portelli (1997) e Meneguello (2019), dentre outros, o trabalho apresenta, por meio da metodologia analítica, do método histórico e etnográfico, além de pesquisas bibliográficas, documentais e de campo, por meio da História Oral, os resultados que apontam a função de preservação da memória, da identidade, do patrimônio industrial e do pertencimento local que o Museu de Território de Galópolis assumiu desde agosto de 2019, quando foi inaugurado.

Palavras-chave: Patrimônio Industrial. Memória. Identidade. Preservação. Museu de Território de Galópolis.

RIASSUNTO

Lo scopo di questo studio è di analizzare come la musealizzazione del territorio di Galópolis ha promosso la conservazione del patrimonio industriale e dell'identità locale, osservando come la popolazione, dell'allora quartiere Galópolis, all'interno della città di Caxias do Sul – Rio Grande do Sul (RS) – Brasile, percepisce la conservazione del patrimonio industriale esistente nella regione e il modo in cui il progetto ha interferito nella dinamica dei processi culturali locali, risultato delle dinamiche della fabbrica, preservandone l'identità. Galópolis è stata costruita nelle terre libere del Rio Grande del Sud e, dal 1876 occupata da immigrati italiani che hanno creato la prima cooperativa tessile della regione di colonizzazione italiana quindici anni dopo. Poi con lo sviluppo, le sue trasformazioni strutturali, le permanenze e cambiamenti storici, ha creato la loro identità. Basato sui contributi teorici di Bourdieu (1989), Candau (2011), Chagas (2009), Chartier (1991), Choay (2006), Halbwachs (1990), Heredia (2017), Le Goff (1990), Portelli (1997) e Meneguello (2019), tra altri, il lavoro presenta, attraverso la metodologia analitica, il metodo storico ed etnografico, nonché ricerche bibliografiche, documentarie e sul campo, attraverso la storia orale, i risultati che evidenziano la funzione di conservazione della memoria, identità, patrimonio industriale e appartenenza locale che il Museo del Territorio di Galópolis ha assunto dall'agosto 2019, quando è stato inaugurato.

Parole chiave: Patrimonio Industriale. Memoria. Identità. Conservazione. Museo del territorio di Galópolis.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1- Mapa atual de Caxias do Sul desenhado sobre a Planta Geral da Colônia Caxias de João Spadari Adami (04 de julho de 1962).	27
Figura 2 - Fachada da Fábrica Alta do Lanifício Rossi.....	29
Figura 3 - Projeção de um lote colonial.....	30
Figura 4 - Lanifício Società Tevere e Novità.....	32
Figura 5 - Representantes da cooperativa do Lanifício Società Tevere e Novità.....	33
Figura 6 - Edwige Strona e Hércules Galló em 1915	34
Figura 7- Fachada das residências da família Galló	35
Figura 8 - Usina hidrelétrica de Galópolis em 1916.....	36
Figura 9 - Vila operária de Galópolis na década de 1910	37
Figura 10 - Círculo Operário Ismael Chaves Barcellos entre 1957 e 1958	38
Figura 11- Cooperativa de Consumo São Pedro em 1950.....	38
Figura 12 - Cine-Operário na década de 1960	39
Figura 13 - SindiGal em julho de 1951	39
Figura 14 - Festejo eucarístico no Colégio Particular Chaves Irmãos em 1937	40
Figura 15 - Igreja Nossa Senhora do Rosário de Pompéia na década de 1940	41
Figura 16 - Festa de Nossa Senhora do Rosário de Pompéia no Parque Ismael Chaves Barcellos na década de 1920.....	41
Figura 17 - Casarão da família Stragliotto em 1977	42
Figura 18 - Casarão da família Basso	43
Figura 19 - Fragmento do memorial de obra que evidencia o início do processo de restauro na Casa 02.....	73
Figura 20 - Fragmento do memorial de obra que evidencia o início do processo de restauro da Casa 01	74
Figura 21 - Planta baixa da expografia do 1º pavimento do núcleo do Museu de Território de Galópolis	76
Figura 22 - Planta baixa da expografia do 2º pavimento do núcleo do Museu de Território de Galópolis	77
Figura 23 - Convite para a inauguração da primeira fase do Museu de Território de Galópolis	78
Figura 24 - Convite para reunião do Museu de Território Fase II.....	80

Figura 25 - Convite para a inauguração da segunda fase do Museu de Território de Galópolis	82
Figura 26 - Parte externa do folder do Museu de Território de Galópolis	85
Figura 27 - Parte interna do folder do Museu de Território de Galópolis	86
Figura 28 - Elementos gráficos e narrativos do totem da Escola Ismael Chaves Barcellos.....	88
Figura 29 - Gráfico 1: Senso de pertencimento da população à Galópolis	92
Figura 30 - Gráfico 2: Avaliação quanto à pertinência da escolha dos pontos para a preservação da história e da identidade local	94
Figura 31 - Gráfico 3: participação da comunidade no projeto do Museu de Território de Galópolis	95
Figura 32 - Gráfico 4: avaliação quanto à aplicação do projeto do Museu de Território de Galópolis a outros espaços da comunidade.....	96

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Os âmbitos de intervenção das duas tipologias museais, segundo Hugues de Varine.....	55
Quadro 2 - Comparativo entre o conceito de patrimônio histórico e patrimônio industrial.....	62
Quadro 3 - Relações entre conceitos abordados	68

LISTA DE SIGLAS

AMOG	Associação de Moradores do Bairro Galópolis
CF/88	Constituição Federal de 1988
CNRC	Centro Nacional de Referência Cultural
COOTEGAL	Cooperativa Têxtil Galópolis
DPHAN	Departamento do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
FIATECI	Fiação dos Tecidos Portoalegrense
FNpM	Fundação Nacional Pró-Memória
IBRAM	Instituto Brasileiro de Museus
ICOM	<i>International Council of Museums</i>
ICOM BRASIL	Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de Museus
ICOMOS	<i>International Council of Monuments and Sites</i>
ICOMOS BRASIL	Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de Monumentos e Sítios
IHG	Instituto Hércules Galló
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
LANEROSI	Lanifício Rossi
LIC	Lei de Incentivo à Cultura
MINOM	Movimento Internacional para uma Nova Museologia
MTG	Museu de Território de Galópolis
ONU	Organização das Nações Unidas
PCH	Programa Integrado de Reconstrução de Cidades Históricas
RCI	Região de Colonização Italiana
RS	Rio Grande do Sul
S.A.	Sociedade Anônima

SINDIGAL	Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Fiação e Tecelagem de Galópolis
SPHAN	Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
TICCIH	<i>The International Committe of the Conservation of the Industrial Heritage</i>
TICCIH BRASIL	Comitê Brasileiro para a Preservação do Patrimônio Industrial
UNESCO	<i>United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization</i>
UNESCO BRASIL	Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	16
2 GALÓPOLIS: OS PROCESSOS DA PAISAGEM INDUSTRIAL	21
2.1 A HISTORIOGRAFIA REGIONAL E A IMIGRAÇÃO ITALIANA	23
2.2 A IMIGRAÇÃO ITALIANA E O SURGIMENTO DA INDÚSTRIA TÊXTIL.....	26
2.3 O DESENVOLVIMENTO DA INDÚSTRIA TÊXTIL E DA PAISAGEM INDUSTRIAL	34
3 MUSEU DE TERRITÓRIO, PATRIMÔNIO INDUSTRIAL E IDENTIDADE: CONCEITOS CONTEMPORÂNEOS	46
3.1 DE MUSEUS TRADICIONAIS AOS MUSEUS DE TERRITÓRIO	47
3.2 DE PATRIMÔNIO HISTÓRICO À PATRIMÔNIO INDUSTRIAL.....	55
3.3 MEMÓRIA COLETIVA E IDENTIDADE	63
4 MUSEU DE TERRITÓRIO DE GALÓPOLIS: UMA ESTRATÉGIA PARA A PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO INDUSTRIAL E IDENTIDADE LOCAL	69
4.1 O PROCESSO DE MUSEALIZAÇÃO DO TERRITÓRIO	71
4.2 A ESTRATÉGIA NARRATIVA E ICONOGRÁFICA.....	83
4.3 MUSEU DE TERRITÓRIO DE GALÓPOLIS: UMA ESTRATÉGIA PARA A PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO INDUSTRIAL E IDENTIDADE LOCAL	89
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	97
REFERÊNCIAS	99
FONTES PESQUISADAS	105
1 FONTES ESCRITAS	105
2 FONTES ICONOGRÁFICAS	107
3 FONTES VIRTUAIS.....	108
4 FONTES ORAIS	108
APÊNDICE	110
APÊNDICE A - ROTEIRO DE ENTREVISTAS PARA COLETA DE DADOS QUALITATIVOS	110
APÊNDICE B - QUESTIONÁRIO <i>GOOGLE FORMS</i> PARA COLETA DE DADOS QUANTITATIVOS	112
APÊNDICE C - GRÁFICOS DO <i>GOOGLE FORMS</i>	116

ANEXOS	122
ANEXO A - TERMO DE CESSÃO DE ENTREVISTA DE JOSÉ GALLÓ	122
ANEXO B - TERMO DE CESSÃO DE ENTREVISTA DE RENATO JOÃO DALL'AGNOL.....	123
ANEXO C - TERMO DE CESSÃO DE ENTREVISTA DE CHARLES TONET	124
ANEXO D - TERMO DE CESSÃO DE ENTREVISTA DE ROSA MARIA DILIGENTI.....	125
ANEXO E - TERMO DE CESSÃO DE ENTREVISTA DE OLIVIR JOSÉ NAVA.....	126
ANEXO F - TERMO DE CESSÃO DE ENTREVISTA DE RENATO SOLIO.....	127
ANEXO G - TERMO DE CESSÃO DE ENTREVISTA DE MARIA LOURDES DILIGENTI COMERLATO	128
ANEXO H - TERMO DE CESSÃO DE ENTREVISTA DE VANIA BEATRIZ MERLOTTI HERÉDIA	129
ANEXO I - TERMO DE CESSÃO DE ENTREVISTA DE LÍDIA MARIA NICOLETTI CANALE.....	130
ANEXO J - TERMO DE CESSÃO DE ENTREVISTA DE MARIA ANGELA FASOLO	131
ANEXO K - TERMO DE CESSÃO DE ENTREVISTA DE CARMEN FASOLO	132
ANEXO L - TERMO DE CESSÃO DE ENTREVISTA DE LÓRIS MARIA FORMOLO	133
ANEXO M - TERMO DE CESSÃO DE ENTREVISTA DE MARIA PATRÍCIA PINTO	134
ANEXO N - TERMO DE CESSÃO DE ENTREVISTA DE MÁRIO VITOR PINTO.....	135
ANEXO O - TERMO DE CESSÃO DE ENTREVISTA DE ZILÁ MARIA FELIPPI VIAL	136
ANEXO P - TERMO DE CESSÃO DE ENTREVISTA DE LUIZ ANTÔNIO FELLIPPI	137

1 INTRODUÇÃO

Galópolis é hoje um bairro localizado na zona sul da cidade de Caxias do Sul, – situada no nordeste do estado do Rio Grande do Sul (Brasil) – e possui uma história marcada pelo desenvolvimento da indústria lanieira, que ali foi instalada. Fundada no modelo de cooperativa em 1894 pelos primeiros imigrantes italianos que chegaram à região, a fábrica passou por diferentes fases – de cooperativa passou à companhia de tecidos em 1904, que transformou-se em sociedade anônima em 1921 e novamente em cooperativa no início do século XIX. Sua história cíclica foi permeada por constantes rupturas e permanências, mas a dinâmica fabril sempre esteve presente, organizando a localidade tanto dentro como fora do ambiente produtivo, perpassando os modos de viver perceber as relações sociais desenvolvidas entre os operários.

Ao longo dos 125 anos, que o lanifício completou em 2019, muitas estruturas foram construídas para garantir a permanência da mão-de-obra próxima ao local de trabalho, possibilitando também a consolidação de uma forte relação de dominação sobre os trabalhadores – como é o caso da vila operária, do círculo operário, da cooperativa de consumo, do cine-operário, da escola e da igreja, sem falar em tantas outras, como as residências de um dos proprietários da empresa, Hércules Galló, que além de controlar o fluxo de trabalho dentro do parque fabril, localizado em frente à sua moradia, também assumiu a figura de patriarca da região, cedendo seu sobrenome à vila que se desenvolveu gradativamente (Galópolis = cidade de Galló).

Em 2010, a família Galló ainda possuía a propriedade onde situavam-se as casas de Hércules, e, aliando suas demandas às da população local – que viam a preservação dos espaços de memória da região como necessária à manutenção de sua identidade – decidem criar o Instituto Hércules Galló, fundado em 2012 após um intenso processo de restauração das estruturas encontradas. Da iniciativa de restauro surgiram alguns questionamentos em torno da função que aquele espaço assumiria perante a comunidade, e o fundamento das respostas dadas iam desde a necessidade de patrimonialização dos elementos materiais, isto é, das edificações ainda presentes no cotidiano da vila, como das próprias relações de sociabilidade no seu interior e o meio onde se localizam, caracterizadas como elementos imateriais e

naturais também presentes. Optou-se, de tal forma, por garantir a preservação através da criação de um museu.

A partir deste momento, surgiu a necessidade de instituir uma equipe especializada para a organização do espaço, pensando desde os elementos expográficos e arquivísticos, até a possibilidade de expansão do projeto de patrimonialização dos outros espaços e relações imateriais e naturais locais. A museóloga Tânia Maria Zardo Tonet, por meio da sua empresa de memória corporativa – a 3T –, foi a responsável por este processo, que aliou uma equipe interdisciplinar, contando com arquitetos, jornalistas e alguns estagiários cedidos pelo convênio da Instituição com a Prefeitura de Caxias do Sul – onde me enquadro e começo a participar efetivamente do projeto como monitora cultural a partir de 2014. Das reflexões propiciadas dentro da equipe do Instituto Hércules Galló, surgiu a possibilidade de ampliação do museu, abarcando as demandas de preservação elencadas pela comunidade por meio do Museu de Território de Galópolis, idealizado no ano de 2012 ao longo de duas fases, e finalizado somente 6 anos depois, em 17 de agosto de 2019.

Ao longo de minha atuação no Instituto Hércules Galló, pude aproximar-me da área da História e da Museologia, compreendendo conceitos importantes como o de “patrimônio industrial” – área pouco pesquisada na cidade até então, embora esta tenha exemplares genuínos que retomam o processo de industrialização local – e de “museu de território” – que no âmbito da nova museologia e sua consequente ampliação de conceituação de museu, pôde abarcar as demandas da população que convive e faz parte do patrimônio da região. Mesmo conhecendo os conceitos e atuando na área, até então não havia tido a abertura necessária para pesquisar por meio da Instituição museal acerca das percepções que a comunidade, foco do projeto que visa musealizar do território, possui em relação a todo o processo – mas isso não impediu que eu efetivasse a pesquisa por outros meios.

Como a temática do patrimônio industrial e da nova museologia sempre estiveram presentes ao longo da minha formação profissional e ainda haviam lacunas a serem preenchidas, a necessidade de desenvolver uma pesquisa para a disciplina de Monografia II para a obtenção do grau de licenciada em História pela Universidade de Caxias do Sul representou a possibilidade de aprofundar o tema e tentar responder a problematização que sempre esteve presente dentro do Museu de Território de Galópolis: a musealização do território de Galópolis promoveu a

preservação do patrimônio industrial e da identidade local? De tal forma, minha pesquisa para o Trabalho de Conclusão de Curso inicia-se formalmente em fevereiro de 2019 e é finalizada em dezembro do mesmo ano – embora não tenha esgotado as possibilidades de pesquisa, ainda havendo lacunas a serem preenchidas.

O objetivo geral desta pesquisa, iniciada em março de 2019, gira em torno da problemática apresentada, buscando identificar como o Museu de Território de Galópolis possibilitou a preservação do patrimônio industrial e identidade local, mas não se restringe a ela, objetivando também:

- Observar como a população local enxerga a necessidade da preservação do patrimônio industrial local;
- Verificar de que forma a musealização do território de Galópolis interferiu na dinâmica dos processos culturais e na identidade local;
- Avaliar a possibilidade do projeto de musealização territorial abarcar outros espaços de memória da região;
- Dar voz à comunidade de Galópolis ao pesquisar suas percepções acerca do processo de musealização do território.

Para alcançar os objetivos propostos, optei pela utilização de diferentes métodos conforme fez-se necessárias análises distintas das fontes históricas obtidas, expressos ao longo dos três capítulos desenvolvidos a seguir. No primeiro capítulo, por exemplo, denominado “Galópolis: os processos da paisagem industrial”, optei pela pesquisa bibliográfica, contextualizando a história de Galópolis por meio dos referenciais teóricos de João Spadari Adami (1963, 1971), Lorraine Slomp Giron (1977), Luiza Horn Iotti (2001), Mario Gardelin (1993), Marlos Ferri (2018), Roberto Rivelino Fogaça do Nascimento (2009) e Vania Beatriz Merlotti Herédia (2017), ao longo das seções voltas para “a historiografia regional e a imigração italiana”, “a imigração italiana e o surgimento da indústria têxtil” e “o desenvolvimento da indústria têxtil e da paisagem industrial”.

A revisão bibliográfica também está presente no segundo capítulo, denominado “museu de território, patrimônio industrial e identidade: conceitos contemporâneos”, onde também faço uso do método analítico para propor reflexões em torno de fontes escritas, como as cartas de convenções museológicas pela patrimonialização da arquitetura industrial – dentre estas, a Carta de criação do ICOM (*International Council of Museums*), do ICOMOS (*International Council of*

Monuments and Sites) e do TICCIH (*The International Committee of the Conservation of the Industrial Heritage*), a Carta de Veneza, a Carta de Nizhny Tagil, a Carta de Campinas e os Princípios de Dublin. Para referenciar o processo de transformação dos conceitos trabalhados ao longo das seções “de museus tradicionais aos museus de território”, “de patrimônio histórico à patrimônio industrial”, “memória coletiva e identidade”, utilizo Alessandro Portelli (1997), André Desvallées e François Mairesse (2013), Claudia Marun Mascarenhas Martins e Giovanni Luigi Fontana (2012), Cristina Meneguello (2011), Daniel Calado Café (2007), Eduardo Romero de Oliveira (2017), Eric Hobsbawm (1984), Françoise Choay (2006), Jacques Le Goff (1990), Joël Candau (1998), Jules Michelet (1964), Mario de Souza Chagas (1999), Mario Moutinho (1993), Maurice Halbwachs (1968), Pierre Bourdieu (2003), Pierre Nora (1993), Raymond Williams (2011), Regina Abreu (2007), Roger Chartier (1991), Ronaldo André Rodrigues da Silva (2017), dentre outros.

Já no terceiro e último capítulo, denominado “Museu de Território de Galópolis: uma estratégia para a preservação do patrimônio industrial e identidade local”, no qual se concentra o foco da pesquisa em questão, opto pela metodologia analítica do método histórico e etnográfico tanto para as fontes escritas relacionadas à criação do Museu de Território, captação de incentivos fiscais para seu desenvolvimento e demais documentos apresentados pela equipe técnica do projeto para apresentá-lo à comunidade – expressa na seção “o processo de musealização do território” – como as fontes iconográficas e orais voltadas à divulgação do projeto em si (o projeto gráfico do folder e dos totens expostos ao longo do território musealizado, além do discurso de inauguração do projeto) – expressas na segunda seção, “a estratégia narrativa e iconográfica” – estas, também expressas na seção, denominada “a preservação do patrimônio industrial e identidade local”, onde analisa-se os dados qualitativos colhidos ao longo de 16 entrevistas com moradores ex-moradores locais, e os quantitativos¹, compostos por 116 respostas em um questionário virtual também por eles respondido.

Toda a análise feita ao longo dos três capítulos que segmentam a pesquisa corroboram para a comprovação da hipótese de que o Museu de Território de Galópolis trata-se de uma estratégia para a preservação do patrimônio industrial e da identidade local, pois a partir do momento que os totens expostos ao longo dos

¹ Tais fontes são consideradas quantitativas pois, embora também se construa uma análise em torno dos dados obtidos, visam, em suma quantificar opiniões divergentes do senso comum da região.

quinze espaços museais do território retomam informações – mesmo muitas destas já conhecidas e vivenciadas por alguns moradores – auxiliam na construção de uma identidade em torno daqueles que não viveram o “período de ouro” da região, mas foram incorporados à ela, também assumindo a função de disseminação da história que também ajudam a construir.

2 GALÓPOLIS: OS PROCESSOS DA PAISAGEM INDUSTRIAL

“A trama que tece as relações costuradas nessa história evidencia a força da cultura fabril, do operariado étnico e do sentimento de pertença que os une e que está presente na memória coletiva”

Vania Herédia

Galópolis é um bairro localizado na zona sul da cidade de Caxias do Sul, no nordeste do Rio Grande do Sul, que preserva até hoje muito dos resquícios que evidenciam as mudanças e permanências dentro da história local. Patrimonializados e assumidos pelos seus moradores como legítimos, estes registros históricos complementam a memória da região, por sua vez, baseada nas estreitas relações entre o processo imigratório italiano oficial, a formação de uma indústria têxtil com caráter paternalista, e a consequente constituição de uma identidade étnico-operária calcada sobre estes preceitos.

A América se tornou para muitos imigrantes pobres, a possibilidade de se tornarem proprietários ou de ascenderem socialmente, uma vez que a Itália recém-unificada priorizou a industrialização das cidades em detrimento do campo, o que ocasionou o êxodo rural, o desemprego e a miséria nas cidades até então sem precedentes. Criou-se um mito em torno do novo território. O Brasil, especificamente, tornou-se o “*paradiso de la cucagna*”² – chegar na nova terra era símbolo de riqueza e prosperidade, tanto no campo como nas cidades, e muitos percorreram longos e precários trajetos em navios abarrotados de pessoas para alcançá-la.

Todavia, nem todos que partiam de sua terra natal era de forma espontânea, almejando alcançar a “terra prometida”. Muitos emigrantes partiam fugindo de uma realidade de proletarização e exploração dentro das fábricas. Os ocupantes do espaço que viria a se tornar Galópolis anos mais tarde, tornaram-se um exemplo desse fator. Depois de terem seus salários diminuídos e as liberdades dentro do Lanifício Rossi – grande indústria lanieira localizada na cidade de Schio, norte da

² Termo cunhado pela historiografia e cinema locais – principalmente por José Clemente Pozenato (2000) e Mario Gardelin (2003), de forma a representar o imaginário de “fartura” (tradução literal da expressão advinda do *talian*) existente no novo espaço ocupado pelo imigrantes, onde corriam rios de vinho e queijos brotavam nas árvores.

Itália – reduzidas, decidiram organizar-se. Contudo, numa Itália em crise e sem direitos trabalhistas, a organização acarretou na expulsão – não apenas da indústria local, como também do próprio país.

Os ex-operários, sem outras opções, chegaram ao país e foram direcionados a um local onde não existiam queijos nas árvores e nem vinho nos rios, como previa o imaginário do país da *cucagna*, mas havia a possibilidade de não mais depender das relações de poder impostas pelo ex-patrão. Com o conhecimento técnico e o ambiente favorável encontrado nos novos lotes adquiridos, decidiram fundar a primeira cooperativa têxtil da região – primeiro passo para o desenvolvimento de um setor lanieiro marcado por figuras paternalistas, como é o caso de Hércules Galló, que dá nome à localidade. Conforme ressalta Herédia (2017, p. 253),

O empreendimento industrial teve várias denominações, que representam cada período de sua história. A primeira, de 1894 a 1904, foi chamada de Cooperativa Têxtil Società Tevere e Novità [...]. A segunda, de 1904 a 1912, foi gestada por Hércules Galló, com o nome de Companhia de Tecidos de Lã. A terceira, de 1913-1928, denominou-se Chaves & Irmãos, sendo de propriedade de Hércules Galló e da família Chaves & Almeida, até 1921. A quarta fase, 1928-1979 [...] tornou-se Sociedade Anônima Companhia Lanifício São Pedro. [...]. A quinta fase, de 1979-1999, teve como gestor o grupo Kalil Sehbe S.A., até 1999, quando passou para o controle dos operários, com o nome de Cooperativa Têxtil de Galópolis. A sexta fase tem início em 1999 até os dias atuais.

Para aprofundar mais o assunto, ao longo deste capítulo serão desenvolvidas três seções que se complementam e dão luz às relações entre o surgimento de um operariado étnico, o desenvolvimento da indústria têxtil a ponto de se tornar um polo lanieiro local e as relações de poder impostas dentro e fora do ambiente produtivo ao longo dos 125 anos do lanifício de Galópolis, completados em 2019.

Na primeira seção, denominada “a historiografia regional e a imigração italiana”, é trazida uma breve revisão bibliográfica acerca da produção historiográfica regional sobre a ocupação dos territórios devolutos do Estado e a imigração italiana. A segunda seção apresentada no capítulo intitula-se “a imigração italiana e o surgimento da indústria têxtil”, na qual serão abordados alguns aspectos que fundamentam a chegada dos primeiros imigrantes italianos na localidade e a consequente criação da primeira cooperativa têxtil da Região de Colonização Italiana (RCI). E a última seção, “o desenvolvimento da indústria têxtil e da paisagem industrial”, por sua vez, volta-se às reflexões em torno do desenvolvimento da indústria local, o seu retorno ao *modus operandi* original com a criação da

COOTEGAL (Cooperativa Têxtil de Galópolis), e a resignificação do uso de espaços criados ao longo da dinâmica fabril ali estabelecida.

2.1 A HISTORIOGRAFIA REGIONAL E A IMIGRAÇÃO ITALIANA

A história de Galópolis foi escrita pela primeira vez ao longo das primeiras produções historiográficas referentes à Caxias do Sul, cidade onde se situa. Esta produção foi bastante tardia, sendo escrita pela primeira vez, no Cinquentenário da Imigração Italiana no Rio Grande do Sul, comemorado no ano de 1925, e consistia em álbuns com função estritamente oficial de divulgação. Em 1950, vinte e cinco anos mais tarde, é organizado outro álbum, que até hoje é fonte de consulta para historiadores interessados na cultura regional. Em ambas produções, prezou-se pelo enaltecimento da figura do “europeu desbravador”, que chega em “terras selvagens” e as colonizam a partir do zero – tendência de valorização humanista latina³.

Essa mesma postura positivista dentro da historiografia irá orientar as produções seguintes feitas por João Spadari Adami⁴, que escreveu densos volumes publicados ao longo das décadas de 1960 e 1970, os quais descreviam (sem uma análise aprofundada) o surgimento e desenvolvimento do RCI. Estas pesquisas foram financiadas por Júlio João Eberle, industrial da metalurgia caxiense considerado um expoente da imigração para a região, o que justifica a tendência empregada nestas obras. Após a morte do historiador-barbeiro, seus arquivos – em sua grande maioria, documentos públicos – tornaram-se posse do município e até hoje servem de fonte para inúmeras pesquisas sobre a história local. Serão estes documentos, somados a outros adquiridos pelo município de Caxias do Sul por meio de doações espontâneas ou compra de acervos expressivos, que darão o escopo das pesquisas subsequentes.

³ O humanismo latino é um conceito cunhado no bojo das produções historiográficas, filosóficas e sociológicas, que visa a valorização do ser humano na esfera científica. As principais produções em torno do tema foram financiadas pela *Fondazione Casamarca – Casa di Rispano dulla Marca Trivigiana* – e trazidas ao Brasil por pesquisadores como Bombassaro (2004), Dal Ri (2001), Herédia (2003) e Paviani (2000).

⁴ Filho de imigrantes italianos que radicou-se na cidade de Caxias do Sul em 1929, trabalhando como barbeiro e alfaiate. Na sua barbearia mantinha o Centro Informativo da História Caxiense, onde armazenou por muitos anos vasta quantidade de fontes históricas acerca da cidade, sendo considerado o primeiro a trabalhar com a historiografia local (GARDELIN in TCACENCO, 1981). Do seu acervo originou-se o Arquivo Histórico Municipal João Spadari Adami.

Todas as obras feitas *a posteriori* acabariam por citar, direta ou indiretamente, a produção de Adami, primeira a trabalhar com a história de Galópolis, temática da pesquisa em questão. Dentre estas, em suma, seguindo uma linha econômica e política da História, encontram-se as densas pesquisas de doutoramento da professora titular do curso de Sociologia da Universidade de Caxias do Sul, Vania Beatriz Merlotti Herédia, intitulada “Processo de Industrialização da Zona Colonial Italiana” (2017), o compilado com a Legislação de 1847 a 1915 que orientaram a imigração organizado por Luiza H. Iotti, denominado “Imigração & Colonização” (2001) e a vasta produção de Mario Gardelin e Rovílio Costa, com enfoque na “Colônia Caxias: origens” (1993), que orientam este capítulo inicial. Outras obras fundamentais para a escrita deste trabalho são o livro “Caxias do Sul: Evolução Histórica” (1977) de Loraine S. Giron, a dissertação de Roberto R. F. do Nascimento, “A Formação Urbana de Caxias do Sul” (2009) e a de Marlos Ferri, denominada “Tecendo uma História: a Cooperativa Têxtil Galópolis” (2018).

Tais produções ressaltam o papel do Estado – tanto brasileiro quanto italiano – para o desenvolvimento do processo migratório italiano oficial que culminou com a ocupação do território hoje denominado Galópolis. Conforme ressalta Iotti (2001), o Decreto nº. 3.784 de 19 de janeiro de 1867 (p. 297 a 303); a Decisão nº. 214 – Agricultura, Comércio e Obras Públicas – de 30 de junho de 1871 (p. 307); o Decreto nº. 7.570 de 20 de dezembro de 1879 (p. 422); a Decisão nº. 702 – Agricultura, Comércio e Obras Públicas – de 24 de dezembro de 1879 (p. 422); a Decisão nº. 15 – Agricultura, Comércio e Obras Públicas – de 97 de abril de 1880 (p. 423); e o Decreto nº. 9.182 de 12 de abril de 1884 (p. 434), foram fundamentais para a vinda dos primeiros imigrantes italianos para a região nordeste do Rio Grande do Sul, composta por terras devolutas do Estado, e sua consequente ocupação. Entretanto, a ocupação do território devoluto tratava-se apenas de um dos objetivos da imigração oficial, que pode ser vista sob a ótica italiana e brasileira de diferentes formas.

A perspectiva italiana via a imigração como uma saída para resolver uma série de problemas políticos, econômicos e sociais. Segundo Giron (1977, p. 19-20),

Durante as guerras da unificação, e até 1919, a situação do Norte da Itália era bastante difícil. Súditos austríacos permaneciam no território italiano, enquanto italianos permaneciam no Trentino, que ficava sem bandeira e sem nação. [...] A Itália [também] sofria com a falta de capital. A nascente Revolução Industrial não podia florescer no país sem sua existência. Além

disto, o capital se encontrava nas mãos de poucos, que não se dispunham a empregá-lo em novas indústrias [e quando o faziam, remuneravam seus trabalhadores de forma insuficiente]. [...]. À miséria somava-se a displicência das autoridades constituídas e a falta de mobilidade social. O surto demográfico veio agravar a situação, não havia esperanças de melhorias, a esperança era a emigração”.

Ainda segundo Giron (1977, p. 21), no Brasil, a situação do último quartel do século XIX era oposta à Itália. Com a extinção do tráfico de escravos em 1850, o problema da mão-de-obra se fez presente, ainda mais com a escravidão que estava em vias de extinção. Surgiu a necessidade de um trabalhador livre, barato e especializado que além de trabalhar nas terras em desenvolvimento – principalmente na zona da cafeicultura –, poderiam ocupar territórios devolutos do Estado, e “branquear” a população brasileira, que segundo dados de 1800, possuía apenas um terço de sua população branca, o que ia contra as doutrinas higienistas do período. A conjunção destes fatores desencadeou o processo imigratório oficial – que não se restringiu somente a italianos, como também a alemães e açorianos no início do século XIX –, que veio a ocupar também o lugar hoje denominado Galópolis.

A região de Galópolis, propriamente dita, em seus primórdios, no ano de 1876, fazia parte do espaço destinado à colonização de terras devolutas do Estado no nordeste do Rio Grande do Sul. Estas terras, a partir da ótica lançada pela Lei de Terras de 1850, não possuíam proprietário, e sua ocupação restringia-se à povos nativos – fato este pouco presente na historiografia local devido à sua construção ideológica baseada na figura do “homem europeu desbravador”, o que ofusca a presença indígena local, mas não a torna menos importante – e estadias temporárias de tropeiros que cruzavam o território no intuito de chegarem a Porto Alegre, sendo consideradas, de tal forma, “inabitadas”, “selvagens” e “improdutivas”.

Com a chegada dos primeiros imigrantes italianos à região, iniciou-se o processo de industrialização, que teve seu berço no “*vale profundo*” por meio de uma cooperativa têxtil fundada por ex-operários de uma das indústrias de cunho paternalista mais conhecidas do norte italiano, denominada Lanifício Rossi (ou Lanerossi). O processo que culminou com a saída de cerca de 308 tecelões daquela fábrica exemplifica o período conturbado que o país passava na segunda metade do século XIX.

2.2 A IMIGRAÇÃO ITALIANA E O SURGIMENTO DA INDÚSTRIA TÊXTIL

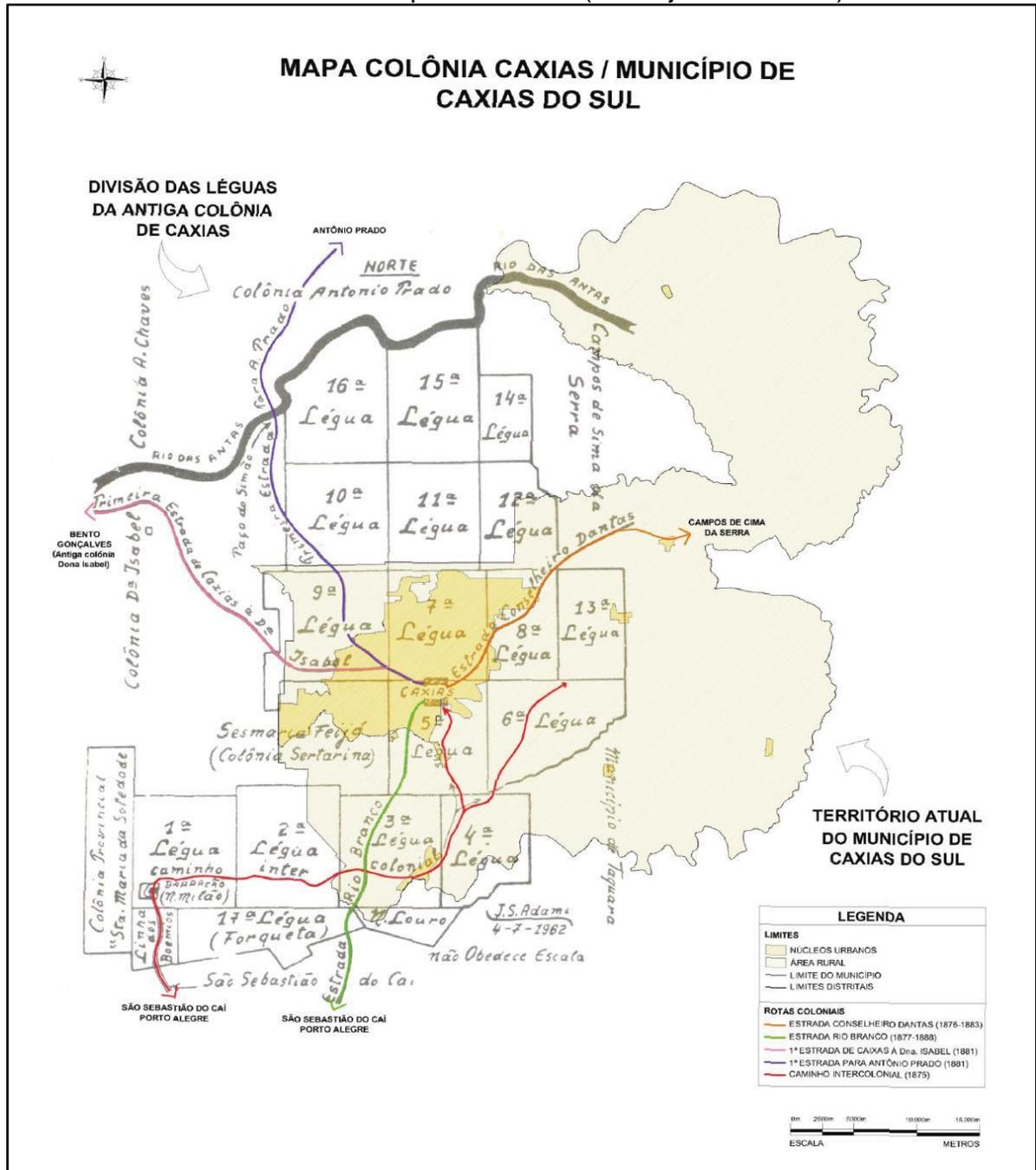
Conforme apontado, é impossível dissociar o processo imigratório do processo de ocupação dos territórios devolutos, e Galópolis é um exemplo claro deste fato – mesclada ao mito do “europeu desbravador e empreendedor”, característica comum à historiografia humanista latina, e ao processo de proletarianização daqueles imigrantes que desde a Itália compunham as camadas baixas da sociedade, reproduzindo a estrutura de poder dominante, surge à vila operária que até hoje é um dos principais símbolos da região. No entanto, é necessário compreender como é pensada e efetivada a ocupação deste território antes de relacionar suas estruturas de poder ao desenvolvimento da indústria.

Segundo Herédia (2017, p. 224), já

em 1876 encontram-se registros de famílias já radicadas na localidade, na época chamada de “Desvio de Morro”. Os primeiros colonos italianos que ali se instalaram faziam parte do programa oficial de imigração financiado pelo governo brasileiro, para ocupar e colonizar aquelas terras [devolutas]. Portanto, esses colonos eram proprietários de pequenos lotes, os quais se dedicaram a cultura de subsistência visto que o local era cercado de morros e não é propício à agricultura extensiva e à criação de gado.

A localidade era composta por parte dos lotes coloniais 11, 12 e 13 do Travessão Barata Góes da Quarta Léguas, expandindo-se posteriormente por meio dos lotes 70, 71 e 72 do Travessão Santa Rita na Terceira Léguas e parte dos lotes da Quinta Léguas, os 43, 44, 45 do Travessão Solferino. Era a região mais ao Sul dos então Fundos de Nova Palmira ou Colônia Caxias (atual Caxias do Sul), e, logo, um dos caminhos utilizados para se chegar às outras 14 léguas que compunham a colônia – totalizando 17 léguas – ou à capital do estado.

Figura 1- Mapa atual de Caxias do Sul desenhado sobre a Planta Geral da Colônia Caxias de João Spadari Adami (04 de julho de 1962).



Fonte: “Projeto Victur: Valorização do turismo integrado à identidade cultural dos territórios (Programa URB-AL)”, 2007, p. 68.

Conforme aponta o recenseamento, em 1890 já existiam cerca de 56 famílias que se estabeleceram nestes lotes caracterizados por uma condição geográfica bastante acidentada e por isso passaram a chamar a região por diversos nomes não-oficiais como *Vale del Profundo*, *Cascata da Quarta Léguas*, *Desvio de Morro* e *Le Machine* – sendo o nome Galópolis elegido anos mais tarde, em 1915, em honra

à Hércules Galló, imigrante italiano que é confundido pelo senso comum como fundador da indústria local, fato que não é sustentado pela historiografia do lugar. As características geográficas da região seriam responsáveis por criar uma espécie de imobilidade e distanciamento do resto da Colônia.

Segundo informações do Livro-Tombo da Paróquia de Galópolis (1936, p.1), juntar-se-iam às primeiras famílias do Vale Profundo – advindas do norte da Itália, principalmente do Vêneto – cerca de vinte e oito ex-operários de uma antiga indústria têxtil também do norte do país, na cidade de Schio, província de Vicenza, comumente conhecida como Lanificio Rossi. Conforme é apresentado no site da Associazione Archeologiaindustriale.net,

L'avvio della grande impresa tessile si deve a Francesco Rossi (1782-1845), già procuratore di lane nell'Alto Vicentino. La sua lungimiranza nella direzione dell'opificio fu colta dal figlio Alessandro (1819-1898), che nel 1845 divenne direttore del Lanificio. Quando nel 1873 il Lanificio F. Rossi si trasformò in Società Anonima con capitali italiani e stranieri e sede a Milano, egli rimase comunque alla testa dell'azienda, coinvolgendo i figli Giuseppe, Giovanni, Gaetano e Francesco e, nel 1879, garantendo la continuità della presenza familiare nell'impresa con il sistema delle gerenze.⁵

Embora esta narrativa foque no legado familiar da família Rossi, a sua abertura ao capital estrangeiro para consequente modernização em 1873, culminou com a primeira grande crise que a região viu, chegando a paralisar os seus mais de 12.000 fusos, que correspondiam à mais que a metade da produção de lã da cidade, caracterizada por ser um forte polo lanieiro.

⁵ Em tradução livre feita pela autora: “O início da grande empresa têxtil deve-se a Francesco Rossi (1782-1845), já advogado de lã na região do Alto Vicentino. Sua previsão na direção da fábrica foi tomada por seu filho Alessandro (1819-1898), que em 1845 tornou-se diretor do Lanificio. Quando, em 1873, o Lanificio F. Rossi se tornou uma empresa limitada com capitais italianos e estrangeiros, sediado em Milão, permaneceu à frente da empresa, envolvendo seus filhos Giuseppe, Giovanni, Gaetano e Francesco e, em 1879, garantiu a continuidade presença familiar na empresa com o sistema de gestão.”

Figura 2 - Fachada da Fábrica Alta do Lanifício Rossi



Fonte: Fachada do prédio da Fábrica Alta do Lanifício Rossi, em Schio. Autor: não identificado. Data: não identificada. Acervo do coletivo Arqueologia Industrial. Disponível em: <[https://archeologiaindustriale.net/935_la-citta-di-schio-e-il-lanificio-rossi-in-veneto/#prettyPhoto\[gallery\]/0/](https://archeologiaindustriale.net/935_la-citta-di-schio-e-il-lanificio-rossi-in-veneto/#prettyPhoto[gallery]/0/)>. Acesso em: 17 dez. 2019.

A organização dos operários perpetuou-se ao longo dos anos de 1890, o que acarretou em repressão direta e indireta. Um exemplo desta última, foi a diminuição de cerca de 20% do salário dos operários – já bastante diminuto – no ano de 1891, fator desencadeador de uma greve operária que reivindicou melhores condições e remunerações aos trabalhadores. Segundo Verona (1997, p. 2), o dia 17 de fevereiro daquele ano seria uma data a ser lembrada para sempre naquela cidade.

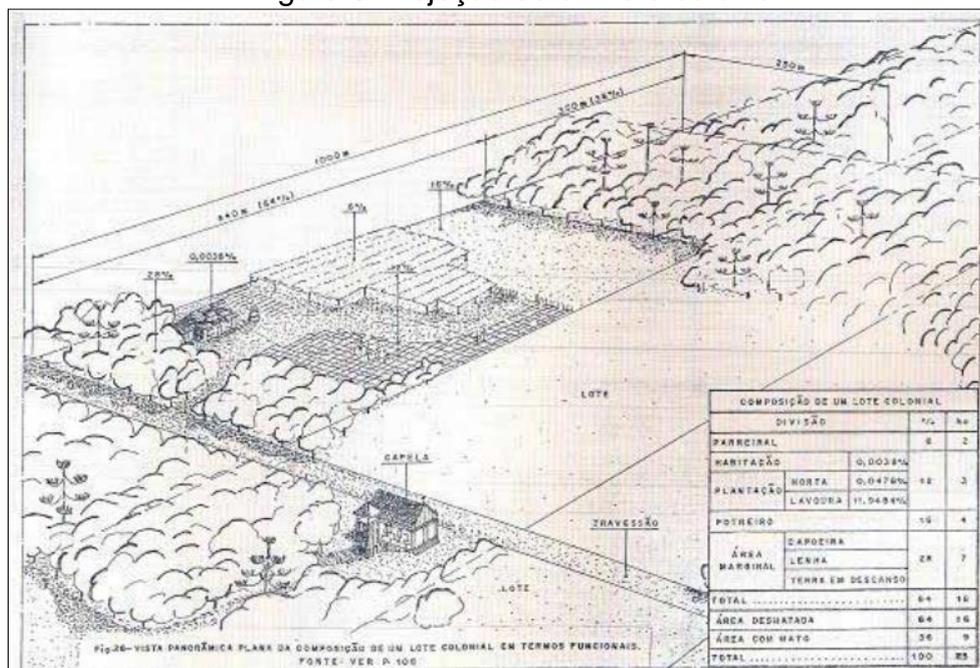
Seus 15 mil habitantes depararam-se, já nas primeiras horas matinais, ao soar das sirenes para a entrada das fábricas, com o tumulto de transeuntes, às centenas, subindo a *Via Palestro*. Descobriram assim, atônitos, que algo insólito estava em curso. A produção de tecidos no maior complexo fabril da cidade, mola mestra da economia industrial local, fora totalmente paralisada. Desde 1973, jamais se vira uma movimentação de operários dessa natureza. Centenas de trabalhadores do setor de tecelagem haviam cruzado os braços, unânimes, em protesto contra o anúncio feito pela direção da empresa de um iminente rebaixamento do preço das horas trabalhadas. A alcunha, que viria a ser aplicada a Schio, de ser uma "cidade vermelha numa província branca", começara aí a tomar consistência.

Embora a manifestação tenha tomado proporções massivas, neste período ainda não havia direitos trabalhistas institucionalizados, e a reação do Conde Rossi,

com medo do que a capacidade de organização de seus funcionários poderia ocasionar, foi dar duas opções aos grevistas solteiros: “*o gallera o Brasile!*” – “prisão ou o Brasil!”. De tal forma, os 308 operários responsáveis pela organização da paralização foram expulsos da Itália, sendo enviados ao Brasil a bordo do navio Adria (ADAMI apud HERÉDIA, 2017, p. 126). Alguns estabeleceram-se em São Paulo, principalmente no que viria a se tornar o bairro do Brás, mas outros – 28 deles – acabaram chegando no *profundo vale verde*⁶.

Os operários foram enviados através da Comissão de Colonização aos galpões da Terceira Léguas, onde foram redirecionados à Capela da Maternidade, na Quinta-Léguas, entre 1891 e 1892. Compraram (por meio de prestações que deveriam ser quitadas em até 5 anos) seus lotes de terra, que “variavam de 152 metros a 862 metros quadrados” (ADAMI, 1961, p. 22), próximos aos lotes dos outros colonos e suas famílias que já haviam se estabelecido no local. O principal objetivo para colonização dos lotes adquiridos era subsistência, no intuito de “ocupar o território e criar uma agricultura voltada para atender ao mercado interno, produzindo alimentos que a economia da época, baseada em produtos para exportação, não tinha interesse, nem instrumentos para fazê-lo” (NASCIMENTO, 2009, p. 318).

Figura 3 Projeção de um lote colonial



Fonte: RECH, Roberto. Levantamento do Loteamento da Colônia Caxias – Fase colonial: 1875. Caxias do Sul: 1984, p. 94.

⁶ mais um dos nomes para a região hoje denominada Galópolis.

Começaram a se dedicar à agricultura de subsistência, mas esta não era propícia para o clima e o relevo que encontraram – bastante semelhante ao de Schio. Por todos os lotes adquiridos pelos primeiros imigrantes, cortava um arroio, o que poderia ser útil para a geração de energia livre. “Em 1894, a ideia de fundar um lanifício semelhante àquele deixado na Itália começou a surgir entre esse grupo de emigrantes [...]” (ADAMI *apud* HERÉDIA, 2017, p. 127), que em 29 de janeiro de 1898, depois de muitos processos burocráticos com a Intendência dos Fundos de Nova Palmira e o retorno de Giuseppe Berno, imigrante que foi ao país natal buscar teares para trazer à nova terra, efetivou-se, com a criação da cooperativa *Società Tevere e Novità*, que se tornou a primeira cooperativa têxtil da Região de Colonização Italiana (RCI).

Segundo a carta escrita por Giuseppe Formolo – um dos 28 cooperativados no primeiro lanifício – aos seus pais na Itália em 1897 (HERÉDIA, 2017, p. 124),

[...] Abbiamo mandato in Europa a comprare una macchina e posta qua ci è venuta a costare 28.000 fiorini ed ora l'abbiamo messa in opera ed è distante da me 1 ½ ora, la va ad qua, la casa lo fatta io, cioè sono stato capo d'uomini soltanto a segnare ed i altri a mettere a posto, la casa é de 40m, di larghezza e 40 di lunghezza con 38 finestre di 120 per 160 cm.rna si aveste da vedere adesso il concorso della popolazione per vedere questa macchina é un sproposito, fino ieri l'altro sono pure statto segretario di questa canceleria, ed adesso mi hanno dimesso da questo impiedo e mi hanno meso capo della comissione la situazione si chiama (Novità) e la società si chiama Tevere cioè il nome del fiume che pasa per Roma, entro 2 mesi spero che si dara principio al lavoro di tessitura. [...].⁷

⁷ Em tradução livre feita pela autora: “[...] Enviamos à Europa para comprar uma máquina que veio a custar 28.000 ‘fiorini’ e agora a colocamos no lugar, que fica há uma hora e meia de distância de mim [...] eu fiz a casa, ou seja, eu mesmo fiz dos homens apenas para ensinar os outros a colocá-la no lugar [...] a casa é de 40 metros de largura e 40 metros de comprimento, com 38 janelas de 120 por 160cm. Você tinha que ver agora o alvoroço da população para ver essa máquina, é um exagero, até ontem o outro secretário ‘desse’ chanceler, e agora eles me demitiram deste [impiedo] e me tornaram ‘meio-chefe’ da comissão que na situação se chama (Novità) e a sociedade se chama Tevere que é o nome do rio que passa por Roma [...] dentro de dois meses, espero que o trabalho de tecelagem comece.

Figura 4 - Lanifício Societá Tevere e Novitá em 1903



Primeira foto do Lanifício Societá Tevere e Novitá. Na moldura frontal lê-se "Ao prezado amigo Orestes Manfro que vendo nesta photographia, [...] da fábrica / de Galópolis, [...] / em 23.5.1925. Alceu Barbedo". Lê-se no verso: "Exterior da Fábrica de Tecidos / em Caxias situada na 5ª Léguas / e distante da villa duas leguas / e meia / 10-3-903". Autor desconhecido. Data: 10 de março de 1903. Fonte: Arquivo Histórico Municipal João Spadari Adami.

Figura 5 - Representantes da cooperativa do Lanifício Società Tevere e Novità



Representantes do primeiro lanifício da Região de Colonização Italiana, o Società Tevere e Novità, oriundos da greve de Schio (Lanifício Rossi) de 1981. Em pé da esquerda para a direita vê-se José Comerlato e José Berno; sentados, José Casa, José Bolfe e João Batista Mincato, em frente ao antigo galpão onde localizava-se o Lanifício na Quinta-Légua. Autor: não identificado. Data: segunda metade da década de 1890.
Fonte: Instituto Hércules Galló.

Embora o lanifício chamasse a atenção dos moradores locais e, em um primeiro momento, por se tratar da primeira indústria têxtil da localidade, tenha se saído relativamente bem nas vendas, não tardou a falir na primeira metade da década de 1910. Neste período, o Rio Grande do Sul começava a adquirir certa importância no cenário industrial nacional pela sua produção de matérias primas que estimulava principalmente a tecelagem – de tal forma, muitos lanifícios (que utilizavam a lã da ovelha, criada extensivamente nas regiões mais planas do Estado) começaram a se desenvolver na Região. Devido à grande oferta e pouca procura, muitos desses empreendimentos acabaram falindo – como é o caso da *Società Tevere*, dos primeiros operários que ocuparam o *Vale Profondo*. Com problemas administrativos, baixo investimento de capital (feito majoritariamente pelos próprios membros da cooperativa) e o aumento da oferta de produtos de outras regiões para além da RCI, com o desenvolvimento do comércio, a indústria dos operários de Schio faliu.

2.3 O DESENVOLVIMENTO DA INDÚSTRIA TÊXTIL E DA PAISAGEM INDUSTRIAL

É neste cenário de crise da indústria precursora da tecelagem na região que entra em cena a figura de Hércules Galló, hoje visto como empreendedor e patriarca da localidade, inclusive, dando nome a ela (Galópolis = cidade de Galló). Filho de um industrial da área têxtil na cidade de *Biela*, localizada em *Piemonte* na Itália, veio para o Brasil em 1899 – mesmo ano que é fundada a cooperativa *Tevere*, não sendo, de tal forma, o único responsável pelo desenvolvimento econômico da região, como comumente é associado pela ideologia positivista – já com poder aquisitivo advindo da venda do parque fabril do pai na cidade natal (HERÉDIA, 2003, p. 40). Possuía uma especialização, sendo então um mestre tecelão, diferente da grande maioria dos pequenos proprietários rurais e artesãos que viam-se obrigados a migrar para o Brasil.

Figura 6 - Edwige Strona Galló e Hércules Galló em 1915



Edwige Strona Galló e Hércules Galló durante a comemoração de 25 anos de casamento. Autoria: não identificada. Data: 1915. Fonte: Instituto Hércules Galló.

Antes da chegada no “Desvio de Morro”, Galló e sua família (esposa e dois filhos; o terceiro nasceria em Galópolis) passaram um período em outros lanifícios no Rio de Janeiro e em Porto Alegre – respectivamente, o Cotonifício Sociedade

Botafogo e a Fiação de Tecidos Portoalegrense (FIATECI) –, onde expandiu ainda mais seu capital individual. Em ambos empreendimentos, Galló desempenhou o papel de químico tintureiro, herdado do trabalho com o pai, o que traria mais possibilidades de emprego para onde quer que fosse.

Trabalhando em Porto Alegre, ele toma conhecimento da cooperativa que estava falindo na serra gaúcha por meio de um informe no jornal “O Cosmopolita” do dia 22 de janeiro de 1903, e decide conhecer a região, estabelecendo-se na Quarta-Légua a partir de então. Adquire parte do empreendimento localizado na légua seguinte em 1904 e o transfere para um lote maior, cortado pelo Arroio Pinhal e que tinha ao fundo a Cascata Véu de Noiva, construindo logo em seguida sua primeira residência, bem em frente ao novo espaço do lanifício no *vale verde*; sua segunda residência passa a ser edificada em 1908, ano que compra a outra metade da fiação que ainda estava nas mãos da cooperativa, tornando-se único proprietário e investidor do negócio. As duas casas, atualmente, são tombadas como patrimônio histórico desde 2010 e foram restauradas, passando a abrigar, em 2012, o Instituto Hércules Galló, que serve como núcleo de implantação do projeto de musealização do território de Galópolis (BUENO, 2012, p. 75).

Figura 7 - Fachada das residências da família Galló

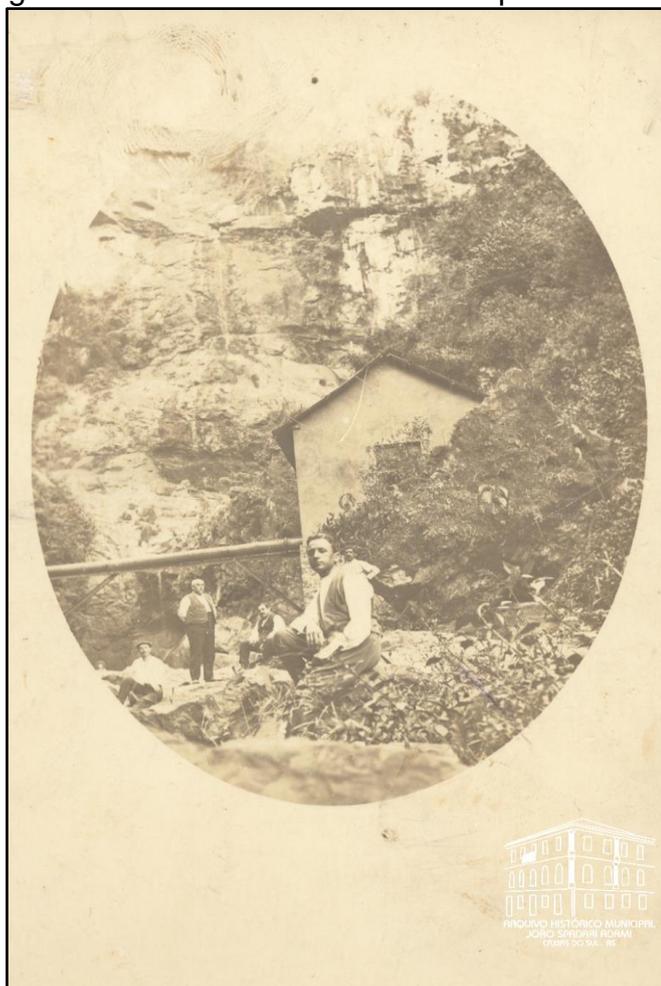


Vista da primeira residência da família Galló (à direita), construída em 1904, e da segunda (à esquerda), edificada em 1908 e tornada núcleo do Museu de Território de Galópolis a partir do ano de 2015. Autoria: não identificada. Data: não identificada.
Fonte: Acervo Instituto Hércules Galló.

Galló passa a desenvolver o negócio adquirido e implantando uma série de inovações tecnológicas que ampliaram a atuação da então Companhia dos Tecidos de Lã (nomenclatura dada após sua compra definitiva) no cenário comercial da RCI. Dentre as mudanças trazidas por Galló, a principal foi à implantação do primeiro alternador de energia elétrica junto à queda da cascata próxima, o que possibilitou um exponencial aumento na produção e inúmeras melhorias para a vida no entorno da fábrica, que recebeu energia elétrica antes mesmo do que o centro da Colônia Caxias. Ainda segundo Herédia (2003, p. 47),

a atividade comercial de Hércules Galló levou-o a conhecer a Casa Comercial Chaves & Almeida, sendo que anos mais tarde [em 1912] o grupo [...] tornou-se sócio do empreendimento localizado no *Vale del Profondo* [...].

Figura 8 - Usina hidrelétrica de Galópolis em 1916

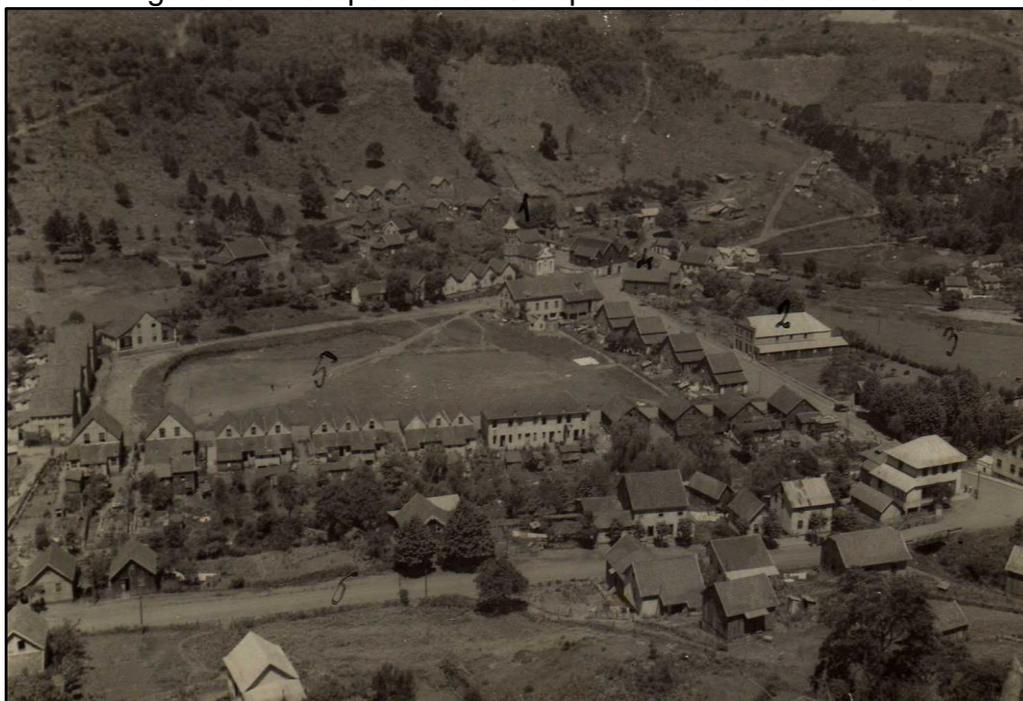


Grupo de homens, entre eles Hércules Galló (ao fundo), ao lado da usina instalada na queda d'água da Cascata Vêu de Noiva, com a intenção de gerar energia elétrica para o lanifício e a vila operária locais. Autoria: não identificada. Data: 1916.

Fonte: Arquivo Histórico Municipal João Spadari Adami.

A sociedade com os Chaves & Almeida representaria o auge da atividade comercial da empresa, que passa a se chamar Chaves & Irmãos e se populariza à nível estadual e nacional. É neste período, em 1912, que as principais “ações afirmativas” são tomadas em relação ao operariado: no mesmo ano é iniciada a construção da vila operária que abrigaria e manteria os operários próximos do emprego – parafraseando Lopes *et al* (1987, p. 15), o objetivo principal de sua existência é a imobilização da mão de obra, o que significaria menos custo com deslocamento e obrigaria os operários a permanecerem na empresa até quitarem suas dívidas pela ocupação de casas que não os pertenciam –, com a criação, inclusive, de elementos que iriam para além da moradia.

Figura 9 - Vila operária de Galópolis na década de 1910



Vista da área central da vila operária, composta por um grande campo de futebol para o divertimento dos operários, ampliando sua capacidade produtiva, antes da construção da praça e da Igreja de Nossa Senhora do Rosário de Pompéia, em 1947. Autoria: não identificada. Data: década de 1910. Fonte: Associação de Moradores do Bairro Galópolis.

Outros espaços criados para garantir a sociabilidade e a divisão de classes e poderes na vila, para além da própria vila operária, são o Círculo Operário Ismael Chaves Barcellos – que contava com “uma biblioteca, um excelente restaurante, um salão de festas, onde ocorriam casamentos e festas da vila” (HERÉDIA, 2017, p. 239) –, a Cooperativa de Consumo São Pedro Ltda. – que vendia produtos não fornecidos na localidade aos operários –, o Cinema Operário – para divertimento dos

trabalhadores, que conseqüentemente se tornavam mais produtivos – e o Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Fiação e Tecelagem do Distrito de Galópolis, desfilado ao do centro da então cidade de Caxias.

Figura 10 - Círculo Operário Ismael Chaves Barcellos entre 1957 e 1958



Construção da nova sede social do Círculo Operário Ismael Chaves Barcellos, inaugurada em 1964, em frente à praça e à vila operária. Originalmente, o Círculo funcionava em um prédio de madeira desde sua fundação em 16 de novembro de 1929, que é destruído após a inauguração do novo prédio. Autoria: não identificada. Data: entre 1957 e 1958. Fonte: Instituto Hércules Galló.

Figura 11- Cooperativa de Consumo São Pedro em 1950



Prédio do Lanifício São Pedro ligado ao Círculo Operário, onde situava-se a Cooperativa de Consumo São Pedro (na esquina) fundada em 24 de abril de 1939. A edificação inaugurada no final da década de 1940, também oferecia barbearia, mercearia, ambulatório e jardim de infância aos operários e seus familiares. Autoria: não identificada. Data: 1950. Fonte: Instituto Hércules Galló.

Figura 12 - Cine-Operário na década de 1960



Fachada do cinema pós-1965, quando vira propriedade da Mitra Diocesana sob a tutela do padre Angelo Mugnol, que manteve Victório Diligenti, antigo proprietário, como gerente até 1967. Originalmente construído em 1929, o prédio de madeira que abrigava as primeiras projeções principalmente de filmes de "bang bang", recebe o revestimento de alvenaria que mantêm-se até hoje. Autoria: Maria da Graça Soares. Data: Segunda metade da década de 1960. Fonte: Jornal Pioneiro.

Figura 13 - SindiGal em julho de 1951



Comunidade do bairro e alunos do Grupo Escolar Paraná prestigiando a inauguração da nova sede própria do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Fiação e Tecelagem de Galópolis, inaugurada em 1951 na então Av. Presidente Vargas, 901. Autoria: Studio Geremia. data: julho de 1951.

Fonte: Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias de Fiação e Tecelagem de Galópolis (SindiGal).

Alguns elementos “oficiais” também foram criados para garantir a imobilidade e tecnicidade da mão-de-obra do Lanifício, como a Escola Ismael Chaves Barcellos – que garantia a possibilidade de “*leggere, scrivere e calcolare per essere alcuno nella vitta*” (LUCHESE, 2007, p. 12) –, onde, sob o comando das irmãs do Sagrado Coração de Maria e do pároco local, que vivia próximo à Igreja Nossa Senhora do Rosário de Pompéia – segunda igreja da região, construída em 1947 para ostentar a “grandeza” de Galópolis –, organizavam-se apresentações da banda marcial João Laner Spinatto, que apresentava-se em festejos organizados pelo próprio Lanifício no local que hoje compõe a Praça Duque de Caxias – mas que originalmente tinha a função também de campo de futebol, outro fator unificante do operariado local.

(...) a preocupação com a vila por parte de quem a gerenciava manifestava-se em todas as esferas: da questão educativa, religiosa, sanitária, social à recreativa, justificada sempre com o fim de suprir as necessidades básicas da comunidade operária, como se pode observar nos tipos de atividades desenvolvidas pela fábrica. (HERÉDIA, 2017, p. 41).

Figura 14 - Festejo eucarístico no Colégio Particular Chaves Irmãos em 1937



Padre João Schiavo, com as crianças da primeira comunhão, ao lado do prédio do Colégio Particular Chaves Irmãos. À esquerda, João Laner Spinatto, gerente do Lanifício São Pedro. Autoria: Sisto Muner. Data: 1937. Fonte: Foto Muner.

Figura 15 - Igreja Nossa Senhora do Rosário de Pompéia na década de 1940



Construtores da nova Igreja Matriz, também operários do Lanifício São Pedro, nos andaimes durante os últimos acabamentos na edificação. A autoria: Sisto Muner. Data: Segunda metade da década de 1940. Fonte: Foto Muner.

Figura 16 - Festa de Nossa Senhora do Rosário de Pompéia no Parque Ismael Chaves Barcellos na década de 1920



Festejo em honra à Nossa Senhora do Rosário de Pompéia no centro da Vila Operária, onde funcionava o Parque Ismael Chaves Barcellos e foram dispostos brinquedos e uma fonte devido à ocasião. A autoria: não identificada. Data: Década de 1920.

Fonte: Associação de Moradores do Bairro Galópolis.

Para além dos espaços “oficiais” criados pelo Lanifício, criaram-se outros, espontâneos à criação da Vila Operária, como é o caso da Casa Stragliotto e do Armazém Basso, destinados à venda de “secos e molhados”, proporcionando a movimentação do capital dos operários para além do que era produzido pela indústria local, o que também passou a moldar o padrão de consumo e a estética dos moradores.

Figura 17 - Casarão da família Stragliotto em 1977



O casarão da Família Stragliotto em um registro para uma matéria sobre a Serra Gaúcha da revista Vogue Brasil. Na época, térreo abrigava um bar. Autoria: Luis Crispino/Vogue Brasil. Data: 1977. Fonte: Família Stragliotto.

Figura 18 - Casarão da família Basso



O casarão da família Basso construído ao longo da década de 1920, onde funcionava o Armazém Basso, em frente ao Hotel Basso, que localizava-se do outro lado da rua (à direita). Autoria: não identificada. Data: não identificada.

Fonte: família Basso.

A utilização e ressignificação destas edificações criadas a partir da dinâmica industrial e paternalista que perpassou os processos culturais da região continuaram a ocorrer de diferentes formas a partir de 1921, quando Hércules Galló falece – segundo os laudos médicos oficiais por apendicite –, pois o lanifício continuou exercendo seu papel de organizador da vida no seu entorno. Todavia, a partir de 1928, a família Galló, que ainda possuía ações na empresa, acaba vendendo-as diante da nova perspectiva que esta assumiu: tornou-se Sociedade Anônima Companhia Lanifício São Pedro – com as chaves dos portões do céu como símbolo – e aumentou ainda mais sua produtividade com a implantação de novas tecnologias na produção.

A tradição paternalista da indústria têxtil local perdurou até 1979, ano que o Lanifício São Pedro, sob a administração dos Chaves & Almeida, acaba falindo e é criado o Lanifício Sehbe S.A., sob a administração do Grupo Alfred, representado, por sua vez, pela Fundação Kalil Sehbe S.A. A partir da nova administração, o Lanifício passa a investir na diversificação de matérias-primas para a criação de tecidos, como é o caso da seda. Passam a plantar amoreiras no interior do parque

fabril, o que além de atrair o bicho-da-seda, também atraiu garças, pássaros que desde a segunda metade da década de 1980 encontraram o local ideal para sua moradia, permanecendo ali até os dias atuais e atraindo a curiosidade de muitos moradores.

Embora continuassem com os clientes que mantiveram o Lanifício São Pedro aberto por tantos anos, na metade da década de 1990, passaram a enfrentar dificuldades. Conforme destaca Alfredo Sehbe na entrevista ao *Jornal Pioneiro* (1999, p.11 *apud* HERÉDIA) eram muitas as causas das dificuldades financeiras e fiscais, dentre elas – além da já citada diversificação da matéria-prima –, as políticas neoliberais que abriram as portas para a importações e congelou o câmbio, o que acarretou, no contexto de globalização, na falência de cerca de 50% dos lanifícios brasileiros, perda de clientes e na impossibilidade de fornecimentos institucionais devido à dívida interna do governo, sem falar dos invernos de 1997 e 1998 que prejudicaram a alta safra devido ao pouco frio.

Na percepção dos trabalhadores, havia a crença, por se tratar de um lanifício onde muitos nasceram e viveram a vida toda envolvidos em seu desenvolvimento, que as dificuldades seriam superadas por meio do trabalho. Na percepção dos proprietários, a família Sehbe, que nessa época era uma das famílias mais destacadas da sociedade econômica caxiense, acreditava que os problemas econômicos seriam resolvidos e que o Lanifício continuaria em funcionamento por mais difícil que essa situação ficasse ao longo dos meses de 1998. Assim arrastou-se essa situação até o início de 1999. (FERRI, 2018, p. 90).

Com salários atrasados há mais de seis meses e pagamentos somente por meio de vales para troca na Cooperativa de Consumo e nos armazéns da região, os operários não viram mais perspectiva de continuar nesta situação dentro da administração do Grupo Alfred, e decidem organizar uma greve geral, parando toda a produção de trinta e um de março de 1999 até oito de junho do mesmo ano, conforme ata do sindicato da primeira sessão do ano de 2000.

O Grupo Alfred ofereceu algumas alternativas para um possível desfecho do conflito, que foram analisadas pelo operariado local. Após muitas negociações que se deram por meio do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Fiação e Tecelagem de Galópolis (SindiGal) até o dia sete de junho de 1999, foi criada a Cooperativa Têxtil de Galópolis (COOTEGAL), com a participação de 32 associados no sistema de cooperativa de trabalho, que quitou as dívidas trabalhistas e mantém-se ativa até hoje, dando continuidade à tradição do operariado étnico local.

“A Cooperativa, na origem denominada ‘Società Tevere e Novità’, passou por várias estruturas administrativas, começando como cooperativa, depois como indústria da lã, sociedade anônima, até novamente retornar a sua estrutura inicial de cooperativa.” (FERRI, 2018, p. 15). De tal forma, pode-se afirmar que a história cíclica se faz presente na história de Galópolis, que teve sua formação e desenvolvimento dados por meio das relações de trabalho e identidade com a indústria local, oriunda do processo imigratório oficial italiano.

3 MUSEU DE TERRITÓRIO, PATRIMÔNIO INDUSTRIAL E IDENTIDADE: CONCEITOS CONTEMPORÂNEOS

[...] a definição de instrumentos ou linhas de ação museológicas permite o desenvolvimento de atividades voltadas à continuidade da memória do trabalho, do trabalhador, da técnica e da tecnologia que se alicerçam na promoção mútua e organização de entidades e instituições que visem seu desenvolvimento.

Ronaldo André Rodrigues da Silva (TICCIH Brasil)

Os termos “museologia”, “patrimônio” e “identidade” são recorrentes nos campos da pesquisa e na área da cultura brasileira. Conquanto, a relação entre conceitos cunhados a partir destas perspectivas, como “museus de território”, “patrimônio industrial” e “identidade étnica-operária”, não são encontradas com frequência nas produções do país. Esta característica se dá devido à contemporaneidade destes termos, inseridos nos debates acadêmicos internacionais desde a segunda metade do século XX, mas adaptados à realidade brasileira somente a partir da década de 1990.

A responsabilidade pela inserção destes conceitos contemporâneos, adaptados à cultura brasileira, parte da criação de um série de instituições e órgãos voltados à pesquisa aprofundada em torno da aplicabilidade da nova museologia – com o conceitos de ecomuseu e seus desdobramentos – ao contexto cultural brasileiro, comumente associado a elementos mercadológicos e turísticos, mas que abrange inclusive as relações produtivas criadas em torno da industrialização do país e o conseqüente surgimento e ampliação do termo patrimônio industrial, que passa a compor também o desenvolvimento da paisagem e identidade industrial brasileira e sua musealização e patrimonialização recorrentes nos últimos anos.

Dentre as proposições construídas a partir de uma relação entre os conceitos de patrimônio industrial e suas implicações no campo da museologia tem-se a busca por uma maior compreensão e ampliação de seu alcance. As possíveis aplicações englobam desde aquelas consideradas tradicionais, cujas experiências museológicas compreendem os centros de memória empresariais, às concepções

inovadoras, como a que é abordada por esta pesquisa. Dessa maneira, a definição de instrumentos ou linhas de ação museológicas permite o desenvolvimento de atividades voltadas à continuidade da memória do trabalho, do trabalhador, da técnica e da tecnologia que se alicerçam na promoção mútua e organização de entidades e instituições que visem seu desenvolvimento.

É a partir desta prerrogativa que se estabelecem algumas reflexões nas seções que compõem este capítulo. Na primeira, denominada “de museus tradicionais aos museus de território”, busca-se debater as transformações do contexto de aplicabilidade da museologia e da nova museologia no Brasil, passando da perspectiva positivista dos gabinetes de curiosidades à abrangência do ecomuseu e seus desdobramentos. Ao longo da segunda seção, reflete-se acerca do papel de resignificação que o termo “patrimônio” assume, tanto no ponto de vista nacional como internacional, e as divergências entre as duas visões “de patrimônio histórico à patrimônio industrial”. Já na terceira e última seção do capítulo, “identidade e memória coletiva”, explora-se a relação entre tais concepções à luz dos conceitos trabalhados anteriormente e à realidade presente em Galópolis, foco da pesquisa em questão.

3.1 DE MUSEUS TRADICIONAIS AOS MUSEUS DE TERRITÓRIO

A palavra “museu” aparece pela primeira vez na história no contexto da Grécia antiga. Originada a partir do termo “*mouseion*” (*μουσειον* em grego), denominava o templo das nove musas, ligadas a diferentes ramos das artes e das ciências, filhas de Zeus com Mnemosine, divindade da memória (CHAGAS, 1999, p. 20). Esses templos, diferentemente da perspectiva que a instituição museal assume hoje, não eram destinados à reunião de coleções de objetos, mas à contemplação do cientificismo presente na literatura e nas artes. Esta concepção em torno do significado de um museu, embora ainda hoje seja intrinsecamente relacionada à ciência, à literatura, à arte e à memória, irá passar por resignificações ao longo do tempo e do espaço.

Com o surgimento da Biblioteca de Alexandria, o termo museu é incorporado, passando a ser entendido enquanto um fórum, local de discussão através dos vestígios materiais e imateriais das culturas para a produção do conhecimento e de

construção da própria identidade, exercendo uma importante função de distinção de poderes (DESVALÉES; MAIRESSE, 2013, p. 26). Com a sua destruição, o termo é banido, e de tal forma, as práticas museológicas adotadas nos séculos seguintes serão nomeadas de outras maneiras, como os gabinetes de curiosidades, as galerias, os antiquários e o colecionismo de particulares em geral, normalmente associados à figuras principescas da medievalidade e início da modernidade como símbolos de poder e dominação, uma vez que tais espaços eram restritos à nobreza.

A partir do século XIV, conforme destaca Choay (2006, p. 52-58), humanistas, artistas e cientistas provocam o deslocamento das práticas de colecionamento e de seus significados principalmente em torno da ideia de antiguidade, fortalecendo a busca pelos seus vestígios. Estes, por sua vez, passam a ser percebidos como portadores de significados: curiosidades exóticas e naturais, objetos de arte e instrumentos científicos. Os gabinetes, as galerias de pintura, de escultura e as bibliotecas tornam-se ferramentas de pesquisa e, novamente, de sinalização de poder e intelectualidade, uma vez que passam a comercializar a excepcionalidade dos objetos expostos.

As coleções passam a se especializar – isto é, começam a ser ordenadas racionalmente de forma a construir uma linearidade narrativa para o visitante. Organizadas a partir de critérios que obedeciam à ordem natural e o progresso científico obtido principalmente entre os séculos XVII e XVIII, as expografias dessas primeiras experiências museais abandonam paulatinamente a função exclusiva de saciar a mera curiosidade, voltando-se para a pesquisa e para a ciência pragmática e utilitária. Muitas dessas coleções acabaram por preservar acervos que são expostos até hoje em museus, principalmente os de história natural idealizados sob uma perspectiva tradicional.

O final do século XVIII e o início do século XIX é momento de rupturas e grandes transformações nos modelos ideológicos e sociais vigentes – esse é o período da Revolução Francesa, da afirmação do ideal iluminista, da transição para a chamada era industrial e de ressignificação do termo “museu”, abandonado até então. Nesse cenário localiza-se o estabelecimento do denominado museu tradicional ou museu ocidental moderno, cujos fundamentos permanecem fortes até a primeira metade do século XX – e, por vezes, até a atualidade. Segundo Santos (2002, p. 122) e Abreu (2007, p. 141), a criação destas instituições faz parte do processo de criação de memórias coletivas, tradições inventadas, políticas

comemorativas dos Estados Nacionais Modernos e a transferência das coleções da esfera privada para a pública, o que proporcionou maior acessibilidade ao conhecimento de caráter universalista.

Conforme indica Suano (1986, p.28), “[...] no ano de 1791, as assembleias revolucionárias propuseram, e a Convenção Nacional aprovou em 1792, a criação de quatro museus, de objetivo explicitamente político e a serviço da nova ordem.” Esses quatro museus, como identifica Chagas (2002, p.48), são os seguintes:

1º o **Museu do Louvre**, inaugurado em 1793, no dia 10 de agosto (marco da queda da monarquia), exalta a civilização, realiza o elogio da nação e destaca a sua participação no concerto universal como herdeira dos valores clássicos ocidentais e para isso privilegia as obras de artes consagradas colocando ao seu lado, posteriormente, artefatos de povos “primitivos” e de países colonizados; 2º o **Museu dos Monumentos**, inaugurado em 1795, constitui um dos arquétipos do “museu-memória”, objetiva reconstruir o passado grandioso da nação, celebrar e comemorar o grande feito; 3º o **Museu de História Natural**, inaugurado em 10 de junho de 1793, surge a partir do Jardim Real de Plantas Medicinais e volta-se para o desenvolvimento científico classificatório, naturalmente ordenador, uma vez que a história da natureza é também a revelação da ordem natural dos seres e das coisas e 4º o **Museu de Artes e Ofícios**, orientado para as ocupações técnicas e realizações práticas, instalado em 1802, como o *Conservatoire des arts et métiers*.⁸

Ainda na França revolucionária, o valor nacional legitimou todos os outros no que tange à conservação dos monumentos históricos, sendo estes: valores cognitivos ou educativos (portadores de valores de conhecimento específico e gerais, testemunhas da história, introdução a uma pedagogia geral de civismo, dotando os cidadãos de uma memória histórica, mobilizando o sentimento de orgulho e superioridade nacionais); valores econômicos (fornecimento de modelos para as manufaturas, possibilidade de visitação); e/ou valores artísticos (arte como conceito indefinido e a noção de estética mal havia chegado), papel pedagógico para a formação dos artistas.

Os valores traçados pela Revolução Francesa serão consolidados nesse mesmo período por toda a Europa, também preocupados em estabelecer um senso de pertencimento e memória nacional. Em 1808 surgiu o Museu Real dos Países Baixos, em Amsterdã; em 1819, o Museu do Prado, em Madri; em 1810, o Altes Museum, em Berlim, e em 1852, o Museu Hermitage, em São Petesburgo, antecidos pelo Museu Britânico, 1753, em Londres, e o Belvedere, 1783, em

⁸ Grifos do autor.

Viena (JULIÃO, 2006, p. 21). Posteriormente, tais perspectivas de valoração da história por meio de museus alcançaram também os países periféricos – muitos, ainda colônias, das potências europeias “humanistas”.

Uma dessas colônias era o Brasil, que também iniciou obras voltadas à construção de uma identidade coletiva unificada sob a bandeira do Império ao longo do século XIX. O marco inicial da prática de musealização do patrimônio nacional foi a criação do Museu Real – atual Museu Nacional, destruído por um incêndio em setembro de 2018 – em 1818, mas adquirindo o caráter científico já disseminado pela Europa somente anos mais tarde, no final do século XIX. Outras instituições museais continuaram seguindo esta perspectiva cientificista e etnográfica até depois da década de 1930, quando órgãos responsáveis pela regulamentação destes espaços foram criados, como é o caso do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), criado em 1937, transformado em Departamento do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (DPHAN) nove anos depois, e em Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) no ano de 1970. No ano de 2009 foi criado também o Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM).

Em termos gerais, desde a virada do século XX, os museus cresceram exponencialmente em número e diversidade, e as reflexões sobre seu estatuto e sua função social aos poucos vão assumindo um papel determinante. A criação da *Museums Association*⁹, em 1889 na Inglaterra, e a *American Association of Museums*¹⁰ em 1906 nos Estados Unidos, corroboram com esta tese, uma vez que estas associações foram criadas para discutir questões relacionadas ao museu enquanto instituição e a Museologia enquanto área de estudo em ascensão. A evolução do pensamento museológico e a consolidação epistemológica da Museologia também são características do período que culminou com a criação do *International Council of Museums (ICOM)* associado à *United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization (UNESCO)* em 1946.

Conforme assinala Hugues de Varine-Bohan – diretor do ICOM durante os anos de 1965 a 1974 –, até então, a grande maioria dos museus tinham como objetivo promover a arte, a cultura e a ciência, contribuindo para o prestígio da cidade onde se localizam, de uma autarquia, de um mecenas ou um intelectual, ainda restringindo-se a um público elitizado e sua realidade distante da grande

⁹ Associação de Museus.

¹⁰ Associação Americana de Museus.

maioria da população “menos culta”. Bourdieu (2003, p. 69), corrobora com a visão de Varine, afirmando que “[...] é incontestável que nossa sociedade oferece a todos a possibilidade pura de tirar proveito das obras expostas nos museus, ocorre que somente alguns têm a possibilidade real de concretizá-la”, institucionalizando o poder simbólico.

A falta de acessibilidade às populações não-elitizadas é uma realidade até hoje. Contudo, a partir da década de 1960, algumas iniciativas começam a ser tomadas por membros do ICOM diante da crescente insatisfação política e a movimentos de democratização da cultura, realidade que atingia diferentes países do mundo – principalmente os profundamente marcados pelas heranças neocolonialistas. Gradativamente, os museus iniciam um processo de reformulação de suas estruturas, procurando compatibilizar suas atividades com as demandas da sociedade. A criação do Centro Nacional de Arte e Cultura Pompidou em 1971, em Paris, misto de museu e centro cultural, é um claro exemplo da quebra dos paradigmas museais impostos até o momento.

A década de 1970 será responsável por abranger marcos fundamentais para a constituição de uma museologia inclusiva. Em Paris, Dijon e Grenoble (França), no ano de 1971, ocorre a IX Conferência Internacional do ICOM, na qual proclamou-se que a “revolução do museu será radical ou o museu desaparecerá!” (CHAGAS, 2003, p. 264). Neste evento é cunhado o termo “ecomuseu” e junto dele, o de “museu de território”, concebido para definir os museus que envolvem as comunidades locais em seu território, prezando a preservação da sua história e seu desenvolvimento. Inscursões mais aprofundadas sobre a metodologia da nova tipologia museal são feitas no evento também promovido pelo ICOM no ano seguinte, que culminou com a Declaração da Mesa Redonda de Santiago do Chile (1972). Segundo Café (2007, p. 51), o documento foi fundamental para pensar os elementos de uma museologia emancipadora, tratando de questões como:

- as transformações sociais, económicas e culturais que são um desafio para a museologia;
- as assimetrias entre os países desenvolvidos e subdesenvolvidos;
- a problemática do desenvolvimento da sociedade e a necessidade de uma reflexão alargada a todos os sectores da sociedade e não apenas a uma elite, sendo que os museus poderão proporcionar um contributo inestimável para a reflexão sobre esta problemática;
- que este contributo irá enriquecer os museus e não desvalorizá-los ao abrir os seus horizontes a outras áreas de pensamento, dando natural importância às áreas da educação, a agricultura, o meio ambiente e urbanismo. O museu deverá portanto, desempenhar um papel activo nas questões sociais, económicas e culturais por meio de acções educativas.

Estas discussões iniciais foram essenciais para o desenvolvimento da tipologia denominada “ecomuseu” e seus consequentes desdobramentos – como os museus comunitários, os sítios naturais musealizados, as cidades-monumento, os museus virtuais (posteriormente) e o próprio museu de território, temática da pesquisa em questão. Tais reflexões propiciam o desenvolvimento da Declaração de Québec no ano de 1984, tida como resultado das propostas provenientes da realização do Ateliê Internacional de Ecomuseus, que visava permitir a troca de experiências de ecomuseologia e a criação de uma nova perspectiva museal que se contrapusesse à museologia tradicional. Dentre outros pontos, conforme ainda ressalta Café (2007, p.52), o documento abordou questões como

- a utilização de testemunhas materiais e imateriais, e serem passíveis de constituir colecções;
- a questão de ordem social tendo por base a investigação e a interpretação, encaminhando soluções e identificando problemas;
- o museu extrapolando os seus limites físicos do edifício propriamente dito, procurava a sua inserção nos meios desfavorecidos tentando gerar o desenvolvimento comunitário, criar postos de trabalho e, assim, ser um factor de revitalização da economia;
- a actuação da museologia como forma de proporcionar uma evolução democrática da sociedade;
- o facto de o processo de exposição museológica assumir o carácter de utilização permanente, enquanto instituição formativa rejeitando o carácter de contemplação até então instituído;
- o museu deve reconhecer e valorizar as culturas de todos os grupos humanos, inseridos na sua envolvência.

Ainda no mesmo ano (1984), é desenvolvida também a Declaração de Oaxtepec, que novamente reafirmou os ideais estabelecidos pelas entidades museológicas ao longo das décadas de 1960 e 1970, com ênfase na interdisciplinaridade do museu e “introduzindo ainda uma nova noção: o movimento da nova museologia estabelece uma relação indissociável entre o indivíduo, o património e o território” (CAFÉ, 2007, p. 53). De tal forma, novamente são ressaltados os preceitos basilares da nova museologia, voltados à aplicação de métodos de socialização e partilha dos bens culturais, que são democratizados, possibilitando seu acesso à extratos mais amplos da sociedade.

Com base no âmbito estabelecido pelas declarações citadas, em 1985 é criado em Lisboa (Portugal) o Movimento Internacional para uma Nova Museologia (MINOM), que passou a propor mudanças pragmáticas na atuação dos museus e suas relações com a comunidade em seu entorno, fundando a sociomuseologia ou museologia social – desdobramento da mudança paradigmática da nova

museologia. Este órgão tornou-se responsável pelo fomento à uma série de encontros que ocorreram ao longo da década de 1990. O evento mais conhecido, ocorrido na Venezuela, culminou com a criação do documento considerado o mais abrangente dentro da Museologia escrito em até 1992, denominado Declaração de Caracas. Ainda segundo Café (2007, p. 54-55), ao se comparar o conteúdo e as noções apresentadas nos documentos de Santiago do Chile e de Caracas verifica-se que apresentam muitos pontos em comum, mesmo tendo se passado vinte anos entre a criação de um e outro. Alguns destes pontos são:

- denunciar a desigualdade social existente na sociedade;
- questionar o papel da instituição museal que deve ser algo mais do que aquilo que até então se preconizava;
- promover a ideia de que um museu deve estar ao serviço da sociedade, utilizando o património como recurso para estimular a consciência crítica;
- alertar para a responsabilidade política do profissional dos museus;
- salientar a importância da formação profissional dos museus;
- e a ideia de que o museu é um instrumento de desenvolvimento local.

O MINOM até hoje desempenha o importante papel de promoção da cooperação no campo museológico internacional em prol de iniciativas fundamentadas na compreensão ampliada de museu, tido como instrumento para a construção de identidades e desenvolvimento social de comunidades. Conforme destaca Mário Moutinho, presidente da organização entre os anos de 2007 e 2011, a atuação do Movimento contempla até hoje a realização de conferências internacionais anuais, a partir das quais são produzidas novas declarações que atualizam os conceitos teóricos e empíricos da instituição museal – como é o caso da Declaração Minom Rio (2013), a Declaração Minom Havana (2014), a Declaração de Córdoba e a Missiva de Nazaré (ambas de 2016) –, sempre reafirmando os princípios da nova museologia anunciados em Santiago do Chile (1972) e Quebec (1984).

Ao lado do MINOM, o ICOM no Brasil também representa um órgão que revisa os valores dos museus no país. Segundo o informe oficial da presidente Renata Vieira da Motta (disponível no site do ICOM Brasil)¹¹, a definição de museu até então tida como mais atual datava de 2007 e precava que

A museum is a non-profit, permanent institution in the service of society and its development, open to the public, which acquires, conserves, researches, communicates and exhibits the tangible and intangible heritage of humanity

¹¹ Disponível em: <http://www.icom.org.br/?p=1828>.

*and its environment for the purposes of education, study and enjoyment. (ICOM, 2007).*¹²

Todavia, surgiu a necessidade de atualização da proposta de atuação dos museus, repensada e publicada no mês de setembro de 2019. Nesta,

*Museums are democratising, inclusive and polyphonic spaces for critical dialogue about the pasts and the futures. Acknowledging and addressing the conflicts and challenges of the present, they hold artefacts and specimens in trust for society, safeguard diverse memories for future generations and guarantee equal rights and equal access to heritage for all people. Museums are not for profit. They are participatory and transparent, and work in active partnership with and for diverse communities to collect, preserve, research, interpret, exhibit, and enhance understandings of the world, aiming to contribute to human dignity and social justice, global equality and planetary wellbeing. (ICOM, 2019).*¹³

Conforme ilustra a nova definição de museu proposta pelo ICOM e por oposição à noção de museologia tradicional, que centraliza a sua ação nos objetos e na coleção, a museologia contemporânea promove a existência de instituições museais abertas e conscientes da relação que possuem com o meio social em geral e com a comunidade em particular (MOUTINHO, 1993, p. 8). A nova museologia vem exigir ao museu que se transforme de uma instituição estática e encerrada em si mesma, num espaço mais dinâmico e centrado na sociedade.

A perspectiva de um museu de território, de tal forma, também difere amplamente do museu tradicional. O museu de território, conforme aponta Mairesse e Desvalées *apud* Oliveira (2015, p. 42), é voltado prioritariamente para a comunidade na qual ele está instalado, servindo para que ela se reconheça nele, e que através disso ela seja por si mesmo valorizada, contribuindo para a manutenção de sua identidade. Comumente os objetos em um museu de território permanecem em seu âmbito original, são inventariados, mas não necessariamente recolhidos para dentro de uma instituição, eles continuam fazendo parte da vivência dos

¹² Tradução livre para o português feita pela autora: “Um museu é uma instituição permanente, sem fins lucrativos, a serviço da sociedade e de seu desenvolvimento, aberta ao público, que adquire, conserva, pesquisa, comunica e exibe a herança tangível e intangível da humanidade e de seu ambiente para fins educacionais, estudo e diversão.” (ICOM, 2007).

¹³ “Os museus são espaços democratizadores, inclusivos e polifônicos para o diálogo crítico sobre o passado e o futuro. Reconhecendo e enfrentando os conflitos e desafios do presente, eles mantêm artefatos e espécimes em confiança na sociedade, salvaguardando diversas memórias para as gerações futuras e garantindo direitos iguais e acesso igual ao patrimônio para todas as pessoas. Os museus não têm fins lucrativos. Eles são participativos e transparentes e trabalham em parceria ativa com diversas comunidades para coletar, preservar, pesquisar, interpretar, exibir e aprimorar entendimentos acerca do mundo, visando contribuir para a dignidade humana e a justiça social, a igualdade global e o bem-estar mundial.” (ICOM, 2019).

indivíduos, servindo a eles. De tal forma, a tríade clássica formada por edifício, coleção e público é ampliada para território de ação, patrimônio coletivo e comunidade de habitantes. Assim, o museu pode ser compreendido enquanto instituição ou processo que lida com o patrimônio material, imaterial e natural por meio de sua coleta, registro, salvaguarda, pesquisa, difusão e educação, atuando junto à sociedade e visando seu desenvolvimento cultural e socioeconômico.

Quadro 1 - Os âmbitos de intervenção das duas tipologias museais, segundo Hugues de Varine

MUSEOLOGIA TRADICIONAL	NOVA MUSEOLOGIA
Edifícios	Território
Coleções	Patrimônio
Público determinado	Comunidade participativa
Função educativa	Função pedagógica entendida como base para o desenvolvimento local

Fonte: Varine *apud* Café (2015).

3.2 DE PATRIMÔNIO HISTÓRICO À PATRIMÔNIO INDUSTRIAL

O conceito contemporâneo de “patrimônio” perpassa a palavra cotidianamente utilizada: patrimônio econômico, financeiro, imobiliário, entre outros, indo além e abarcando também a noção de patrimônio cultural (material/tangível ou imaterial/intangível), artístico, arquitetônico, histórico, etnográfico, arqueológico, ecológico e tantas outras definições que abarcam o amplo conceito de “cultura” – incluindo o industrial, foco da atual pesquisa. Todas essas categorias de patrimônio remetem a determinados tipos de construções, rupturas e permanências dentro da sociedade, tornando o conceito “nômade”¹⁴ (CHOAY, 2006, p. 11).

Todo o trabalho, o esforço e as relações políticas e econômicas envolvidas nas produções materiais (a produção de uma variedade imensa de objetos) e imateriais (toda uma vasta gama de conhecimentos, técnicas, tradições, símbolos, etc.) de uma sociedade podem ser entendidos como “bens” que se complementam entre si. Os indivíduos desenvolvem ligações profundas com esses bens, que

¹⁴ Termo aqui apresentado por Choay no sentido de refletir a constante transformação pela qual o conceito de patrimônio passa.

contribuem para a formação de suas identidades. O conjunto de bens de uma determinada comunidade acaba tornando-se referências espaciais e temporais dos sujeitos, de tal forma que se torna praticamente impossível pensarmos no ser humano despido de qualquer objeto, de qualquer “bem” cultural (KNACK, 2012).

A sociedade brasileira, tendo em vista sua ampla gama de bens tidos como patrimônios, foi precursora no desenvolvimento do termo “patrimônio cultural”, servindo como exemplo para outras nações a partir da década de 1940. Esta constatação leva ao questionamento de como isso ocorreu no território nacional, e este, por sua vez, só pode ser verificado mediante análise crítica do contexto em que as discussões acerca da temática se pautaram.

A concepção de “patrimônio” – aqui tido como “bens produzidos por nossos antepassados, que resultam em experiências e memórias, coletivas ou individuais” (ROCHA, 2012, p. 1) – passou por inúmeras transformações ao longo do tempo, de acordo com os contextos sociais, políticos, econômicos e suas demandas para a construção da sociedade. O patrimônio possui a capacidade de estimular a memória das pessoas historicamente vinculadas a ele, e por isso, é alvo de estratégias que visam a preservação ou desmantelamento.

De acordo com o contexto e as necessidades que pautam a transformação social, surgem novas concepções acerca do termo em questão, refletindo o período e o espaço em que as discussões se inserem. O conceito como hoje o conhecemos surge na essência da transformação dos meios de produção, por meio da Revolução Industrial e, das novas perspectivas políticas e sociais que a Revolução Francesa trouxe (OLIVEIRA, 2017, p. 313). Esta mudança de perspectiva repercutiu por toda a Europa, como também nos países por ela colonizados – inclusive o Brasil, embora Portugal ainda não pautasse discussões profundas a ponto de transformar concepções patrimoniais.

A intenção por trás da valorização de um determinado bem vinha por sua capacidade de remeter à exaltação da nacionalidade. O “patrimônio” aqui, era tido como “patrimônio histórico”, sempre remetendo à construção elitista da História Oficial, onde os bens tidos como “patrimônio” eram os “monumentos”. Jacques Le Goff (1990, p. 536), ao referir-se ao termo monumento em latim, explica que:

[...] o *monumentum* é um sinal do passado. Atendendo suas origens filosóficas, o monumento é tudo aquilo que pode evocar o passado, perpetuar a recordação, por exemplo, os atos escritos. [...] O monumento tem como características o ligar-se ao poder de perpetuação, voluntária ou

involuntária, das sociedades históricas [...] é um legado a memória coletiva e o reenviar a testemunhos que só numa parcela mínima são testemunhos escritos.

Assim, ao fazer referência ao monumento, a concepção de Patrimônio Histórico assume postura elitista ao associar como bem a ser preservado somente aquilo que é permeado por uma função histórica dentro da História Oficial, que buscava enaltecer a figura dos grandes nomes e das datas comemorativas. Além de tirar a propriedade de todo bem cultural que não remeta aos “fatos históricos”, o termo “histórico” refuta a preservação de bens contemporâneos, validando somente como suscetível a intervenção o que fez parte da história da construção da identidade nacional.

Até meados da segunda metade da década de 1930, o Brasil também fazia uso da historiografia e dos patrimônios históricos para a construção e consolidação da identidade nacional. A música, a dança, a literatura, dentre tantas outras manifestações artísticas pautavam a figura do “herói nacional” – incitando a figura do indigenista e do bandeirante, mesmo que uma fosse antagônica à outra. A arte e o desenvolvimento da Semana de Arte Moderna (1922) no Brasil foram fundamentais para a criação de diversos órgãos que fomentaram a preservação desta perspectiva cultural.

Na esfera pública, a criação das Inspetorias Estaduais de Monumentos nos estados da Bahia, de Minas Gerais e Pernambuco, ainda nos anos 20, assim como a elevação de Ouro Preto à condição de Monumento Nacional, em 1933, e a criação da Inspetoria de Monumentos Nacionais, em 1934, estabeleceram antecedentes indispensáveis à consolidação da ideia. (TORELLY, 2012, p. 8).

Conforme já citado na seção anterior, em 1937 o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) foi criado, por encomenda do Ministério da Educação e Saúde, e passou a constituir-se como referência central para a elaboração do Decreto-Lei Nº 25¹⁵, que estabeleceu o conceito de patrimônio cultural e criou o instrumento do tombamento no país. O SPHAN, mais tarde, tornar-se-ia o Departamento do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (DPHAN) e posteriormente o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) – que, embora não tenha o “cultural” no nome, trata-se de uma importante ferramenta para a valorização cultural no país.

¹⁵ Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/Del0025.htm

A nível internacional, somente em 1945 a UNESCO foi fundada, com o objetivo de garantir a paz por meio da cooperação intelectual entre as nações, acompanhando o desenvolvimento mundial e auxiliando os Estados-Membros na busca de soluções para os problemas que os desafiam. É a agência das Nações Unidas que atua até hoje nas áreas da Educação, das Ciências Naturais, das Ciências Humanas e Sociais, da Cultura, Comunicação e Informação (Carta de Fundação da UNESCO¹⁶, 1945).

O evento que marcou a postura de preservação patrimonial pela Instituição foi a decisão de construir a grande represa *Assuan* no Egito, com a qual se inundaria o vale em que se encontravam os templos de *Abu Simbel*, remanescente da antiga civilização egípcia. Em 1959, solicitada pelos governos do Egito e do Sudão, a UNESCO decidiu lançar uma campanha internacional que acelerou as pesquisas arqueológicas nas áreas que seriam inundadas. Sobretudo os templos de *Abu Simbel* e *Filae* foram então completamente desmontados, transportados a um terreno a salvo da inundação e l  montados novamente – na época, um exemplo positivo de preserva o.

A partir do sucesso da sua primeira campanha preservat ria, a UNESCO desenvolveu uma série de outros encontros que culminaram com a cria o de cartas patrimoniais, visando a preserva o de sítios e monumentos históricos. Dentre elas, a que mais ganhou ênfase foi a Carta Internacional de Restauo, comumente denominada de Carta de Veneza¹⁷ – fruto do II Congresso Internacional de Arquitetos e de Técnicos de Monumentos Históricos, realizado em Veneza em maio de 1964. Segundo Marshall (2012, p. 116), ela

[...]   reconhecida internacionalmente como documento de referência para a área patrimonial, integrando profissionais e preocupa es metodológicas, normativas e institucionais nos campos da Arqueologia, Arquitetura, Artes, Conserva o, Direito, História, Museologia, Restauo, Turismo, Urbanismo e campos afins.

No encontro de Veneza, além da Carta, foram emitidos outros doze documentos. O que se segue   Carta   a resolu o referente   cria o de uma organiza o não-governamental de monumentos e sítios, instituindo, para tal fim, um comitê organizador e um conselho executivo – o *International Council of Monuments*

¹⁶ Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000147273>

¹⁷ Disponível em: [http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20de%20Veneza %201964.pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20de%20Veneza%201964.pdf)

and Sites (ICOMOS), atuante ao lado do ICOM na preservação de sítios e paisagens culturais desde sua criação, no ano de 1965.

Ao longo das décadas de 1960 e 1970, quando se falava em patrimônio cultural, imediatamente associava-se o termo aos conceitos de memória e identidade, “uma vez que entendemos o patrimônio cultural como lócus privilegiado onde as memórias e as identidades adquirem materialidade” (PELEGRINI, 2007, p.1). Contudo, associar cultura somente à materialidade é remeter, mais uma vez, à desvinculação do “cultural” ao patrimônio, pois além do Patrimônio Cultural Material, também compete à noção ampliada de patrimônio, o Cultural Imaterial e o Natural – hoje também identificado como Patrimônio Mundial.

Sob à luz da perspectiva materialista dos anos 60 e 70 e dos movimentos de proteção dos vestígios da Revolução Industrial, desenvolvidos principalmente na Inglaterra e nos Estados Unidos a partir do momento em que tomou-se consciência de que aos poucos tais símbolos da cultura industrial estavam se perdendo – principalmente devido à especulação imobiliária em torno de seus terrenos –, surge a necessidade de se debater de forma mais aprofundada a função e o valor que tais vestígios materiais assumiam na sociedade do período.

Ainda na Carta de Veneza e em publicações anteriores, como as de Francisco de Souza Viterbo (“Arqueologia Industrial Portuguesa: Os Moinhos”, de 1896), Donald Dudley (“Arqueologia Industrial”, de 1950), Michael Rix (“*The Amateur Historian*”, de 1955) e Kenneth Hudson (“Industrial Archaeology: an introduction”, de 1963), já se cunhara o termo “Arqueologia Industrial” (SILVA, 2017, p. 15). Porém, o conceito de “Patrimônio Industrial”, dissociado da arqueologia, passa a ser apropriado pela área da preservação patrimonial a partir de 1973, quando ocorre o primeiro Congresso do *The International Committee of the Conservation of the Industrial Heritage* (TICCIH)¹⁸, fundado oficialmente quatro anos depois, em 1977, filiado ao ICOMOS e considerado até hoje o principal organismo internacional de preservação do patrimônio industrial.

Nas primeiras discussões em torno do tema ainda predominava uma perspectiva de valorização da materialidade, da “pedra e cal”, dos edifícios

¹⁸ Disponível em: <https://works.bepress.com/the-internationalcommittee-for-the-conservation-of-the-industrial-heritage/11/>.

industriais, conforme é destacado no Estatuto de Criação do Comitê (TICCIH, 2011, online¹⁹):

[...] consists of sites, structures, complexes, areas and landscapes as well as the related machinery, objects or documents that provide evidence of past or ongoing industrial processes of production, the extraction of raw materials, their transformation into goods, and the related energy and transport infrastructures.²⁰

Há, todavia, uma ampliação na conceituação de Patrimônio Industrial e conseqüentemente, de Patrimônio Cultural, ao longo da década de 1990 e início dos anos 2000, com as obras de Barrie Tinder (*"The Blackwell Encyclopaedia of Industrial Archaeology"*, de 1992), Marilyn Palmer e Peter Neaverson (*"Industrial Archaeology: principles and practice"*, de 1998) e, acima de tudo, com os debates em torno da publicação da Carta Patrimonial firmada na cidade russa de Nizhny Tagil, no ano de 2003. Segundo Meneguello (2011, p. 1821), a Carta²¹ abordava

a importância fundamental de todos os edifícios e estruturas construídos para as atividades industriais, os processos e as ferramentas utilizados e a paisagem em que se inscrevem. A Carta defende que estas manifestações, tangíveis e intangíveis, devem ser estudadas, sua história ensinada e sua finalidade e significado conhecido.

A noção de patrimônio cultural ampliado, incorporando o caráter dinâmico das manifestações culturais e artísticas brasileiras, chega ao Brasil precocemente, a partir da união do IPHAN, do Programa Integrado de Reconstrução das Cidades Históricas (PCH) e do Centro Nacional de Referência Cultural (CNRC) – criados, respectivamente, em 1937, 1973 e 1975 –, que gerou a Fundação Nacional Pró-Memória (FNpM) em 1979. Esta última, fomentada pela Constituição Federal de 1988, desencadeou questionamentos em toda a sociedade quanto à intangibilidade que o patrimônio cultural pode permear, conforme destaca o artigo 216²²:

constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência

¹⁹ Disponível em: <http://ticcih.org/about/statutes/>

²⁰ Tradução livre para o português feita pela autora: “[...] Consiste em locais, estruturas, complexos, áreas e paisagens, bem como as máquinas, objetos ou documentos relacionados que evidenciam processos industriais passados ou em andamento da produção, a extração de matérias-primas, sua transformação em bens e os produtos relacionados. infra-estruturas de energia e transportes.” (TICCIH, 2011).

²¹ Disponível em: <https://ticcihbrasil.com.br/cartas/carta-de-nizhny-tagil-sobre-o-patrimonio-industrial/>

²² Disponível em:

https://www.senado.leg.br/atividade/const/con1988/CON1988_05.10.1988/art_216_.asp

à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nas que se incluem:

I – as formas de expressão;

II – os modos de criar, fazer e viver;

III – as criações científicas, artísticas e tecnológicas;

IV – as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;

V – os conjuntos urbanos e lugares de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico”.

Dentre os questionamentos em torno da abrangência do patrimônio cultural brasileiro, surge a possibilidade de ampliação do tema, permeando também o conceito de patrimônio industrial, trabalhado há pelo menos trinta anos na Europa e pesquisado no Brasil ao longo da década de 1990, tendo como expoentes na área as pesquisadoras Beatriz Kühl, Cristina Meneguello, Silvana Rubino e o professor Paulo Pontes. Estes pesquisadores, ao lado de outros, redigiram a Carta de Campinas (1998)²³, onde, à luz dos debates apresentados no contexto europeu, adequam o conceito de patrimônio industrial à realidade brasileira, criticando o caráter puramente materialista do órgão europeu.

Estes mesmos intelectuais decidem criar, em 2004, o Comitê Brasileiro para a Preservação do Patrimônio Industrial (TICCIH Brasil), que desde sua Carta Manifesto de criação – com fortes influências da Carta de Campinas –, trabalha com a pluralidade e interdisciplinaridade que a conceituação assume no Brasil:

O patrimônio industrial se compõe dos restos da cultura industrial que possuam um valor histórico, tecnológico, social, arquitetônico ou científico. Estes restos consistem em edifícios e maquinaria, escritórios, moinhos e fábricas, minas e lugares para processar e refinar, armazéns e depósitos, lugares onde se gera, se transmite e se usa energia, meios de transporte e toda sua infraestrutura, assim como os lugares onde se desenvolvem as atividades sociais relacionadas com a indústria, tais como as moradias, o culto religioso ou a educação. (TICCIH BRASIL, 2004, online)²⁴.

Embora já bastante abrangente, o conceito de patrimônio industrial, tanto a nível nacional como internacional, é ampliado mais ainda a partir de 2011, com os Princípios de Dublin, responsáveis pela definição mais atual do termo, que passa a compreender

[...] sítios, estruturas, complexos, áreas e paisagens assim como maquinaria, objetos ou documentos relacionados que fornecem evidências dos processos de produção industrial passados ou em desenvolvimento, da extração de matéria-prima, de sua transformação em bens de consumo das

²³ Disponível em: <https://cordiolli.files.wordpress.com/2011/06/declara-geht-carta-de-campinas.pdf>

²⁴ Disponível em: <https://ticcihbrasil.com.br/cartas/carta-manifesto-2003/>

infraestruturas de transporte e de energia relacionadas. O patrimônio industrial reflete a profunda conexão entre o ambiente cultural e natural, uma vez que os processos industriais – sejam antigos ou modernos – dependem de fontes naturais de matéria-prima, energia e redes de transporte para produzir e distribuir produtos para outros mercados. Esse patrimônio contempla tanto os bens materiais – imóveis e móveis – quanto as dimensões intangíveis, tais como o conhecimento técnico, a organização do trabalho e dos trabalhadores e o complexo legado social e cultural que moldou a vida de comunidades e provocou grandes mudanças organizacionais em sociedades inteiras e no mundo em geral. (TICCIH, 2011, online)²⁵.

Neste âmbito, os bens produzidos pela civilização industrial atualmente constituem uma “fundamental fonte de recursos para o desenvolvimento e a redefinição das identidades urbanas e territoriais tanto nos países de antiga industrialização quanto nos países em desenvolvimento” (FONTANA; MARTINS, 2012, p. 2), exercendo o importante papel de constituição de laços de pertencimento tanto àqueles que se relacionaram com o espaço patrimonial ainda em uso, quanto os que o conheceram na posterior forma ressignificada de patrimônio industrial, musealizada ou não. Mas, pensar nas relações construídas em torno do ambiente patrimonializado ou musealizado, só é possível devido à ampliação do conceito de patrimônio, que percorreu um longo caminho até alcançar as definições atuais.

Quadro 2 - Comparativo entre o conceito de patrimônio histórico e patrimônio industrial²⁶

PATRIMÔNIO HISTÓRICO	PATRIMÔNIO INDUSTRIAL
Perspectiva positivista	Perspectiva materialista ou culturalista
Edificação ou monumento histórico	Complexo ou paisagem industrial
Construção da identidade nacional	Construção de laços de pertencimento local
Valorização da “pedra e cal”	Valorização das relações econômicas e sociais com o meio

Fonte: Construção própria com base em Meneguello (2011)

²⁵ Disponível em: <https://ticcihbrasil.com.br/cartas/os-principios-de-dublin/>

²⁶ O comparativo aqui apresentado evidencia a perspectiva assumida pelo TICCIH Brasil em relação aos conceitos de Patrimônio Industrial e Patrimônio Histórico – este último, tido aqui como um conceito que devido ao valor de “monumentalidade histórica”, acaba por excluir todo e qualquer bem patrimonial que não se encaixe no padrão voltado à excepcionalidade.

3.3 MEMÓRIA COLETIVA E IDENTIDADE

Os conceitos de “memória” e “identidade” são centrais nas teorias basilares das ciências humanas e sociais, sempre presentes em reflexões de diferentes áreas e orientações teóricas como nas análises da memória e/ou da identidade por autores tão diferentes quanto Henri Bérson, Pierre Nora, Michel Maffesoli, Jacques Le Goff, Maurice Halbwachs, Gerard Namer, e Phillipe Áries, Norbert Elias, Paul Connerton, Erving Goffman, Stuart Hall, Paolo Montersperelli, Paul Ricoeur, entre outros. Antes mesmo da institucionalização destes preceitos como ciência, a memória, a identidade e suas diferentes utilizações já estavam presentes na realidade e convivialidade humana.

Desde o surgimento das primeiras sociedades, o ser humano já fazia uso da memória como forma de expressão e ferramenta de sociabilidade, unificando valores concebidos de uma mesma origem de forma a criar identidades próprias coletivas. Conforme apresenta Le Goff (1990, p. 419), tal elemento, além de preservar algumas informações importantes para os indivíduos e se constituir como função psíquica, servia também para a sociedade “atualizar impressões ou informações passadas, ou que ele representa como passadas”.

Ao longo da antiguidade, conforme já tratado na seção “de museus tradicionais aos museus de território”, a memória e seus usos ascendiam à função de “antídoto contra o esquecimento”, representada por *Mnemosine*, que por sua vez, lembrava a sociedade quanto aos grandes feitos do passado, garantindo sua imortalidade. Aristóteles foi um dos responsáveis por utilizar o termo como quinta operação da retórica, que localizava-se

[...] depois da *inventio* (encontrar o que dizer), a *dispositio* (colocar em ordem o que se encontrou), a *elocutio* (acrescentar o ornamento das palavras e das figuras), a *actio* (recitar o discurso como um ator, por gestos e pela dicção) e enfim a *memoria* (*memoriae mandare* – 'recorrer à memória'). (LE GOFF, 1990, p. 442).

O período medieval também revisitou a valorização dos chamados “homens-memória” (BALANDIER, 1974, p. 207), isto é, os anciãos, que utilizavam-se de suas lembranças para narrar os fatos pelos quais tinham passado ao longo de suas vidas e eram muito valorizados pelo acúmulo de informações que possuíam, caracterizada

por sabedoria. Exponentes da escolástica medieval, os cronistas como Alberto, O Grande e Tomás de Aquino, também trabalharam com tal definição, sendo a “arte de memória” responsável pelas produções em torno do papel da memória individual da época.

Quando no século XVIII cria-se o método científico, o individualismo da memória passa a ocupar um lugar de pouco destaque, sendo a coletividade destacada, principalmente com os acontecimentos como a Revolução Francesa, a Revolução Industrial e o fortalecimento dos Estados-Nação. A necessidade de criação de um senso de pertencimento e nacionalidade passaram a ativar a função da memória coletiva, do povo, conforme destacado por Michelet (*apud* Le Goff, 1990, p. 74), sempre associada ao termo “progresso”.

O estabelecimento da História como ciência – ainda que com traços positivistas inicialmente – também foi determinante para o desenvolvimento da conceituação de memória coletiva. Conforme destaca Nora (1993, p. 10),

nenhum dos grandes historiadores, desde Froissart, tinha, sem dúvida, o sentimento de só representar uma memória particular. [...] Muito pelo contrário, eles estavam imbuídos do sentimento que seu papel consistia estabelecer uma memória mais positiva do que as precedentes, mais globalizante e mais explicativa. [...] Todos os grandes remanejamentos históricos consistiram em alargar o campo da memória coletiva.

O sociólogo Maurice Halbwachs foi o primeiro a conceituar o termo memória coletiva ainda em 1950, distinguindo-o do termo memória individual, aqui tido como um ponto de vista particular dentro da construção coletiva, na qual o indivíduo que lembra está inserido na sociedade na qual sempre possui um ou mais grupos de referência. De tal forma, a memória sempre construída em grupo, visto que as “lembranças permanecem coletivas e nos são lembradas por outros, ainda que trate de eventos em que somente nós estivemos envolvidos e objetos que somente nós vimos. Isso acontece porque jamais estamos sós” (HALBWACHS, 1968, p. 26).

Aperfeiçoando tal conceituação, o antropólogo Joël Candau, em 1998, soluciona o problema da dicotomia entre individualidade e coletividade ao dividir a memória em três esferas distintas: a protomemória (recapitulação quase automática expressa nos gestos e na linguagem), a memória propriamente dita (evocação ou recordação voluntária do vivido) e a metamemória (representação das memórias que constituem a identidade), propondo que as duas primeiras memórias, a protomemória e a memória, constituem faculdades individuais, logo, não podendo

ser compartilhadas, e somente a terceira memória, a metamemória, aquela que se refere à memória coletiva, pode ser compartilhada, pois trata-se de um conjunto de representações da memória (CANDAU, 2011, p.23).

Tal definição superou a visão entre individualidade e coletividade proposta por Halbwachs, mas voltou a polarizar o conceito de memória entre forte e fraca. Em resumo, conforme teoriza Candau (2011, p.44), a memória forte seria a responsável por estruturar a identidade, sendo capaz de organizar o sentido expresso no que o autor refere-se como “retórica holística” – ou grandes narrativas. Já a memória fraca se originaria da gradativa transformação dos grupos que, conforme as relações de dominação e de poder (BOURDIEU, 2009, p. 87), sustentam as memórias fortes previamente citadas.

Independentemente da dicotomia entre individual ou coletiva, forte ou fraca, é fato que a memória passou a ser vista como corroboradora da construção da História, sendo fundamental para o preenchimento de lacunas até então vazias, uma vez que antes dos questionamentos em torno da função desta ciência – o que culminou com o surgimento de uma historiografia crítica – só eram considerados fonte históricas os documentos oficiais.

Desta ampliação da gama de fontes de pesquisa, deriva a memória-histórica, que Candau (2011, p. 33) – em uma clara e dura crítica a Halbwachs (1968, p. 81-82) – complementa, afirmando que a “história é filha memória” e “todo historiador participa da construção da memória e nela se encontra enredado, embora deva, por princípio de ofício, permanecer vigilante contra ela”. As memórias referentes ao passado, matéria-prima utilizada no ofício do historiador, são evocadas diante das demandas do presente, comumente trazidas à tona pelas rupturas ou permanências do tempo histórico.

De tal forma, a memória coletiva trata-se de “uma reconstrução do passado com a ajuda de dados tomados de empréstimo ao presente e preparados por outras reconstruções feitas em épocas anteriores”, da qual “a imagem de outrora já saiu bastante alterada” (HALBWACHS, 1968, p. 71). Tal perspectiva será alterada devido às mudanças e permanências da História, que utiliza a memória como fonte oral, principalmente dentro da metodologia cultural iniciada pela Escola dos Annales²⁷ (PORTELLI, 1997, p. 26).

²⁷ Segundo Burke (1992, p. 13-14), o movimento da Escola dos Annales “pode ser dividido em três fases. Em sua primeira fase, de 1920 a 1945, caracterizou-se por ser pequeno, radical e subversivo,

A tradição historiográfica culturalista fundada pelos Annales também passou a trabalhar com o conceito de memória na medida em que aprofundou as pesquisas em torno da construção da identidade e da sua representação no âmbito da história das mentalidades (CHARTIER, 1991, p. 174), de forma a reatar o legado da sociologia *durkheimiana*²⁸ – fonte a qual Halbwachs e seu expoente brasileiro, Ecléa Bosi (1994), também beberam – e da antropologia ao estabelecer linhas gerais à descrição das singularidades regionais tratadas pela morfologia social.

O termo “identidade” aqui utilizado remete ao cunhado por Paul Ricoeur e utilizado por Candau no sentido da análise filosófica da linguagem. Para ele, há novamente uma distinção, mas desta vez entre identidade narrativa e identidade pessoal. Esta última é continuamente reconstruída a partir da referência ao outro, ao diferente e ao semelhante a si, ao conjunto de narrativas a que o leitor acessa por meio da leitura – esta não restrita à escrita, mas a toda e qualquer interpretação do meio em que vive –, também tida como identidade narrativa.

A relação entre identidade e memória coloca-se diante da forma que a identidade assume: ela manifesta-se como um relato, um discurso auto referencial projetado como uma totalidade simbólica alicerçada sobre três bases: a natureza do acontecimento recordado, o contexto sincrônico do acontecimento e o contexto sincrônico da rememoração (FERNANDES, 2008, p. 77). Esta relação permite tanto a manutenção de memórias fortes, que buscam criar marcas sólidas que vêm reforçar sentimentos de origem, historicidade e pertencimento, quanto em memórias fracas, que se diluem e fragmentam conforme as identidades se transformam ou novas identidades se afirmam diante da percepção do outro.

conduzindo uma guerra de guerrilhas contra a história tradicional, a história política e a história dos eventos. Depois da Segunda Guerra Mundial, os rebeldes apoderaram-se do *establishment* histórico. Essa segunda fase do movimento, que mais se aproxima verdadeiramente de uma ‘escola’, com conceitos diferentes (particularmente estrutura e conjuntura) e novos métodos (especialmente a ‘história serial’ das mudanças na longa duração), foi dominada pela presença de Fernand Braudel. Na história do movimento, uma terceira fase se inicia por volta de 1968. É profundamente marcada pela fragmentação. A influência do movimento, especialmente na França, já era tão grande que perdera muito das especificidades anteriores [...]”.

²⁸ Segundo Almeida e Silva (2005, p. 3), de um modo geral, na concepção de ciência de Durkheim, “[...] a primeira iniciativa para a constituição de uma sociologia científica era determinar seu objeto (Fato Social) e seu método (método comparativo). Pode-se dizer que Durkheim apresenta uma posição metodológica estritamente sociológica, no sentido de que sua teoria se caracteriza como um esforço voltado para a busca de regularidades que são próprias do “reino social” e que permitem explicar os fenômenos que ocorrem nesse meio sem precisar tomar explicações emprestadas de outros reinos.”

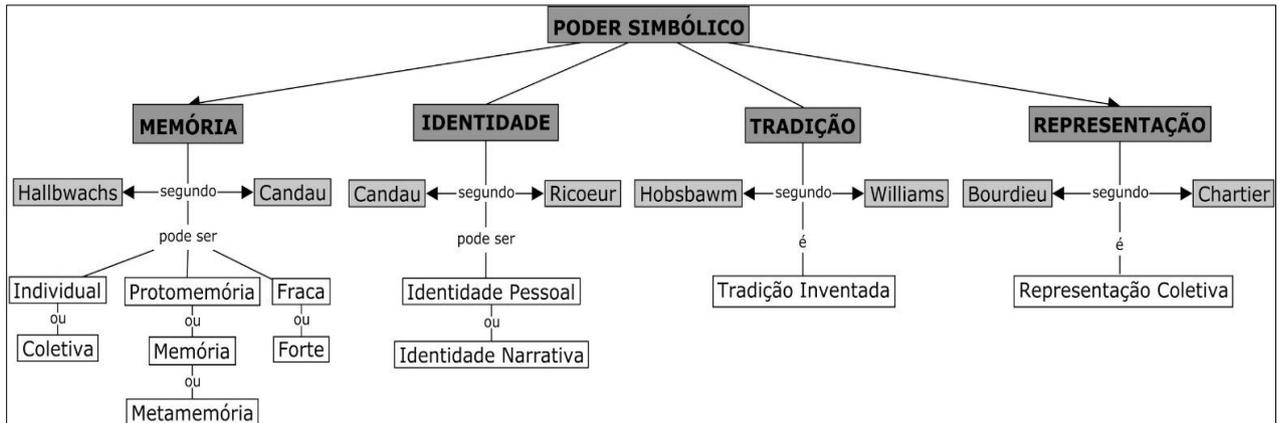
Da relação entre identidade e memória também deriva o conceito de “tradição”. Conforme ressalta Hobsbawm (1984, p. 09), as tradições podem ser tanto reais como inventadas.

O termo “tradição inventada” é utilizado num sentido amplo, mas nunca indefinido. Inclui tanto as “tradições” realmente inventadas, construídas e formalmente institucionalizadas, quanto as que surgiram de maneira mais difícil de localizar num período limitado e determinado de tempo – às vezes coisa de poucos anos apenas – e se estabelecem com enorme rapidez.

O objetivo da invenção de tradições é o estabelecimento de valores que podem tanto positivar como desconstruir ideais e perspectivas ideológicas. Para Williams (2011, p. 54), as heranças do passado são trazidas para o interior da cultura contemporânea através da tradição seletiva, transformada no intuito de dar suporte aos interesses das classes dominantes, hegemônicas em um processo de fragmentação e desmembramento de memórias. Nesse sentido, os espaços de memória acabam por representar a tradição selecionada, desempenhando a função de poder simbólico, conforme aponta Bourdieu (2011, p. 14) e Chagas (1999, p. 19), ao afirmar que “há uma gota de sangue em cada museu”. Perspectiva semelhante também é apresentada por Chartier (1991, p. 184), quando enfatiza que o conceito de representação (coletiva) pode ser entendido “como relação entre uma imagem presente e um objeto ausente, uma valendo pelo outro porque lhe é homóloga”.

De um modo geral, é impossível separar a memória da identidade, a identidade da tradição, a tradição da representação e todos estes conceitos da relação de poder que perpassa as escolhas em torno da criação de um espaço de memória. Com um museu e a construção de uma narrativa histórica não é diferente. Qualquer lugar ou narrativa no qual se expõem fontes, gera processos comunicativos que necessariamente se constituem na seleção do que, como e quando devem ser expostas. Tudo isso sempre se orienta por determinada postura teórica, que pode perpassar o objetivo dogmático ou o reflexivo.

Quadro 3 - Relações entre conceitos abordados



Fonte: construção própria com base em Bourdieu (2011), Candau (2011), Chartier (1991), Halbwachs (1968), Hobsbawm (1984) e Williams (2011).

4 MUSEU DE TERRITÓRIO DE GALÓPOLIS: UMA ESTRATÉGIA PARA A PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO INDUSTRIAL E IDENTIDADE LOCAL

“Galópolis não é um cenário construído, daqueles compostos de réplicas, criando memórias, com o único objetivo de atrair turistas, à margem da preservação e da verdade histórica. Esse cenário aqui é de verdade. Ele tem as lembranças impregnadas nas paredes – feito por pessoas de carne e osso, que ali viveram e vivem seus dias [...]”

Tânia Maria Zardo Tonet²⁹

O Museu de Território de Galópolis (MTG) foi originado ao longo de fases distintas: a fase I foi inaugurada dia 28 de novembro de 2015, enquanto a fase II foi inaugurada no dia 17 de agosto de 2019. Todavia, as pesquisas que culminaram com a criação do projeto foram iniciadas anos antes, ainda em 2012, quando uma equipe interdisciplinar, composta por profissionais da área da museologia e da arquitetura, foi articulada no intuito de dar andamento aos projetos de valorização da cultura local por meio do Instituto Hércules Galló (IHG), inaugurado no mesmo ano. De tal forma, a musealizar a paisagem industrial de Galópolis pode enquadrar-se dentro do projeto de preservação e divulgação da região que é considerada hoje um dos maiores exemplares de patrimônio industrial da cidade de Caxias do Sul (Rio Grande do Sul – Brasil).

Passei a integrar o corpo de pesquisadores do IHG ainda no ano de 2014, como estagiária na função de monitora cultural, e pude visualizar as diferentes etapas que o projeto de musealização do território integrou – embora não pudesse participar efetivamente devido à falta de abertura e de comunicação entre a equipe em questão. Todas as etapas foram idealizadas pela Museóloga Tânia Tonet (falecida em 2018) e postas em prática junto à comunidade do bairro Galópolis, que mesmo antes do projeto, já percebia a necessidade da preservação do lugar – conceito aqui trabalhado no sentido de demonstrar o sentimento de afeto que se manifesta na região –, demandando atenção do poder público.

²⁹ As produções da museóloga Tânia Maria Zardo Tonet são aqui utilizadas como fonte para uma análise aprofundada acerca dos ideais que orientam a criação do Museu de Território de Galópolis, e não como referencial bibliográfico.

A iniciativa de preservação pelas vias públicas não se efetivou – como é o caso do projeto “Galópolis: jardim da serra”, idealizado pelo vereador Waldemar Biglia no início dos anos 1990, não tendo andamento –, vindo a ocorrer somente com a intervenção da iniciativa privada por meio da criação do Instituto Hércules Galló, sediado nas duas residências que pertenceram a Hércules Galló, figura paternalista que dá nome à região. Conforme entrevista cedida à pesquisadora, o diretor-presidente do Instituto, José Galló (informação verbal)³⁰, afirma que o surgimento do espaço de memória em questão se deu diante da demanda da população e da família Galló, com o objetivo de preservar a história da localidade que é fruto do legado de Hércules, seu avô, e que é sempre referida com orgulho pelos seus moradores, propiciando também o seu desenvolvimento econômico por meio do turismo.

Minha participação como pesquisadora, por meio do projeto elaborado para o Trabalho de Conclusão de Curso para a obtenção do grau de licenciada em História, inicia mediante a necessidade de justificar a atuação do Museu de Território como ferramenta para a preservação do patrimônio industrial e da identidade local devido a sua inauguração, que se deu a prazos mais longos do que os prometidos inicialmente, verificando qual percepção a comunidade local possui em relação ao MTG como produto de sua própria reflexão em torno da sua história e seu patrimônio cultural. De tal forma, este capítulo direciona a análise crítica que construí ao longo do projeto como membro da equipe do IHG, para a necessidade de se avaliar todo o percurso sob a ótica dos moradores que convivem com o projeto diariamente, foco da minha atuação como pesquisadora.

Seguindo esta perspectiva, este capítulo, que objetiva orientar a busca de respostas para tais questionamentos, foi dividido em três seções: a primeira, denominada “o processo de musealização do território”, visa analisar os documentos oficiais referentes à criação do MTG – desde o projeto de captação de financiamento para a criação do IHG, seu restauro e instalação dos totens ao longo dos quinze pontos que compunham a territorialidade do museu –, as entrevistas com quem participou das reuniões para elencar os pontos compreendidos, tal qual os rascunhos referentes aos assuntos tratados na primeira delas e os slides apresentados pela Museóloga Tânia Tonet para a introdução do tema à comunidade.

³⁰ Entrevista cedida à Geovana Erlo. Caxias do Sul, ago. 2019. (Vide ANEXO A).

A segunda seção, intitulada “estratégias narrativas e iconográficas” apresenta uma breve análise do discurso empregado nos projetos gráficos do Museu de Território de Galópolis, desde os disponibilizados ao longo dos quinze totens que compõem o projeto, até os folders de divulgação, que indicam o posicionamento de cada um deles. Nesta seção serão apresentadas ainda algumas reflexões em torno do poder simbólico que a escolha de certos termos e imagens representam, tanto no convite para a inauguração do MTG, quanto nos discursos apresentados durante a solenidade de abertura do projeto.

Por último, na seção “preservação do patrimônio industrial e identidade local”, busca-se aprofundar a análise em torno da percepção que os moradores e ex-moradores de Galópolis possuem em relação à musealização do bairro, sob a ótica da possibilidade de preservação do patrimônio – oriundo da industrialização da região – e das relações identitárias – tanto as construídas quanto as originais – que este processo representa. Para tal, foram utilizados tanto os dados qualitativos, obtidos por meio de fontes orais (totalizando 16 entrevistas), como os quantitativos, advindos do preenchimento de um formulário online (contando com 116 respostas), para analisar criticamente também as transformações em torno do senso de pertencimento da população em relação à Galópolis.

4.1 O PROCESSO DE MUSEALIZAÇÃO DO TERRITÓRIO

O Museu de Território de Galópolis foi idealizado pela museóloga Tânia Maria Zardo Tonet, por meio da empresa 3T – Memória Corporativa, diante da necessidade de criação de um museu dentro do espaço onde situa-se até hoje o Instituto Hércules Galló, em Galópolis. Fundado por seu diretor-presidente, José Galló, seu diretor, Renato Solio, e seu vice-diretor, Christiano Antoniazzi Galló, no ano de 2012. Contudo, antes mesmo da criação do IHG, já existia uma demanda de preservação da paisagem industrial que compõe a região, vinda por parte dos próprios moradores, que possuem sua história de vida arraigada na história de criação do Lanifício local, responsável por organizar todas as estruturas que orientaram a dinâmica social e cultural da vila operária. Conforme relata Renato

João Dall’Agnol (informação verbal)³¹, presidente do Sindicato distrital desde a década de 1980 e bastante atuante na região por meio da Associação de Moradores do Bairro Galópolis (AMOG), a visão preservacionista em torno de Galópolis e sua história

[...] tem se iniciado ainda antes desse novo projeto [do Museu de Território de Galópolis], mas nunca se deu a continuidade, sempre se interrompia porque não tinha uma liderança, não tinha uma equipe por trás disso pra continuar. Não com esse nome, era outro nome, mas agora, com esse nome Museu de Território e a equipe que tem, eu acredito que a gente consiga dar continuidade porque a gente enxerga um horizonte melhor, como uma coisa mais sólida [...]. Quem começou foi um político de Galópolis, o Waldemar Biglia que começou a chamar o “Jardim da Serra”, e ele [o projeto de intervenção em Galópolis] começou dessa forma pra atrair o turismo, há mais de vinte anos atrás, mas depois parou. Então a gente tentou através da Semana de Galópolis também divulgar isso, tentar fazer alguma coisa, mas aí também não deu certo porque não tinha uma equipe técnica pra fazer isso. [...]. Essa equipe que tem o Renato Solio, o rapaz técnico [Charles Tonet] e a Tânia [Tonet], [...] vai colocar Galópolis num patamar totalmente diferente a nível maior do que antes.

Diante da demanda bastante presente dentro da comunidade de Galópolis e da própria família Galló em preservar sua história e as casas construídas para Hércules Galló, considerado patriarca da localidade, surge o Instituto Hércules Galló. De acordo com a descrição da Instituição disponível no seu site oficial³²,

O instituto se propõe a ser agente gerador de projetos culturais e educacionais e ser pensante nas questões de preservação e atrações para Galópolis. A ideia é interagir com a comunidade, apoiando movimentos no mundo das artes, acolhendo exposições, encontros, mostras e palestras. Além disso, o IHG quer chamar atenção para outras edificações existentes em Galópolis que mereçam atenção enquanto Patrimônio Histórico Local.

A Instituição foi criada no ano de 2010, ocupando as duas residências habitadas por Hércules Galló entre 1904 e 1921 (respectivamente, ano que o empreendedor chega na região, construindo sua primeira residência, e ano de seu falecimento), que ainda estavam sob posse de José Galló (neto de Galló). Para dar lugar à Instituição, o proprietário juntamente com demais familiares, optaram pelo tombamento espontâneo das duas casas, que passaram a integrar o inventário do Patrimônio Histórico Rural realizado no âmbito do projeto URB-AI/Victur. Conforme consta no processo administrativo nº 2009043317, assinado em 01 de julho de 2010 pelo Secretário Municipal da Cultura e Presidente da Comissão Específica e Permanente para Proteção do Patrimônio Histórico e Cultural de Caxias do Sul,

³¹ Entrevista cedida à Geovana Erlo. Caxias do Sul, out. 2019. (Vide ANEXO B).

³² Disponível em: <http://www.herculesgallo.com.br/>

Antonio Feldman, “foi definido, por Comissão Executiva Específica, conforme portaria nº 82.158, o Potencial Construtivo de 16.200 m² (dezesseis mil e duzentos metros quadrados), a ser transferido por ocasião do tombamento dos imóveis [...]”. Ao receber tais índices construtivos surgiu a possibilidade de venda e, com a receita obtida, do investimento no restauro e na manutenção das edificações tombadas.

O que se seguiu foi um intenso restauro, orientado pelos arquitetos Renato Solio (bisneto de Hércules) e Roque Frizzo, seu sócio na empresa Uaná Design, responsável pelo processo. Conforme consta no Memorial de Obra (2012) das duas edificações, “no dia 27/10/2010 iniciaram as obras na Casa 02” (p. 23), segunda residência construída por Hércules Galló no ano de 1908. Já “no dia 06/06/2011 iniciaram as obras na Casa 01” (p. 03), primeira moradia da família construída quatro anos antes, em 1904. Ao longo de toda obra evidenciou-se que a restauração na Casa 02 foi menos complexa em função da ocupação da casa, que se deu até o ano de 2010, servindo como moradia da família Canuto – amigos dos Galló e Solio –, processo distinto do que se deu na Casa 01, espaço que sofreu a ação do tempo devido ao seu abandono por muitos anos.

Figura 19 - Fragmento do memorial de obra que evidencia o início do processo de restauro na Casa 02



Fonte: Memorial de Obra, 2012, p. 24.

Figura 20 - Fragmento do memorial de obra que evidencia o início do processo de restauro da Casa 01



Fonte: Memorial de Obra, 2012, p. 3.

Com o término do processo de restauro, bastante documentado para além do Memorial de Obra, sendo retratado também no “Projeto de Intervenção nas Residências Tombadas que Pertenceram à Hércules Galló” (2010), no documentário “O Primeiro Raio de Sol” (SPAGHETTI FILMES, 2013)³³, e no livro “Galópolis e os Italianos: patrimônio histórico preservado a serviço da cultura” (BUENO, 2012)³⁴, todos produzidos sob à ótica da criação do IHG com recursos financeiros oriundos da Lei Rouanet a nível nacional e da Lei de Incentivo à Cultura (LIC) da prefeitura de Caxias do Sul – além de vários outros trabalhos no âmbito acadêmico da arquitetura e preservação do patrimônio cultural –, surgiu a necessidade de se pensar a função da Instituição.

A receita gerada por meio da venda dos índices construtivos oriundos do tombamento das duas edificações possibilitou também a contratação da empresa de memória corporativa citada, a 3T, no intuito de pensar acerca do futuro da Instituição – processo que culminou com a inserção da museóloga Tânia Tonet e seu filho, Charles Tonet, no projeto do IHG. A partir desse momento, por meio das reuniões entre a equipe técnica da 3T e a direção do Instituto Hércules Galló, convencionou-se a criação de um museu. Para tal, somente o que restara da receita da venda dos potenciais construtivos não seria suficiente – então, por sugestão da 3T e intermédio

³³ Disponível em: <https://vimeo.com/112511733>

³⁴ Disponível em: https://issuu.com/077906/docs/miolo_galopolis

dos membros da diretoria, efetivou-se a contratação de uma outra empresa prestadora de serviços, a Quattro Projetos, sediada em Porto Alegre e especializada na elaboração e captação de incentivos fiscais para leis de incentivo à cultura.

O projeto que se sucedeu foi denominado “Museu do Território: Galópolis”³⁵, que gerou ao seu proponente (IHG) a captação de R\$ 243.000,00 dos R\$ 328.491,83 solicitados para a sua efetivação, visando

Implantar em Galópolis, Caxias do Sul-RS, um museu sobre a história desta localidade, com núcleo na residência restaurada de Hércules Galló, tombada pelo patrimônio histórico, fazendo referência virtual e material aos personagens e histórias desta localidade: quem foram, como chegaram, quais fatos foram relevantes. Quer-se preservar os traços materiais e imateriais da tradição e cultura, do contexto da imigração italiana, atrelada ao desenvolvimento da região, com forte impacto sócio-cultural. (INSTITUTO HÉRCULES GALLÓ, 2012, p. 1).

Os objetivos (p.1) apontados pelo projeto também fazem referência à contribuição que o Museu traria para o desenvolvimento de uma cultura de preservação em torno da identidade de Galópolis e, conseqüentemente, de Caxias do Sul, ao criar um núcleo de preservação da memória material e imaterial da região, sua história em torno da indústria têxtil e da imigração italiana nas duas casas que pertenceram a Hércules Galló, propiciando o diálogo e a interação do visitante com o acervo, voltada à valorização não apenas do que faz jus ao nome da família até então proprietária do espaço, mas de toda a comunidade ao expor também suas vivências. Seguindo esta mesma perspectiva, a justificativa (p. 1-2) apresentada, além de remontar a história da localidade, apresenta a tipologia museal aplicada:

A proposta insere-se na nova Museologia que, preferencialmente, ao objeto debruça-se sobre o contexto e as interfaces da obra herdada, com especial atenção ao patrimônio imaterial. Desta forma, inter-relacionando a trajetória da família Galló e dos habitantes da comunidade com o processo histórico vivido pela localidade é possível tecer a urdidura dos acontecimentos passados com a paisagem física e cultural em que seus personagens estavam inseridos. A nossa proposta é uma espécie de viagem no tempo, através de marcos ambientais e arquitetônicos, físicos e virtuais, que leve à visualização do encadeamento dos fatos. Propomos a integração entre a exposição de peças antigas, com a tecnologia de sistemas informatizados. Essa opção serve como atrativo, principalmente para aquela camada mais jovem, sempre interessada em tecnologia.

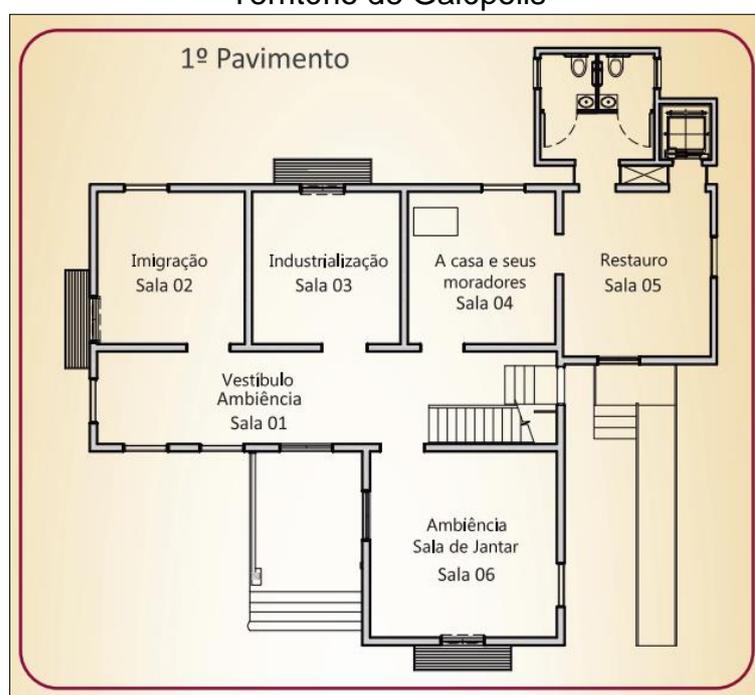
A visão apontada pela museóloga em questão foi à criação do Museu de Território de Galópolis sob a perspectiva de Hugues de Varine, que conforme ela mesma traduz por meio dos slides utilizados para apresentar aos moradores o

³⁵ Disponível em: <http://versalic.cultura.gov.br/#/projetos/135401>

projeto na primeira reunião, ocorrida no dia 14 de julho de 2014, distancia-se do velho “saudosismo” presente na grande maioria dos museus ao valorizar as relações sociais e com o meio presente dentro de um território, propiciando a valorização e preservação da identidade local. Nesta mesma apresentação, ela enfoca que “[...] estar presente no território implica num processo, que traz a inclusão do ‘no’ e do ‘com’, pois conduz a uma relação de troca recíproca com as comunidades a quem o Museu serve e estuda”.

A visão da nova museologia permeou as diferentes fases pela qual o MTG passou, tanto a fase I como a fase II. Na organização da expografia do núcleo do Museu de Território na Casa 02 (fase I), fez-se presente ao orientar o modo de relacionar a estrutura da casa e seu acervo – que representava a opulência da família – às relações que estes estabeleciam com os outros espaços que também fariam parte do território musealizado – representando o poder e a dominação. Os 12 cômodos da residência foram orientados de forma a compor salas dispostas por eixos temáticos – sendo eles a imigração, a industrialização, a família e a comunidade de Galópolis – também sendo adequados às questões de acessibilidade de democratização de acesso.

Figura 21 - Planta baixa da expografia do 1º pavimento do núcleo do Museu de Território de Galópolis



Fonte: Fragmento do material de divulgação do Instituto Hércules Galló (2015).

Figura 22 - Planta baixa da expografia do 2º pavimento do núcleo do Museu de Território de Galópolis



Fonte: Fragmento do material de divulgação do Instituto Hércules Galló (2015).

A primeira fase do Museu de Território de Galópolis, isto é, a expografia do seu núcleo – dentro e fora da segunda casa de Hércules Galló, uma vez que a expografia também abarcou os elementos externos, como o jardim e a Sala Multiuso Edwige Strona Galló, construída em 2014 para atender as demandas por um espaço de encontro, formal ou não, da comunidade – foi inaugurada no dia 28 de novembro de 2015, e contou com a presença do então Governador do Estado do Rio Grande do Sul, José Ivo Sartori, conforme consta no segundo livro de visitas do IHG.

Figura 23 - Convite para a inauguração da primeira fase do Museu de Território de Galópolis



Fonte: Instituto Hércules Galló (2015)

Após a inauguração da I fase, voltaram-se as atenções à II fase, caracterizada pela expansão do projeto do Museu de Território, e neste momento encontra-se uma lacuna de fontes, uma vez que não foram encontrados registros metodológicos de como se deu essa expansão, nem nos arquivos do Instituto Hércules Galló, nem mesmo da empresa de consultoria 3 Tempos – as informações obtidas acerca desse processo foram recolhidas por meio de entrevistas com moradores que tiveram participação no projeto, como é o caso de Charles Tonet (informação verbal)³⁶, que relata que

A partir do estabelecimento do conceito [de Museu de Território], parte-se para a segunda etapa que é o convencimento. Pra haver o convencimento tem que ter um elemento de credibilidade local, que é o Instituto e a figura do Renato e do José [...], e de credibilidade técnica, nós [Tânia e Charles Tonet]. A partir dessa legitimação a gente procurou as lideranças locais: o Velocino Uez [na época subprefeito de Galópolis], o pároco... cinco pessoas ou seis no máximo [...] pela capacidade de influência dessas pessoas.

De tal forma, identificou-se que o contato entre os “elementos de credibilidade local” e de “credibilidade técnica” se deu por meio de reuniões formalizadas com a comunidade – mas sem registros. A primeira delas foi organizada na Sala Multiuso

³⁶ Entrevista cedida à Geovana Erlo. Caxias do Sul, out. 2019. (Vide ANEXO C).

do IHG no dia 14 de julho de 2014, conforme relata Rosa Maria Diligenti (informação verbal)³⁷, que com base nos rascunhos por ela feitos na ocasião, fizeram-se presentes as, já citadas, lideranças locais, que exerceram o papel de legitimadoras do projeto, como é o caso de Renato Solio, Tânia e Charles Tonet, João C. Nicoletti (morador da vila operária), Ivone Vial (presidente do Clube de Mães local), Vera A. Rosso (também integrante do Clube de Mães), Maria P. Pinto (presidente da AMOG), Renato Dall’Agnol (presidente do SindiGal), Claudio Furlan (representante do Moinho Galópolis – Roseflor), Padre Paulo Venturin (Mitra Diocesana), Velocino Uez (subprefeito) e ela mesma, representando a COOTEGAL.

Ainda segundo Rosa, na ocasião ocorreu uma espécie de palestra em um primeiro momento, na qual a museóloga apresentou a equipe responsável pelo projeto, o próprio projeto, explicando a conceituação de Museu de Território e a relação intrínseca entre a comunidade e o IHG, pautada na preservação do patrimônio material, imaterial e natural da região e tratando também da perspectiva de valorização dos moradores, sua identidade, sua memória afetiva e seu senso de pertencimento, com a intenção de desenvolver o turismo ao se “respirar a história” – expressão destacada no rascunho em questão, tal qual a “identidade visual de Galópolis”.

No mesmo encontro, também se fez um levantamento inicial dos espaços do território que seriam “essenciais” para contar a história da região, aos quais seriam destinados totens com um breve histórico e fotos do local. Neste primeiro encontro, conforme relata Charles, presente no evento, já se apresentou alguns espaços previamente pensados pela equipe da 3T (que não se tem informações de quais foram) e abriu-se espaço para elencar outros que a comunidade achasse necessário. Os apresentados pelos moradores foram o Instituto Hércules Galló, a COOTEGAL, o prédio da antiga vinícola Vinhos Pranzo, o Morro da Cruz, a usina hidrelétrica na base da Cascata Véu de Noiva, o Cine-Operário, o Moinho, o antigo prédio do SindiGal, e o Campo de Futebol. Ainda segundo Charles, retiraram-se alguns por eles apresentados, acrescentaram-se outros elencados pela comunidade e houve o aceite geral.

O rascunho da reunião disponibilizado por Rosa indica mais duas reuniões, sendo uma delas dia 12 de agosto de 2014 (que não se tem informações) e a outra

³⁷ Entrevista cedida à Geovana Erlo. Caxias do Sul, out. 2019. (Vide ANEXO D).

dia 26 de agosto de 2014 – esta, aberta à toda população após a aceitação do projeto pelos primeiros moradores informados, e ocorrida no Salão Paroquial, às 19h30min. O convite foi direcionado principalmente aos estabelecimentos locais e demais entidades da região, estando presentes representantes da COOTEGAL, dos Mercados do Remi, da Vera e o Nostra Vitta, da malharia Menny Doggy, do Sirtoli Materiais de Construção, da Boutique Fafalu, Lancheria Central e Lancheria Capri, Padaria Central, Padaria Galópolis, Massina, Banrisul local, Correios, Cartório, Academia Energia, Abastecedora Galópolis, Moinhos Galópolis, Salão de Beleza Fortes e Beatriz, Floricultura Galópolis, Hobby Ferragens, Elétrica Galópolis, Dandaí Modas, Farmácia Total Farma, SindiGal, Locadora Galópolis, Banca da Ana, Livraria Galópolis, Cristal Maísa Modas, Veterinária Bem Estar Animal e Imobiliária São Roque. Dos elencados na lista de convidados, mas sem o “ok” ao lado, estão a Igreja (sendo que o Padre deveria ler o convite na missa), a subprefeitura, a Prosperitá Presentes, NN’s Lanches, Zeca Lanches e Casarão, além das direções das duas escolas locais.

Figura 24 - Convite para reunião do Museu de Território Fase II

Galópolis: Museu de Território Fase II

Patrimônio Cultural:
Um prédio é tão importante quanto a técnica de trançar um cesto, a diversão de um jogo de cartas, a doçura de uma canção de ninar, as rezas à Santa Bárbara em noites de temporal, as fotografias da velha gaveta, o documento amarelado pelo tempo, as peças dos sótãos e porões.

No Museu de Território o objeto de estudo não são apenas as peças que estão expostas, mas tudo aquilo que envolve o contexto do tema! Assim, o Museu “sai” do seu lugar para alargar o olhar para além do espaço que ocupa!

Este projeto pretende preservar um sítio histórico de maior relevância para a história econômica e social regional, ao mesmo tempo que busca alavancar uma série de melhorias, a nível de benfeitorias e serviços, tanto da iniciativa privada, quanto pública.

Convidamos a todos moradores a colaborar para que Galópolis assuma sua importância histórica e cultural.

Participe da reunião no dia 26 de agosto às 19:30hs no Salão Paroquial.




Fonte: Rosa Maria Diligenti (Arquivo pessoal).

Nesta reunião, os tópicos abordados foram novamente a conceituação e metodologia aplicada pelo Museu de Território, os recursos básicos para sua criação, o papel da educação patrimonial, as tipologias patrimoniais abarcadas, as formas de viabilização do projeto por meio da LIC e principalmente o desenvolvimento do turismo cultural na região, que conforme também ressaltou Charles em sua entrevista, seria o responsável por impulsionar a preservação do patrimônio e a identidade local. Com a presença de membros da comunidade para além dos estabelecimentos citados anteriormente, pode-se elencar formalmente os espaços que fariam parte, em um primeiro momento, do Museu de Território de Galópolis, e a partir deste momento, citar nomes para serem entrevistados na intenção de obter maiores informações sobre cada um dos espaços. Os espaços foram:

1. Casas do Instituto Hércules Galló;
2. Igreja Nossa Senhora do Rosário de Pompéia;
3. Cascata Véu de Noiva e seu papel na formação do Lanifício;
4. Vila Operária: histórico, moradores e acervos (dois totens);
5. Escola Ismael Chaves Barcelos: histórico;
6. Prédio do Sindicato de fiação e Tecelagem;
7. Lanifício, com seu entorno, incluindo a área verde e a casa do gerente: histórico e influência sobre a localidade;
8. Círculo Operário – Cúria;
9. Cinema;
10. Praça Duque de Caxias;
11. Casa Straglioto;
12. Árvore das Garças, por sua ligação com a região – Aguardar;
13. Arroio Pinhal;
14. Armazém Basso - Carmen Basso Festugato;
15. Prédio Cooperativa Consumo. (arquivo disponibilizado por Charles Tonet)

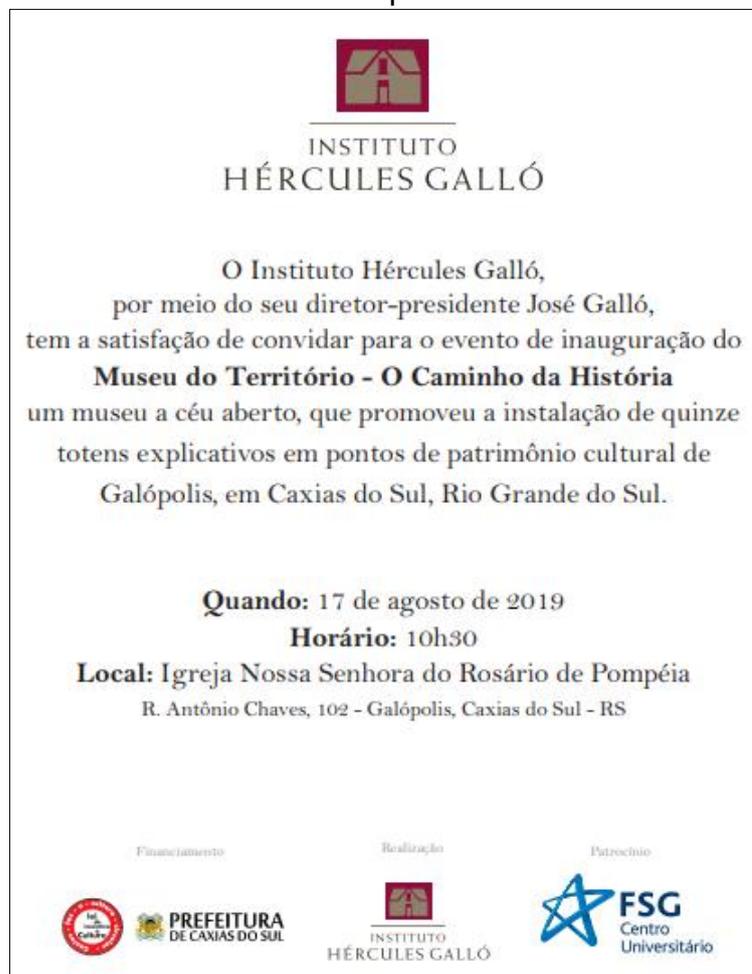
O acesso às informações quanto às outras reuniões, que segundo Olivir Nava (informação verbal)³⁸, “foram cerca de quatro ou cinco”, não foi possível pelo fato delas estarem dispersas ou não existirem. Segundo Renato Solio (informação verbal)³⁹, o projeto demorou mais do que o previsto para ser concluído – o planejamento era para o final de 2016, e veio a acontecer de fato em agosto de 2019 –, principalmente devido à dificuldade de captação via LIC e o falecimento prematuro da museóloga Tânia Tonet em julho de 2018. O projeto somente foi inaugurado, isto

³⁸ Entrevista cedida à Geovana Erlo. Caxias do Sul, out. 2019. (Vide ANEXO E).

³⁹ Entrevista cedida à Geovana Erlo. Caxias do Sul, out. 2019. (Vide ANEXO F).

é, entregue à comunidade que o idealizou, no dia 17 de agosto de 2019, às 10h30min.

Figura 25 - Convite para a inauguração da segunda fase do Museu de Território de Galópolis



Fonte: Instituto Hércules Galló (2019).

No dia da inauguração da fase II, depois dos vinte e seis minutos de discursos alternados entre a mestre de cerimônias, Charles Tonet e José Galló, organizou-se um breve roteiro por meio dos totens centrais do Museu de Território – Igreja Nossa Senhora do Rosário de Pompéia, Vila Operária, Praça Duque de Caxias, Círculo Operário e Cine-Operário. À tarde o roteiro foi aberto para todos os totens e por mim mediado. De tal forma, além dos totens centrais, foram visitados também o próprio núcleo do Museu de Território de Galópolis (o IHG), a Cascata Véu de Noiva, a Árvore das Garças, o Armazém Basso, o SindiGal, o Casarão Stragliotto, a Escola Ismael Chaves Barcellos, a Cooperativa de Consumo e o Lanifício – responsável por

originar toda a paisagem industrial contemplada pelo Museu de Território de Galópolis.

4.2 A ESTRATÉGIA NARRATIVA E ICONOGRÁFICA

“O marco inaugural deste projeto não poderia ter data mais feliz e oportuna. Hoje, 17 de agosto, é celebrado o dia nacional do Patrimônio Histórico”. É assim que se inicia o discurso de inauguração da segunda fase do Museu de Território de Galópolis, discurso que não correspondeu com a perspectiva metodológica inovadora aplicada ao longo do projeto de musealização do território proposto pela museóloga Tânia Tonet, diante da demanda da população em preservar seus espaços de memória e sua identidade, também objetivada pelo Instituto Hércules Galló, instituição responsável pelo desenvolvimento e manutenção do projeto.

Para justificar a crítica em relação à perspectiva museal aplicada – divergente da teoria apresentada inicialmente pelo projeto – optou-se pela análise sistemática do discurso de inauguração, tal quais os elementos narrativos e iconográficos presentes ao longo do projeto – tanto nos 15 totens que compõem o MTG, como nos seus materiais de divulgação, como o folder de localização dos pontos – e a própria entrevista com Charles Tonet (já utilizada como fonte também na seção anterior) – filho da museóloga idealizadora do processo, que deu continuação ao seu trabalho, após o falecimento da mãe em julho de 2018 – e de outros moradores, na intenção de identificar como se dá a sua percepção em relação aos elementos citados.

Para construir uma análise aprofundada em torno do sentido apresentado pelas fontes citadas, iniciou-se um processo de levantamento dos principais termos apresentados na definição acerca do tema “Museu de Território” presente no discurso de abertura, estabelecendo relações ou rupturas com os conceitos apresentados pela própria museóloga, já fundamentados na seção “de museus tradicionais aos museus de território” presente no segundo capítulo deste trabalho. Também analisou-se os elementos narrativos e iconográficos presentes nos totens de cada um dos 15 pontos do território musealizado, também relacionando as informações e escolha de imagens que ilustram os espaços com a historiografia do local, já bastante difundida na região, inclusive entre os próprios moradores.

Esse não é um museu comum, daqueles que têm constantes avisos de “não toque”, como se o passado tivesse que permanecer distante de nós, enclausurado em empoeiradas prateleiras. Esse é um museu vivo, nascido da comunidade de Galópolis, que participa da sua elaboração, quer apontando os locais de resgate, quer trazendo à luz suas memórias. O IHG como porta voz da comunidade, conduz este movimento de implantação do MTG, fruto da consciência histórica aqui desenvolvida. Galópolis alcança a condição de museu à céu aberto, pela consciência de sua gente, que entende que o passado existe na medida em que habitamos suas raízes (DISCURSO DE ABERTURA MUSEU DE TERRITÓRIO DE GALÓPOLIS, 2019).

Este trecho apresentado ainda na fala da mestre de cerimônias do evento e também presente no folder de divulgação do projeto, evidencia o âmbito social que o museu assume dentro da perspectiva da nova Museologia, indo ao encontro com a função da sociomuseologia cunhada por Varine (autor referenciado pela museóloga do projeto) ao longo da década de 1960, institucionalizada pela Mesa Redonda de Santiago do Chile de 1972 e aplicado no Brasil a partir do Museu Conceitual do Distrito (1968), do Ecomuseu de Ribeirão da Ilha (1971), do Museu Comunitário Jeová Batista de Azevedo (1971) e do Museu Comunitário Almiro Theobaldo Müller (1972) (SANTOS, 2017, p. 199). Nota-se uma divergência teórica conceitual e de datas a partir do momento que ainda no discurso afirma-se que o projeto “é pioneiro no Brasil, sendo um dos primeiros Museus de Território do país” e nega-se que o termo “museu de território” é englobado dentro dos museus comunitários e ecomuseus, já presentes no país desde o final da década de 1960, e no Rio Grande do Sul, especificamente, desde 1992, quando é criado o Museu Comunitário Casa Schmitt-Presser em São Leopoldo.

No discurso que se segue, são evidenciadas as falas do diretor-presidente do IHG, José Galló, e do atual responsável técnico do projeto, Charles Tonet. Em ambos os momentos, são contabilizadas 23 vezes a palavra “turismo”, e apenas 5 o termo “memória”, evidenciando o cunho puramente mercadológico que o projeto assumiria, caso fosse analisado somente por meio da narrativa exposta pelos dois oradores. Segundo Ribeiro, Souto e Santos (2012, p. 264), é necessário equilibrar a perspectiva de valorização da memória coletiva e do ambiente no qual se desenvolve o turismo, mesmo no âmbito cultural, para que a identidade não se perca diante da possibilidade de mercado que se abre. A questão do turismo aparece também na entrevista com Charles, onde, para ele, “[...] agora precisa um elemento que acione as agências e faça com que as pessoas de fora comecem a visitar, e a partir daí, os moradores evidenciem oportunidades de negócio. É isso, é isso que

falta agora”. Tal perspectiva varia do conceito de Museu de Território aplicado por Varine (1987, p. 76), uma vez que o âmbito da preservação da memória fica em segundo plano ao se priorizar a visão puramente economicista e propiciar a as agências “de fora” ao invés do senso de pertencimento da comunidade.

Outras divergências conceituais fazem-se presentes também no folder distribuído durante o evento e disponível no IHG aos visitantes. Nele, o bairro Galópolis é apresentado como “o maior conjunto de patrimônio edificado de Caxias do Sul” – tratando-se de uma constatação falha e rasa, ao não focalizar a tipologia patrimonial que o espaço representa (a de patrimônio e paisagem industrial), também deixando de fora outros espaços que compõem o patrimônio de Caxias do Sul. No folder em questão, também existem erros nos nomes dos espaços contemplados pelo projeto – como é o caso da Escola Ismael Chaves Barcellos, escrito com apenas um “L” no último nome. Mas o material torna-se efetivo quando se pensa em localização de cada um dos totens ao apresentar uma representação em escala geográfica condizente no seu interior.

Figura 26 - Parte externa do folder do Museu de Território de Galópolis

VISITE O MUSEU E ESCOLHA O SEU ROTEIRO

Vila Operária.

Instituto Hércules Galló.

MUSEU DE TERRITÓRIO GALÓPOLIS

O TERRITÓRIO DO MUSEU

Galópolis não é um cenário construído, daqueles compostos de réplicas, criando memórias, com o único objetivo de atrair turistas, à margem da preservação e da verdade histórica. Esse cenário aqui é de verdade. Ele tem as lembranças impregnadas nas paredes – feito por pessoas de carne e osso, que ali viveram e vivem seus dias, trabalhando, sofrendo, mas sobretudo acreditando que poderiam escrever um futuro melhor. É um passado erguido por gente que não se conformou com o que encontrou, transformando a realidade, nos legando uma herança de valores de fé e de perseverança.

O maior conjunto de patrimônio edificado de Caxias do Sul, que contempla diferentes períodos e reúne estilos e técnicas construtivos diversos, recebe o Museu de Território. Esse não é um museu comum, daqueles que tem constantes avisos de “não toque”, como se o passado tivesse que permanecer distante de nós, enclausurado em empoeiradas prateleiras. Esse é um museu vivo, nascido da comunidade de Galópolis, que participa de sua elaboração, quer apontando os locais de resgate, quer trazendo à luz as suas memórias.

O Instituto Hércules Galló, como porta-voz da comunidade, conduz este movimento de implantação do Museu de Território, fruto da consciência histórica aqui desenvolvida. Galópolis alcança a condição de “museu a céu aberto” pela consciência de sua gente, que entende que o passado existe na medida em que habitamos as suas raízes.

Tânia Maria Zardo Tonet

FINANCIAMENTO

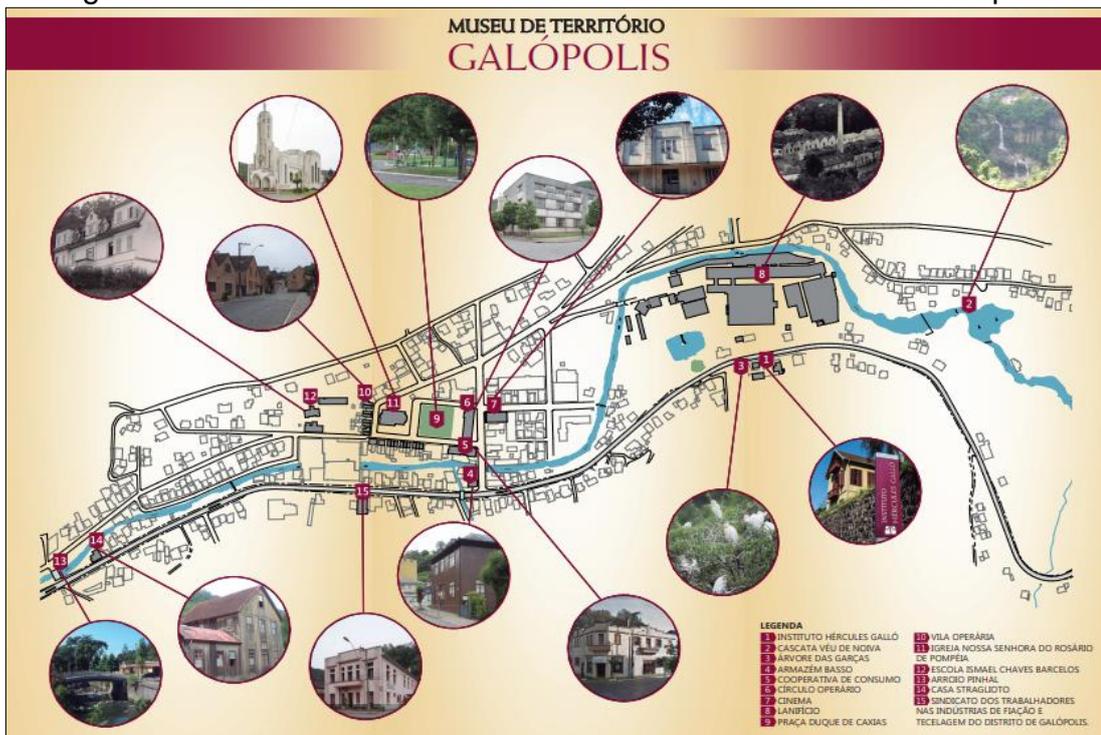
REALIZAÇÃO

PATROCÍNIO

www.herculesgallo.com.br
BR 116, 1579 Galópolis
Caxias do Sul, RS - Brasil

Fonte: Instituto Hércules Galló (2019).

Figura 27 - Parte interna do folder do Museu de Território de Galópolis



Fonte: Instituto Hércules Galló (2019)

A escolha das imagens para a produção do folder e a numeração dos espaços também são um elemento a ser levado em consideração. Aqui levantam-se questionamentos na perspectiva da semiótica, pois não houve uma justificativa por parte dos organizadores do projeto em relação às opções feitas para cada um dos pontos. Por que foram escolhidas estas e não outras fotos? Por que somente em dois dos quinze pontos (a Escola Ismael Chaves Barcellos e o Lanifício) são apresentadas fotografias “antigas” dos espaços? Por que são apresentados com mais foco o Instituto Hércules Galló e a Vila Operária na parte externa do material de divulgação? Todos estes aspectos ainda não foram justificados, o que proporciona uma outra análise em torno do projeto, que não objetiva ser finito, mas sim ampliar as possibilidades de pesquisa.

Os questionamentos em relação à ilustração dos espaços abarcados pelo MTG, também permeiam a construção dos elementos gráficos e narrativos dos totens dispostos ao longo do território. Tomando como exemplo o referente à Escola Ismael Chaves Barcellos, nota-se divergências historiográficas gritantes, percebidas até mesmo pela população local – incluindo a própria comunidade escolar, que desde cedo participam de projetos voltados à educação patrimonial, aprendendo acerca da história da Escola e da localidade. A senhora Maria Lourdes Diligenti

Comerlato (informação verbal)⁴⁰, que foi diretora da escola em questão por mais de 20 anos, afirma que,

A respeito das informações sobre a escola, sobre o ensino, eu coloquei para a Tânia Tonet. Mas como é uma história bastante elaborada, complicada, porque era aqui, era lá, a reforma de ensino bagunçou com tudo, “né”, eu acho que as informações ficaram um pouquinho... [e aqui ela ergue uma das sobancelhas e faz uma pausa] perdidas e infelizmente não retratam sua verdade total.

A entrevistada em questão cedeu o manuscrito feito por ela e que foi entregue pessoalmente à museóloga Tânia Tonet, para análise. O documento é composto por três páginas escritas à mão, que retratam de uma maneira bastante clara como era o processo de ensino-aprendizagem ao longo do tempo e nos diferentes espaços de educação formal que existiram em Galópolis. Nele, a ex-diretora ressalta que houve diferentes períodos: o ensino particular, com a Escola Dona Manuela – para meninas, administrada pelas irmãs do Sagrado Coração de Maria – e a Escola Particular Chaves Irmãos – que inicialmente era organizada pelos padres josefinos, e abrangiam a maioria masculina da localidade, mas que depois da saída dos padres e o incêndio no prédio da escola das irmãs, estas passaram a administrar aulas para um público misto no prédio que originalmente havia sido construído pelo Lanifício para abrigar um hospital –, que será mantido até 1973; e o ensino público estadual, iniciado com as escolas étnicas nas capelas, mas que em 1939 vira Grupo Escolar – denominado Grupo Escolar Paraná em 1948, atendendo os anos iniciais da escolarização básica – e posteriormente, em 1959, o Ginásio Particular Galópolis, com ensino médio e aulas noturnas, incorporadas à Escola de 2º Grau de Galópolis em 1977, ano que também é estabelecida a Escola Estadual de 1º Grau Ismael Chaves Barcellos. Tais informações, como também as referentes à Reforma do Ensino pela Lei 5792/71, não são apresentadas conforme exposto pela representante da comunidade no totem da Escola.

⁴⁰ Entrevista cedida à Geovana Erlo. Caxias do Sul, out. 2019. (Vide ANEXO G).

Figura 28 - Elementos gráficos e narrativos do totem da Escola Ismael Chaves Barcellos



Fonte: Instituto Hércules Galló (2019)

De forma geral, as narrativas apresentadas tanto de forma verbal – por meio do discurso de inauguração do Museu de Território de Galópolis e da entrevista com Charles Tonet, Renato Solio e José Galló –, como as escritas por meio dos materiais de divulgação do projeto, como o folder e os totens que retratam os quinze pontos do projeto, representam a visão que o projeto assumiu a partir do falecimento da sua idealizadora, Tânia Tonet. A perspectiva assumida por meio da sociomuseologia e aplicada ao projeto já não é representada em sua totalidade, conforme ressaltado pelas fontes orais – como a entrevista da senhora Maria Lourdes Diligenti Comerlato – e escritas – o documento manuscrito por ela cedido – obtidas por meio da comunidade que deveria se sentir representada pelos elementos que compõem a expografia.

4.3 MUSEU DE TERRITÓRIO DE GALÓPOLIS: UMA ESTRATÉGIA PARA A PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO INDUSTRIAL E IDENTIDADE LOCAL

Esta sessão abrange o foco da pesquisa proposta. Seu objetivo é identificar de que forma a comunidade de Galópolis percebe o processo de musealização do território, observando como a preservação do patrimônio industrial local e de sua identidade é vista sob a ótica da implantação do Museu de Território de Galópolis. Para tal, optou-se pela metodologia da história oral para obter dados qualitativos acerca das percepções de algumas pessoas que participaram direta ou indiretamente no processo museal; a aplicação de um questionário online utilizando-se o aplicativo *Google Forms* para gerar os dados quantitativos, buscando o maior número de interações dos moradores locais utilizando uma versão simplificada do roteiro⁴¹ que orientou as entrevistas presenciais⁴². E para a análise dos dados qualitativos utilizou-se método de análise de pesquisa *E-Survey*.

Conforme destaca Portelli (1997), “as fontes históricas orais são fontes narrativas” (p.29), pois “contam menos sobre eventos do que significados” (p.31), possibilitando uma análise qualitativa em torno dos símbolos nelas presentes. Para o autor em questão, “o único e precioso elemento que as fontes orais têm sobre o historiador, e que nenhuma outra fonte possui em medida igual, é a subjetividade do expositor” (p.31-32) – justamente o elemento do qual visa-se encontrar nesta pesquisa. Para tal, a análise feita sobre os mais de 414 minutos e 93 segundos de gravação com áudio e vídeo realizadas com moradores e ex-moradores⁴³ de Galópolis ao longo dos meses de setembro e outubro de 2019, parte desde a lógica de organização do “enredo”, os “fatos” e impressões verbalizadas ou não – identificadas por meio da expressão corporal dos entrevistados⁴⁴.

⁴¹ Vide APÊNDICE A.

⁴² Vide APÊNDICE B.

⁴³ Optou-se por entrevistar pessoas que tivessem relações e laços de pertencimento com Galópolis, além de terem participado direta ou indiretamente do processo de musealização do território, conhecendo sua história. Alguns dos entrevistados já não residem mais no bairro por diferentes motivos, mas mesmo os denominados “ex-moradores” passaram grande parte de suas vidas na região, ainda sentindo-se parte dela.

⁴⁴ E por isso optou-se pela análise da “oralidade das fontes orais” (PORTELLI, 1997, p. 26-27) sem a sua transcrição propriamente dita, uma vez que perde-se muito dos elementos que a imagem pode transpassar. Para proporcionar mais pesquisas em torno das fontes produzidas, elas serão doadas ao Instituto de Memória Histórica Cultural da Universidade de Caxias do Sul e ao banco de memória oral do Instituto Hércules Galló, organizado pela autora da pesquisa, no ano de 2020. Para consultar modelo de Termo de Cessão de Entrevista vide APÊNDICE C.

Para interpretar os dados quantitativos, ou seja, as 116 respostas obtidas por meio da aplicação de um questionário online⁴⁵ do *Google Forms* entre dois de outubro e dezoito de novembro de 2019, buscou-se o método de análise de pesquisa *E-Survey*, tido por Gil (2006, p. 76), como uma metodologia inovadora para coleta de informações, pois pode ser empregada na elaboração, aplicação e análise dos questionários da pesquisa sem necessariamente ter contato físico, reduzindo o tempo de aplicação e aumentando a capacidade de obtenção de respostas por ser facilmente divulgado. Também vale destacar neste caso, que a impessoalidade do uso de meios eletrônicos não impediu o contato entre o entrevistado e a pesquisadora, preservando o contato social, uma vez que a utilização dessa ferramenta foi apenas um meio de auxílio na obtenção de informações para a pesquisa.

O roteiro que orientou tanto a pesquisa qualitativa como a quantitativa (um em sua totalidade e outro em sua versão reduzida) foi segmentado em três blocos de questões, sendo o primeiro destinado à identificação do entrevistado, o segundo às percepções que este possui em relação ao Museu de Território de Galópolis – relacionando sua atuação na localidade como parte da atuação no processo de musealização – e o terceiro, à visão em torno da preservação da identidade e do patrimônio que o processo desencadeou. Como já citado, nas entrevistas orais, o roteiro serviu para orientar a conversa informal desenvolvida pelos questionamentos propostos – podendo ser ultrapassado –, diferentemente da sua função no questionário online, que orientou as respostas de múltipla escolha desde o início do seu preenchimento até o fim.

Todas as questões que orientaram o roteiro em questão, foram pensadas e organizadas de forma a incentivar respostas críticas diante da perspectiva de musealizar o território de Galópolis, proporcionando a análise da visão que a comunidade possui acerca do processo através de diferentes fatores. De tal forma, a interpretação das respostas – tanto por meio das entrevistas orais como dos gráficos⁴⁶ gerados automaticamente pelo *Google Forms* – também deve refletir a postura crítica da pesquisa, verificando para além da própria resposta verbal, os elementos que a permeiam e constroem a visão do entrevistado.

⁴⁵ Disponível em: <https://forms.gle/G8n1p4hSGGevVmEP7>

⁴⁶ Vide APÊNDICE C.

Nesse âmbito, o primeiro fator a ser levado em consideração é o profundo senso de pertencimento que existe na relação entre moradores, ex-moradores e o território – este, não tido somente como um local onde se habita e se exerce poder (SANTOS; BECKER, p. 112), mas um lugar afetivo onde habitam as memórias e histórias, individuais e coletivas da comunidade, como também a apresentada por meio da historiografia local, trazida à pesquisa no primeiro capítulo, denominado “Galópolis: os processos da paisagem industrial”. Conforme afirma Vania Maria Merlotti Herédia (informação verbal)⁴⁷, uma das principais referências sobre a historiografia da região, “as pessoas em Galópolis gostam de falar [sobre sua história], há um pertencimento real, ele não é construído”.

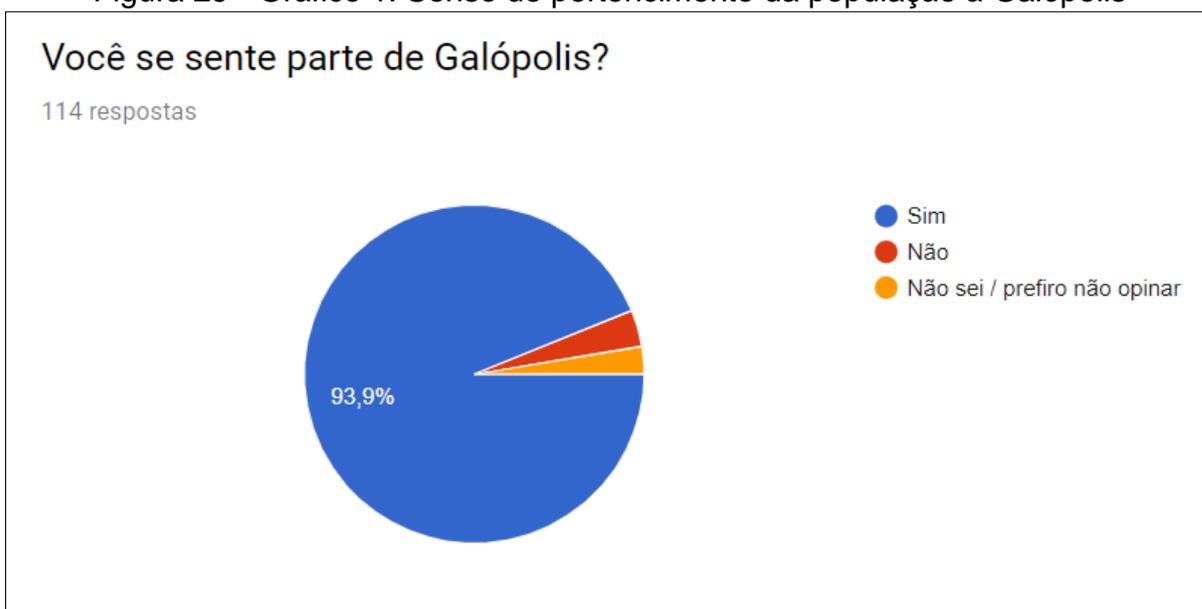
Quando questionados objetivamente se sentiam-se parte do bairro, 93,9% dos entrevistados⁴⁸ afirmam que sim, sentiam-se parte de Galópolis. Todos os 16 entrevistados oralmente seguem a mesma linha, afirmando também terem feito parte da história da comunidade devido à sua atuação dentro dela – esta, tida como presente desde as “raízes” familiares, passando pela atuação em espaços de sociabilidade como Associação de Moradores, pelo Clube de Mães, nos comércios locais, até os festejos, onde “se participava na cozinha, na churrasqueira ou servindo nas mesas”, conforme aponta a Sra. Lídia Maria Nicoletti Canale (informação verbal)⁴⁹.

⁴⁷ Entrevista cedida à Geovana Erlo. Caxias do Sul, set. 2019. (Vide ANEXO H).

⁴⁸ Aqui faz-se necessário informar ainda que algumas respostas obtidas não necessariamente vieram de moradores ou ex-moradores de Galópolis, uma vez que o questionário foi amplamente divulgado nas redes sociais da pesquisadora e também nas páginas e grupos do bairro. Porém, todos os dados foram filtrados de forma a levar em consideração somente as respostas de pessoas que possuíam ou possuem alguma relação com a região, identificadas por meio da resposta dada à terceira questão do formulário, “qual sua relação com Galópolis?”.

⁴⁹ Entrevista cedida à Geovana Erlo. Caxias do Sul, out. 2019. (Vide ANEXO I).

Figura 29 - Gráfico 1: Senso de pertencimento da população à Galópolis



Fonte: Dados da pesquisa (2019).

O senso de pertencimento à comunidade e sua história é um fator também determinante para o desenvolvimento de outro – a identidade local. Em 8 das 16 entrevistas orais, quando questionados se há uma identidade própria na região e, se sim, como ela foi cunhada, as respostas pouco variam, tratando da característica geográfica do local – que dificultou o contato com o centro da cidade por muito tempo –, que aliada ao desenvolvimento de uma forte indústria têxtil e a construção da sua mão-de-obra por meio dos imigrantes italianos e seus descendentes – e posteriormente, abrindo às pluralidades – unificou seus laços de sociabilidade, tornando Galópolis um espaço único na cidade.

Carmen e Maria Angela Fasolo (informação verbal)⁵⁰, ambas ex-professoras e ex-membros da Comissão de Organização da Semana de Galópolis, atuantes no bairro, ampliam ainda mais tal perspectiva ao afirmarem que este “

[Maria Angela Fasolo começa falando] é diferente de todos os outros bairros do município por tudo, pela história, a preservação desta história, a própria comunidade com a Semana de Galópolis, voltando ao passado toda hora [...] e tu não vê isso em outros bairros, até por estar um pouco afastado. Mas é totalmente diferente, aqui é laços afetivos, tu não tem em outro bairro [Carmen Fasolo prossegue], eu conheço todo mundo aqui, mesmo não mais morando aqui, venho uma ou duas vezes por semana. [...] A identidade daqui é a participação da comunidade.

Esta visão também é defendida por Lóris Maria Formolo⁵¹ (comerciante local), Maria Patrícia Pinto⁵² (atual presidente da AMOG), Mário Vitor Pinto⁵³ (ex-

⁵⁰ Entrevistas cedidas à Geovana Erlo. Caxias do Sul, out. 2019. (Vide ANEXO J e ANEXO K).

subprefeito de Galópolis), e Zilá Vial⁵⁴ (professora aposentada e ex-moradora da região) (informações verbais), tal qual Rosa Diligenti, que complementa, afirmando que

eu tenho que fazer alguma coisa por Galópolis, eu tenho que participar da comunidade, eu tenho que me envolver com alguma coisa. E aí que eu me envolvi, “né”, e agora não dá pra sair mais. Depois que se “tá” envolvido com Galópolis não se consegue mais sair. [...] Eu me sinto uma alma de Galópolis. [...]. Galópolis é uma família, todo mundo se conhece. Galópolis é de cada um. Galópolis é meu, Galópolis é teu. [...] O pessoal sempre diz, “eu vou para Caxias”, “eu vou à Galópolis”. A Rosa é lá de Galópolis, não é de Caxias.

De um modo geral, conforme teorizado também no capítulo “museu de território, patrimônio industrial e memória coletiva”, a história de Galópolis é tida como fruto da memória coletiva de sua comunidade, que se sente representada (CHARTIER, 1991, p. 184) por ela, originando uma identidade subjetiva mas ao mesmo tempo objetiva, comum à um grande número de consciências (HALBWACHS, 1968, p. 99) e disseminada devido às relações de poder que ela perpassa – embora nas entrevistas tenha-se feito presente a relação entre espontaneidade e construção desta identidade.

A identidade, além de expressa na imaterialidade da consciência dos habitantes, também é representada a partir desta por meio de elementos materiais presentes na região. Como um importante viés identitário levantado pelos entrevistados trata-se dos laços de sociabilidade criados em torno dos processos culturais da dinâmica fabril ali inserida por meio da indústria têxtil, preservar as edificações e a própria paisagem que remeta à tais relações é uma forma de preservar a identidade – e vice-versa, uma vez que a identidade também é responsável pelo senso de pertencimento que mantêm ativa a preservação dos espaços de memória comunitários, “restos da sua história” (NORA, 1993, p. 12-13).

Segundo Charles Tonet, “o MTG é a primeira iniciativa a preservar a memória industrial em Caxias do Sul” e conforme dados obtidos pela pesquisa quantitativa, quando questionados se os pontos contemplados pelo MTG propiciam a preservação da história local, do patrimônio industrial e a identidade, 96,6% dos entrevistados afirmou que sim. Porém, como havia a possibilidade de propor outra

⁵¹ Entrevistas cedidas à Geovana Erlo. Caxias do Sul, out. 2019. (Vide ANEXO L).

⁵² Entrevistas cedidas à Geovana Erlo. Caxias do Sul, out. 2019. (Vide ANEXO M).

⁵³ Entrevistas cedidas à Geovana Erlo. Caxias do Sul, out. 2019. (Vide ANEXO N).

⁵⁴ Entrevistas cedidas à Geovana Erlo. Caxias do Sul, out. 2019. (Vide ANEXO O).

resposta para além do “sim”, do “não” e do “não sei/prefiro não opinar”, uma das sugeridas foi “de maneira geral sim, mas é falho na escolha dos pontos”.

Figura 30 - Gráfico 2: Avaliação quanto à pertinência da escolha dos pontos para a preservação da história e da identidade local

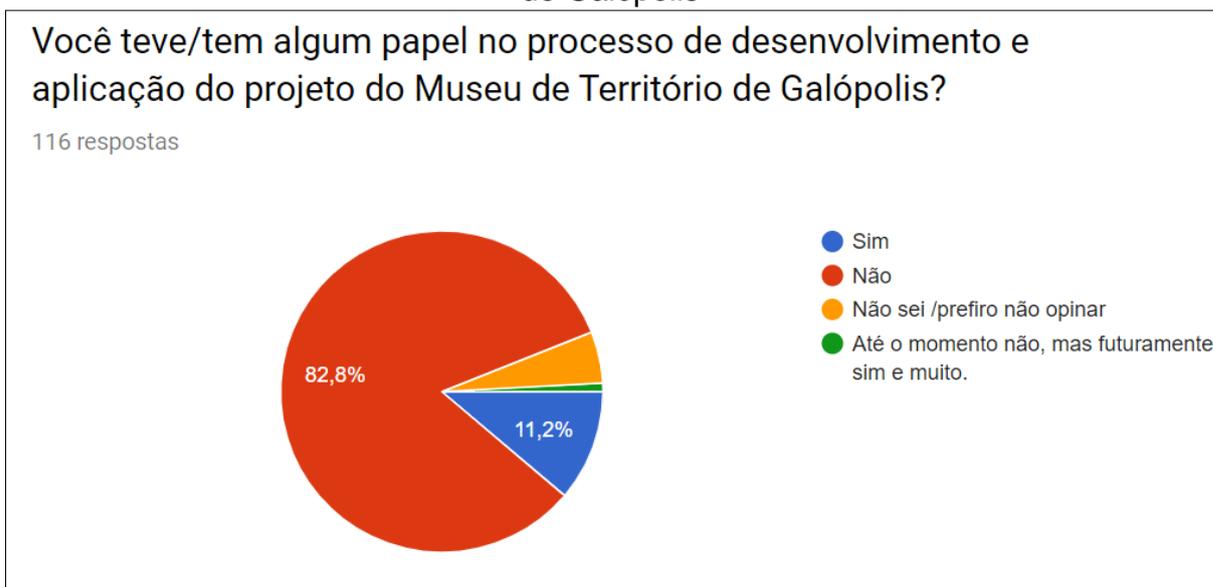


Fonte: Dados da pesquisa (2019).

Por que é falho na escolha dos pontos? Talvez porque, conforme também evidencia a pesquisa quantitativa, 82,8% dos entrevistados não tenha tido um papel ativo no projeto, tal qual escolha dos pontos. Conforme também ressalta o Sr. Luiz Antônio Felippi (informação verbal)⁵⁵, ex-trabalhador da Cooperativa de Consumo, que após o seu falimento, abriu o Mercado Nostra Vitta – que ainda é chamado por muitos de “Coopera” –, e que participou do projeto, tanto nas reuniões para se levantar os pontos contemplados como com seus depoimentos acerca da história da região – depois de afirmar que “não deveria falar isso” e dar um leve sorriso –, “Galópolis precisa ser valorada em seu conjunto, a beleza local”, incluindo a comunidade, pois “sem a comunidade não há Museu de Território”. Complementando com a entrevista de Charles Tonet, alguns pontos já foram pré-estabelecidos “e então foi feita essa relação [na primeira reunião do MTG] e eles [a comunidade] deram esse aceite. Eles entenderam que contava mesmo a história, tudo isso [...] teve alguns lugares que foram eliminados, mas muito pouco”.

⁵⁵ Entrevistas cedidas à Geovana Erlo. Caxias do Sul, out. 2019. (Vide ANEXO P).

Figura 31 - Gráfico 3: participação da comunidade no projeto do Museu de Território de Galópolis

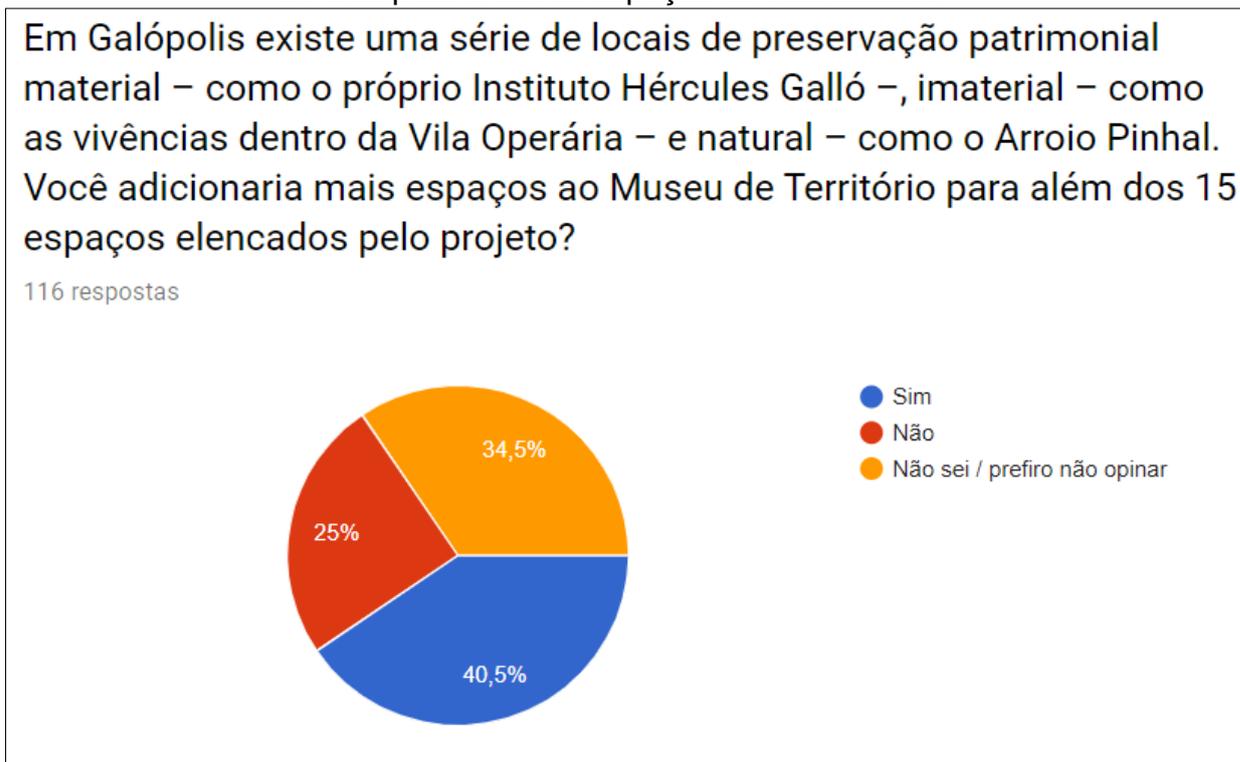


Fonte: Dados da pesquisa (2019).

Este gráfico também aponta uma resposta interessante: “Até o momento não, mas futuramente sim e muito”. Ela reflete a perspectiva de ampliação do projeto que a comunidade possui, e que de fato é uma possibilidade dentro do Instituto Hércules Galló, como o Museu de Território de Galópolis fase III, que segundo Renato Solio, “pode alcançar o meio rural de Galópolis, como a Terceira e a Quarta Léguas” ou mesmo o Festival da Lã, idealizado pela equipe da 3T e apresentado a membros da COOTEGAL ainda na primeira reunião do MTG (conforme aponta o rascunho da reunião disponibilizado por Rosa Maria Diligenti) como “alternativa mais viável de expansão, pois movimenta a economia local”.

Quando questionados acerca da pertinência dos espaços escolhidos que compõem o MTG fase II, as respostas são bastante diversas, tanto na pesquisa quantitativa como na qualitativa. 25% dos entrevistados com o formulário no *Google Forms* não acrescentaria ou modificaria os locais contemplados com o totem do projeto; 34,5% não sabe ou prefere não opinar; e a maioria, 40,5% afirma que adicionaria ou mudaria algum ponto do projeto. Dentre os espaços sugeridos tanto oralmente como nas respostas virtuais, o ponto que mais se destaca é o Morro da Cruz, espaço que faz parte de uma propriedade privada hoje, mas é bastante presente na memória coletiva, pois era um local onde havia frequentes procissões durante o período da Quaresma, ao longo de 1920 até 1970.

Figura 32 - Gráfico 4: avaliação quanto à aplicação do projeto do Museu de Território de Galópolis a outros espaços da comunidade



Fonte: Dados da pesquisa (2019).

De modo geral, nota-se a partir da análise dos dados obtidos tanto por meio das entrevistas com fontes orais como a *E-Survey*, que a comunidade acredita no potencial de preservação do patrimônio industrial e da identidade local. Contudo, contrariando a visão de concepção da função de um Museu de Território, o de Galópolis não abriu tanto à participação dos moradores e ex-moradores da localidade, havendo a necessidade de reparação por meio da ampliação do projeto, agora com acesso a todos, possibilitando que as suas vozes sejam ouvidas – objetivo desta pesquisa, e que assume-se como efetivado em partes, ainda havendo uma ampla possibilidade de aprofundamento em torno do tema.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A História Econômica de Galópolis constrói-se a partir da implantação da primeira indústria têxtil da região, passando pelas suas diferentes fases – de Cooperativa Têxtil Societá Tevere e Novità (1894-1904) à Companhia dos Tecidos de Lã (1904-1912), posteriormente Chaves & Irmãos (1913-1928), passando pela Sociedade Anônima Companhia Lanifício São Pedro (1928-1979) e Lanifício Sehbe S.A. (1979-1999) até voltar ao seu sistema inicial com a Cooperativa Têxtil de Galópolis (1999-dias atuais).

A História Política, por sua vez, pauta-se nas grandes personalidades paternalistas da localidade, focando inicialmente em Hércules Galló e sua atuação na indústria e política regional. Depois surge Orestes Manfro e João Laner Spinato, também personalidades envolvidas com a produção e administração pública da região. Posteriormente, há o retorno à família Galló, com Ércole Sólío e seu papel como vice-cônsul e novamente Hércules Galló, já como autoridade póstuma digna de nomear homenagens aos novos figurões da política nacional.

A História Social, por sua vez, orienta-se em torno das perspectivas ideológicas e as vivências do operariado local – fruto da relação entre os objetos de pesquisa das duas tipologias de análise historiográfica anteriores – e até hoje trabalha com as mentalidades criadas em torno dos processos culturais oriundos de uma dinâmica fabril de cunho paternalista. Aliada à Museologia e ao estudo aprofundado acerca do patrimônio local – com enfoque aos resquícios industriais –, constrói-se a atual pesquisa, objetivando acima de tudo compreender e dar voz às percepções da comunidade que até hoje compartilha de um ideal identitário.

Também como um reflexo das fontes utilizadas tanto pela História Econômica, como a Política e a Social, surge o Instituto Hércules Galló, que sob a direção de membros da família Galló e auxílio técnico da museóloga Tânia Tonet e a equipe da 3T – memória corporativa, idealizaram as duas fases pela qual o projeto do Museu de Território de Galópolis passou até o momento, e tende a ser ampliado, abrangendo diferentes possibilidades quanto ao território disponível.

Os quinze pontos propostos como componentes do MTG – isto é, o Instituto Hércules Galló, a Cascata Véu de Noiva, a Árvore das Garças, o Armazém Basso, a Cooperativa de Consumo, o Círculo Operário, o Cine-Operário, o Lanifício, a Praça Duque de Caxias, a Vila Operária, a Igreja Nossa Senhora do Rosário de Pompéia, a

Escola Ismael Chaves Barcellos, o Arroio Pinhal, o Casarão Stragliotto e o SindiGal – propiciam uma visão ampliada em torno das diferentes esferas historiográficas presentes na região, possibilitando desde a análise em torno do padrão de vida do proprietário do Lanifício, o modo de produção empregado no parque fabril, até as vivências do operariado local em relação ao meio onde vivem.

Contudo, para abarcar a função social que um Museu de Território, dentro da perspectiva da sociomuseologia, propõe, é preciso a participação da comunidade, a verdadeira responsável pela preservação da sua memória coletiva, sua identidade e dos resquícios da paisagem cultural que desde sempre permeou sua realidade – e, embora tenha havido a presença de membros específicos da localidade, a possibilidade de intervenção no processo não foi aberta aos demais moradores ou ex-moradores, assumindo uma perspectiva mercadológica nos últimos instantes.

De tal forma, conforme evidenciado ao longo das análises em torno das fontes escritas, orais e iconográficas disponibilizadas por esta mesma população que participou de forma ínfima no projeto, acredita-se fielmente no papel de preservação do patrimônio industrial e identidade local que o Museu de Território de Galópolis, através do Instituto Hércules Galló, assume, prezando por sua continuidade. Porém, esta deve ser dada de forma a revalorizar o papel dos seus habitantes como agentes sociais, históricos e transformadores, que tem voz e ainda muitos elementos a serem pesquisados.

A escrita do Trabalho de Conclusão de Curso trouxe à tona a constante procura por fontes que corroborassem para a comprovação teórica e empírica da hipótese central de minha pesquisa, de que o MTG assumiu o papel de preservação do patrimônio industrial e identidade local. Todavia, quando a pesquisa iniciou, os dados acerca da consolidação do projeto eram poucos, e desse ponto surgiu a necessidade da busca por evidências para além das encontradas. Essa tarefa e a posterior análise dos recursos encontrados contribuíram para a consolidação de minha formação como pesquisadora, tanto dentro como fora da minha atuação no Instituto Hércules Galló – pois pude por em prática alguns preceitos não tão explorados ao longo de minha caminhada acadêmica e profissional: a união da teoria com a prática por meio de uma metodologia científica emancipadora, visando dar voz aos sujeitos históricos ativos locais.

REFERÊNCIAS

- ABREU, Regina. Tal Antropologia, qual museu?. In: ABREU, Regina.; CHAGAS, Mário de Souza; SANTOS, Myrian Sepúlveda dos (Orgs.). **Museus, Coleções e Patrimônios: narrativas polifônicas**. Rio de Janeiro: Garamond, MinC/Iphan/Demu, 2007. p. 138-178.
- ABREU, Regina; CHAGAS, Mário (orgs.). **Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos**. 2 ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009.
- ADAMI, João Spadari. **História de Caxias do Sul (1864-1962)**. Caxias do Sul: São Miguel, 1963.
- ALFREY, Judith. **The Industrial Heritage**. Routledge, 1992.
- ALMEIDA, Ana Paula Santos; MONTEIRO, Katani. **Outros espaços da cidade, outros protagonistas: descentralizando a educação patrimonial**. Caxias do Sul: Métis-História e Cultura, v. 16, n.32, 2017.
- ALMEIDA, Lindijane de Souza Bento; SILVA, Ivaneide Oliveira da. **A sociologia de Durkheim**. SBS - XII Congresso Brasileiro de Sociologia. Belo Horizonte, 2005.
- BALANDIER, Georges. **Antropo-logiques**. Paris: Presses Universitaires de France, 1974.
- BARELLA, Sandra Maria Favaro; RIGATTI, Décio. **Galópolis and Forqueta: visions of a regional landscape**. In: IV INTERNATIONAL CONFERENCE OF THE INTERNATIONAL FORUM ON URBANISM (IFOU), Amsterdam, 2009. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/30408/000726099.pdf?sequence=1>. Acesso em: 30 abr. 2019.
- BOMBASSARO, Luiz Carlos; DAL RI, Júnior; PAVIANI, Jayme (orgs.). **As interfaces do humanismo latino**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004.
- BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade**. Lembrança de velhos. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. Tradução: Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.
- BUENO, Ricardo. **Galópolis e os italianos: patrimônio histórico preservado a serviço da cultura**. Porto Alegre: Quattro Projetos, 2012.
- BURKE, Peter. **A revolução francesa da historiografia: a Escola dos Annales (1929-1989)**. São Paulo: Ed. UNESP, 1992.
- CAFÉ, Daniel Calado. **Patrimônio, identidade e memória: proposta para a criação do museu do território de Alcanena**. Dissertação (Mestrado em Sociomuseologia) - Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, Lisboa, 2007.

CANDAU, Joel. **Memória e Identidade**. Tradução: Maria Letícia Ferreira. São Paulo: Contexto, 2011.

CÂNDIDO, Manuelina Maria Duarte. **Gestão de Museus, um Desafio Contemporâneo: Diagnóstico Museológico e Planejamento**. Porto Alegre: Mediatrix, 2013.

CHAGAS, Mário de Souza. Há uma gota de sangue em cada museu: a ótica museológica de Mário de Andrade. **Cadernos de Sociomuseologia**. v. 13. Lisboa: Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, 1999.

CHAGAS, Mário de Souza. Memória e Poder: dois movimentos. **Cadernos de Sociomuseologia**, v. 019. Lisboa: Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, 2002

CHAGAS, Mário de Souza. **Imaginação museal: Museu, memória e poder em Gustavo Barroso, Gilberto Freyre e Darcy Ribeiro**. Rio de Janeiro, 2003. Tese de doutorado apresentada na UERJ. Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Myrian Sepúlveda dos Santos.

CHARTIER, Roger. **O mundo como representação**. Estudos Avançados. São Paulo, v. 5, n. 11, p. 173-191, abr. 1991.

CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. 3 ed. São Paulo: Estação Liberdade: UNESP, 2006.

CORDEIRO, José Manuel Lopes. **Algumas questões sobre o estudo e salvaguarda de paisagens industriais**. Campinas: Labor & Engenho, v.5, n.1, p.1-12, 2011. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/labore/article/view/102/pdf_51>. Acesso em: 30 mai. 2019.

CORDEIRO, José Manuel Lopes; RODRIGUES da SILVA, Ronaldo André. **Reflexões acerca do Conceito de Patrimônio Cultural sob a Ótica do Patrimônio Industrial e da Arqueologia Industrial**. São Paulo: Faces da História, v.4, n^o1, p. 07-29, jan.-jun., 2017. Disponível em: <<http://seer.assis.unesp.br/index.php/facesdahistoria/article/view/402/428>>. Acesso em: 30 mai. 2019.

COSTA, Rovílio; GARDELIN, Mário. **Colônia Caxias: Origens**. Porto Alegre: EST, 1993.

DESVALLÉES, André; MAIRESSE, François; SOARES, Bruno Brulon; CURY, Marília Xavier. **Conceitos-chave de Museologia**. [S.l: s.n.] ICOM, 2013.

DEZEN-KEMPTER, Eloísa. **O lugar da indústria no patrimônio cultural**. Labor & Engenho, Campinas, v.5, n.1, p.107-125, 2011.

FERNANDES, Sara Margarida de Matos Roma. **Identidade narrativa e identidade pessoal uma abordagem da filosofia de Paul Ricoeur**. Philosophica, n. 33, Lisboa, 2008, p. 75-94.

FERRES, Marlos Rodrigo. **Tecendo uma história:** a Cooperativa Têxtil Galópolis. 2018. Dissertação (Mestrado em História) - UCS, Caxias do Sul, 2018.

FONTANA, Giovanni Luigi; MARTINS, Cláudio Marun Mascarenhas. **Da história ao projeto:** metodologia para a análise do patrimônio industrial e boas práticas na reabilitação das *company towns* na Itália e no Brasil. Uma experiência em desenvolvimento. VI Colóquio Latino-Americano sobre Recuperação e Preservação do Patrimônio Industrial, São Paulo, 2012.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** São Paulo: Atlas, 2006.

GIRON, Loraine Slomp. **Caxias do Sul:** Evolução Histórica. Caxias do Sul/Porto Alegre: Prefeitura Municipal de Caxias do Sul, Universidade de Caxias do Sul, Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes, 1977.

HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva** (Trad.). Paris: Presses Universitaire de France, 1968.

HERÉDIA, Vania Beatriz Merlotti. **Hércules Galló:** vida e obra de um empreendedor. Porto Alegre: EST, 2003.

HERÉDIA, Vania Beatriz Merlotti. **Memória e Identidade étnica:** O caso de Galópolis. In: XXVIII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA. Florianópolis, 2015. Disponível em:

http://www.snh2015.anpuh.org/resources/anais/39/1434323898_ARQUIVO_TextoAN_PUHFLORIPA2015.pdf. Acesso em: 30 abr. 2019.

HERÉDIA, Vania Beatriz Merlotti. **Processo de industrialização da Zona Colonial Italiana.** 2. Ed., ampl. Caxias do Sul: Educs, 2017.

HERÉDIA, Vania Beatriz Merlotti; PAVIANI, Neires Maria Soldatelli. **Língua, cultura e valores:** um estudo da presença do humanismo latino na produção científica sobre a imigração italiana no Sul do Brasil. Porto Alegre: EST, 2003.

HOBBSAWM, Eric. **A invenção das tradições.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS (IBRAM). **Criação do IBRAM** - Instituto Brasileiro de Museus. [s.d.]. Disponível em: <<http://www.museus.gov.br/a-instituicao/>>. Acesso em: 12 mar. 2019

IOTTI, Luiza Horn (org.) **Imigração e colonização:** legislação de 1747-1915. Porto Alegre: Assembléia Legislativa do Estado do RS. – Caxias do Sul: EDUCS, 2001.

JULIÃO, Letícia. **Apontamentos sobre a história do museu.** Caderno de Diretrizes Museológicas. Brasília: MinC/Iphan/Departamento de Museus e Centros Culturais; Belo Horizonte: Secretaria de Estado da Cultura/Superintendência de Museus, 2006, p. 19-31.

KNACK, Eduardo Roberto Jordão. Reflexões acerca do conceito patrimônio. In: MACHADO, Ironita P.; ZANOTTO, Gizele. (Org.). **Momento Patrimônio.** 1ed. Passo Fundo: Berthier, 2012.

KÜHL, Beatriz Mugayar. **Patrimônio industrial**: algumas questões em aberto. Arq.urb Revista Eletrônica de Arquitetura e Urbanismo, São Paulo, n. 3, 2010. Disponível em: < http://www.usjt.br/arq.urb/numero_03/3arqurb3-beatriz.pdf >. Acesso em: 11 dez. 2019.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas: Editora da Unicamp, 1990.

LUCHESE, Terciane A. **O processo escolar entre imigrantes na região colonial italiana do Rio Grande do Sul, 1875 a 1930**. Leggere, scrivere e calcolare per essere alcuno nella vita. 2007. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2007.

MACHADO, Maria Abel. **Mulheres sem rosto**: operárias de Caxias do Sul. Caxias do Sul: Maneco – Livraria & Editora, 1998.

MARSHALL, Francisco. **Carta de Veneza, 1964**: notas de leitura. n. 24, Canoas: Mousseion, 2016.

MENEGUELLO, Cristina. **Patrimônio industrial como tema de pesquisa**. Anais do Seminário Internacional História do Tempo Presente. Florianópolis: UDESC; ANPUH-SC; PPGH, 2011.

MOUTINHO, Mario. **Sobre o conceito de Museologia Social**. Caderno de Sociomuseologia, nº. 1. Lisboa: Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, 1993.

NASCIMENTO, Roberto Revelino Fogaça do. **A formação urbana de Caxias do Sul**. Caxias do Sul: Educs, 2009.

NORA, Pierre. **Entre memória e História**: a problemática dos lugares. Projeto História, v. 10. São Paulo, dez 1993.

OLIVEIRA, Carlos Augusto de. **A musealização do território como estratégia de gestão do patrimônio e administração da memória**. Revista Memorare, Tubarão, SC, v. 2, n. 2, p. 34-51, jan./abr. 2015. Disponível em: http://www.portaldeperiodicos.unisul.br/index.php/memorare_grupegp/article/download/3029/2158. Acesso em: 30 maio 2019.

OLIVEIRA, Eduardo Romero de. **A cultura industrial como herança**: questões sobre o reconhecimento de um patrimônio da industrialização “tardia” no Brasil. Oculum Ensaios, v14(2), p. 311-330. Campinas, mai-ago 2017. Disponível em: <http://periodicos.puc-campinas.edu.br/seer/index.php/oculum/article/download/3897/2474>. Acesso em: 15 maio 2019.

PALMER, Marilyn; NEAVERSON, Peter. **Industrial Archaeology**: Principles and Practice. Routledge, 1998.

PELEGRINI, Sandra de Cássia Araújo. **Cultura e natureza**: os desafios das práticas preservacionistas na esfera do patrimônio cultural e ambiental. Revista Brasileira de História. São Paulo 2006, v. 26, nº 51, p. 115-140.

PISTORELLO, Daniela. **As políticas públicas de preservação do patrimônio a partir dos Roteiros Nacionais de Imigração: O caso de Santa Catarina.** In: 1º Seminário de Planejamento Regional [Conpadre N.03/2010], Campinas e Jaguariúna: Labor & Engenho, v.4, n.2, 2010.

PORTELLI, Alessandro. **O que faz a História Oral diferente.** Projeto História n. 14, São Paulo, fev. 1997.

POZENATO, José Clemente. **A Cocanha.** Porto Alegre: Mercado Aberto, 2000.

RECH, Roberto. **Levantamento do Loteamento da Colônia Caxias - Fase colonial: 1875.** Caxias do Sul: 1984.

ROCHA, Thaíse Sá Freire. **Refletindo sobre memória, identidade e patrimônio: as contribuições do programa de Educação Patrimonial do MAEA-UFJF.** In: XVIII Encontro Regional ANPUH-MG. Mariana, 2012.

RUBINO, Silvana. **O mapa do Brasil passado.** Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Rio de Janeiro, n. 24, 1996.

SANTOS, Myrian Sepúlveda dos. **Políticas da memória na criação dos museus brasileiros.** Cadernos de Sociomuseologia, v. 19, n.19, 2002, p. 115-137.

SANTOS, Milton; BECKER, Bertha. Da representação do poder ao poder da representação: uma perspectiva geográfica. In: OLIVEIRA, Márcio Piñon de; HAESBAERT, Rogério; MOREIRA, Ruy. **Território, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial.** Niterói: PP GEO/UFF, 2002.

SCHICCHI, Maria Cristina. **Preservação do patrimônio industrial no Brasil: entrevista com Silvana Rubino e Cristina Meneguello.** Oculum Ensaios, Campinas, 19 abr. 2019. Disponível em: <http://periodicos.puc-campinas.edu.br/seer/index.php/oculum/article/view/797/777>. Acesso em: 19 abr. 2019.

SILVA, Ronaldo André Rodrigues da. **Paisagem Cultural Industrial: memórias de um patrimônio da contemporaneidade.** Labor & Engenho, Campinas, v.5, n.1, p.86-106, 2011.

SUANO, Marlene. **O que é museu.** São Paulo: Brasiliense, 1986

TCACENCO, Maria Adami. "Dados Biográficos de João Spadari Adami". In: TCACENCO, Maria Adami (org.). **História de Caxias do Sul (Educação). 1877-1967.** Tomo III, edição póstuma. Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes, 1981.

THE INTERNATIONAL COMMITTEE FOR THE CONSERVATION OF THE INDUSTRIAL HERITAGE (TICCIH). **Carta de Nizhny Tagil sobre patrimônio industrial.** 2003. Disponível em: <http://www.mnactec.cat/ticcih/pdf/NTagilPortuguese.pdf>. Acesso em: 12 mar. 2019.

TONUS, João Wianey; TRAVI, Claudete Maria Taiarol (supervisão). **Projeto Victur: Valorização do Turismo integrado à Identidade Cultural dos Territórios**. Caxias do Sul: Belas Letras, 2007.

TORELLY, Luiz Philippe. **Notas sobre a evolução do conceito de Patrimônio Cultural**. Fórum Patrimônio, v. 5, n. 2, Belo Horizonte 2012.

UNITED NATIONS EDUCATIONAL, SCIENTIFIC, AND CULTURAL ORGANIZATION (UNESCO). **Convenção para salvaguarda do patrimônio cultural e imaterial**. 2003. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001325/132540por.pdf>>. Acesso em: 12 mar. 2019.

UNITED NATIONS EDUCATIONAL, SCIENTIFIC, AND CULTURAL ORGANIZATION (UNESCO). **Convenção para a proteção do patrimônio mundial, cultural e natural**. 1972. Disponível em: <<http://whc.unesco.org/en/convention/>>. Acesso em: 12 mar. 2019.

VARINE, Hugues de. **O tempo social**. Rio de Janeiro: Eça Editora, 1987.

VERONA, Antonio Folquito. **Pacto Social e Luta Operária em Schio**. Revista Brasileira de História, São Paulo: v. 17, n. 34, p. 13-52, 1997. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01881997000200002&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 19 nov. 2019.

WILLIAMS, Raymond. Base e superestrutura na teoria da cultura marxista. In: **Cultura e Materialismo**. São Paulo: Editora Unesp, 2011, p. 43- 68.

FONTES PESQUISADAS

1 FONTES ESCRITAS

BUENO, Ricardo. **Galópolis e os italianos: patrimônio histórico preservado a serviço da cultura**. Porto Alegre: Quattro Projetos, 2012. Disponível em: <https://issuu.com/077906/docs/miolo_galopolis>. Acesso em 17 dez. 2019.

CAXIAS DO SUL (RS). **Cópia autenticada de autorização de José Galló para cessão de espaço para fins culturais do Instituto Hércules Galló**. Registro em 20 jun. 2013.

CAXIAS DO SUL (RS). Processo administrativo nº 2009043317. **Cópia autenticada do ato de tombamento das residências de Hércules Galló**. Registro em 01 jul. 2010.

CAXIAS DO SUL. Serviço registral de imóveis – 1ª zona – **Livro nº 2 de registro geral**. Cópia autenticada de escritura de imóveis de José Galló. Registro em 23 dez. 2010.

DILIGENTI, Rosa Maria. **Diário pessoal**. Caxias do Sul, 14 jul. 2014. 1 manuscrito de agenda.

DILIGENTI, Rosa Maria. **Diário pessoal**. Caxias do Sul, 26 ago. 2014. 1 manuscrito de agenda.

INTERNATIONAL COUNCIL OF MUSEUMS (ICOM). **Statutes**. 2007. Disponível em: <http://icom.museum/fileadmin/user_upload/pdf/Statuts/Statutes_eng.pdf>. Acesso em: 17 dez. 2019.

INTERNATIONAL COUNCIL OF MUSEUMS (ICOM). **The International Committees of ICOM**. 2006. Disponível em: <<http://www.museum.or.jp/icom-J/internationals.html>>. Acesso em: 17 dez. 2019.

INTERNATIONAL COUNCIL OF MUSEUMS (ICOM). **Boletín del Consejo Internacional de Museos**, Paris, v. 55, n. 1, 2002.

INTERNATIONAL COUNCIL OF MUSEUMS (ICOM). **Nona conferência geral**. 1971. Disponível em: <<http://icom.museum/what-we-do/activities/general-conference/past-general-conferences.html>>. Acesso em: 17 dez. 2019.

ICOM-BR. **Código de ética para museus do ICOM**. 2009. Disponível em: <www.museupm.com.br/legislacao/codigoEtica.pdf>. Acesso em: 17 dez. 2019.

ICOM-BR. **Comitê Brasileiro do ICOM**. [s.d.]. Disponível em: <<http://www.icom.org.br/index.cfm?canal=icom>>. Acesso em: 17 dez. 2019.

ICOMOS. **Charte de Conservation du Patrimoine Québécois – Déclaration de Deschambault**. Canadá. 1982. Disponível em: <<http://www.icomos.org/fr/charters-and-texts/179-articles-enfrancais/ressources/charters-and-standards/191-la-declaration-dedeschambault>>. Acesso em: 17 dez. 2019.

ICOMOS. **Historic background from the emergence of the concept of world heritage to the creation of ICOMOS**. 1964a. Disponível em: <<http://www.icomos.org/en/about-icomos/missionand-vision/history>>. Acesso em: 17 dez. 2019.

ICOMOS. **International Charter for de Conservation and Restoration of Monuments and Sites**. Document 2 – Resolution concerning the creation of an international non-governmental organisation for monuments and sites. 1964b. Disponível em: <<http://www.international.icomos.org/publications/hommedecin.pdf>>. Acesso em: 17 dez. 2019.

ICOMOS. **The Athens Charter for the restoration of historic monuments**. Adopted at the first International Congress of Architects and Technicians of Historic Monuments, Athens 1931. Disponível em: <<http://www.icomos.org/index.php/en/charters-and-texts?id=167:the-athenscharter-for-the-restoration-of-historic-monuments&catid=179:chartersand-standards>>. Acesso em: 17 dez. 2019.

ICOMOS-BR. **Cartas Internacionais**. Carta de Atenas. Sociedade das Nações, outubro de 1931. Disponível em: <<http://www.icomos.org/en/about-icomos/missionand-vision/history>>. Acesso em: 17 dez. 2019.

INSTITUTO Hércules Galló. **Autorização do proprietário ou detentor de direitos ou cessão dos direitos autorais**. Caxias do Sul, 2012.

INSTITUTO Hércules Galló. **Carta de bens culturais de Galópolis**. Caxias do Sul, 2012.

INSTITUTO Hércules Galló. **Carta de resposta à diligência sobre novo cronograma**. Porto alegre, 2014.

INSTITUTO Hércules Galló. **Convite para a inauguração do Museu de Território de Galópolis fase I**. Caxias do Sul, 28 nov. 2015.

INSTITUTO Hércules Galló. **Convite para a inauguração do Museu de Território de Galópolis fase II**. Caxias do Sul, 17 ago. 2019.

INSTITUTO Hércules Galló. **Convite para reunião sobre o Museu de Território de Galópolis Fase II**. Caxias do Sul, 26 ago. 2014.

INSTITUTO Hércules Galló. **Cronograma de execução atualizado**. Porto Alegre, 2015.

INSTITUTO Hércules Galló. **Livro de Visitas nº 2**. Caxias do Sul, 2016.

INSTITUTO Hércules Galló. **Memorial de Obra**. Caxias do Sul, 2012.

INSTITUTO Hércules Galló. **Orçamentos à diligência PRONAC nº135401**. Caxias do Sul, 2013.

INSTITUTO Hércules Galló. **Parecer técnico e inventário do acervo do Instituto Hércules Galló**. Caxias do Sul, 2013.

INSTITUTO Hércules Galló. **Projeto de Intervenção das Residências Tombadas que Pertenceram à Hércules Galló.** Caxias do Sul, 2012.

INSTITUTO Hércules Galló. **Proposta museográfica do Museu de Território fase I.** Caxias do Sul, 2012.

INSTITUTO Hércules Galló. **Registro documental e fotográfico da situação atual dos bens a receberem intervenção de restauro.** Caxias do Sul, 2010.

MINISTÉRIO DA CULTURA. Lei de Incentivo à Cultura Federal. **PRONAC 135401 – Projeto Museu do Território:** Galópolis. Caxias do Sul, 2013. Disponível em: <<http://versalic.cultura.gov.br/#/projetos/135401>>. Acesso em 17 dez. 2019.

MINISTÉRIO DA CULTURA. **Ofício nº 0269/2013-COAP/CGAPI/DIC/SEFIC/MINC.** Brasília, 4 out. 2013.

THE INTERNATIONAL COMMITTEE FOR THE CONSERVATION OF THE INDUSTRIAL HERITAGE (TICCIH). **Carta de Nizhny Tagil sobre patrimônio industrial.** 2003. Disponível em: <<http://www.mnactec.cat/ticcih/pdf/NTagilPortuguese.pdf>>. Acesso em: 17 dez. 2019.

TONET, Charles. **[Correspondência]**. Destinatário: Geovana Erlo. Caxias do Sul: 17 nov. 2019. Relação de bens patrimoniais abarcados pelo Museu de Território de Galópolis fase II. 1 e-mail.

UNITED NATIONS EDUCATIONAL, SCIENTIFIC, AND CULTURAL ORGANIZATION (UNESCO). **Convenção para salvaguarda do patrimônio cultural e imaterial.** 2003. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001325/132540por.pdf>>. Acesso em: 17 dez. 2019.

UNITED NATIONS EDUCATIONAL, SCIENTIFIC, AND CULTURAL ORGANIZATION (UNESCO). **Convenção para a proteção do patrimônio mundial, cultural e natural.** 1972. Disponível em: <<http://whc.unesco.org/en/convention/>>. Acesso em: 17 dez. 2019.

2 FONTES ICONOGRÁFICAS

INSTITUTO Hércules Galló. **Material de divulgação do Museu de Território fase I.** 2015. Folder.

INSTITUTO Hércules Galló. **Material de divulgação do Museu de Território fase II.** 2019. Folder.

INSTITUTO Hércules Galló. **Totens do Museu de Território de Galópolis fase II.** 2019. Cartazes.

TONET, Charles. **[Correspondência]**. Destinatário: Geovana Erlo. Caxias do Sul: 17 nov. 2019. Slides de apresentação do projeto do Museu de Território de Galópolis à comunidade de Galópolis. 1 e-mail.

3 FONTES VIRTUAIS

FACEBOOK. **Museu de Território de Galópolis**. Disponível em: < <https://www.facebook.com/MuseuDeTerritorioDeGalopolis>>. Acesso em 11 dez. 2019.

GOOGLE. Google Forms. **Formulário Museu de Território de Galópolis: estratégia para a preservação do patrimônio industrial e identidade local**. Disponível em: < <https://forms.gle/jiVg5NVfAMojnG5R8>>. Acesso em 17 dez. 2019.

INSTITUTO HÉRCULES GALLÓ. **Quem somos**. Disponível em: <<http://www.herculesgallo.com.br/>>. Acesso em 11 dez. 2019.

O PRIMEIRO Raio de Sol. Direção: Lissandro Stalivieri. Gravação de Spaghetti Filmes. Caxias do Sul: Lei de Incentivo à Cultura de Caxias do Sul, 2012. 1 DVD (15min). Disponível em: < <https://vimeo.com/112511733>>. Acesso em 17 dez. 2019.

4 FONTES ORAIS

CANALE, Lídia Maria Nicoletti. [informação verbal]. Entrevista cedida à Geovana Erlo. Caxias do Sul, out. 2019. Arquivo .mp4 (45min39seg).

COMERLATO, Maria Lourdes Diligenti. [informação verbal]. Entrevista cedida à Geovana Erlo. Caxias do Sul, out. 2019. Arquivo .mp4 (36min3seg).

DALL'AGNOL, Renato João. [informação verbal]. Entrevista cedida à Geovana Erlo. Caxias do Sul, out. 2019. Arquivo .mp4 (24min16seg).

DILIGENTI, Rosa Maria. [informação verbal]. Entrevista cedida à Geovana Erlo. Caxias do Sul, out. 2019. Arquivo .mp4 (42min52).

FASOLO, Carmen; FASOLO, Maria Angela. [informação verbal]. Entrevista cedida à Geovana Erlo. Caxias do Sul, out. 2019. Arquivo .mp4 (29min44seg).

FELIPPI, Luiz Antônio. [informação verbal]. Entrevista cedida à Geovana Erlo. Caxias do Sul, out. 2019. Arquivo .mp4 (24min18seg).

FORMOLO, Lóris Maria. [informação verbal]. Entrevista cedida à Geovana Erlo. Caxias do Sul, out. 2019. Arquivo .mp4 (11min53seg).

GALLÓ, José. [informação verbal]. Entrevista cedida à Geovana Erlo. Caxias do Sul, out. 2019. Arquivo .mp4 (22min15seg).

HERÉDIA, Vania Maria Merlotti. [informação verbal]. Entrevista cedida à Geovana Erlo. Caxias do Sul, out. 2019. Arquivo .mp4 (26min13seg).

INSTITUTO Hércules Galló. [Informação verbal]. Discurso de inauguração do Museu de Território de Galópolis fase II. Caxias do Sul, 17 ago. 2019. Arquivo .mp4 (26min).

NAVA, Olivir José. [informação verbal]. Entrevista cedida à Geovana Erlo. Caxias do Sul, out. 2019. Arquivo .mp4 (42min4seg).

PINTO, Maria Patrícia; PINTO, Mário Vitor. [informação verbal]. Entrevista cedida à Geovana Erlo. Caxias do Sul, out. 2019. Arquivo .mp4 (26min22seg).

SOLIO, Renato. [informação verbal]. Entrevista cedida à Geovana Erlo. Caxias do Sul, out. 2019. Arquivo .mp4 (23min18seg).

TONET, Charles. [informação verbal]. Entrevista cedida à Geovana Erlo. Caxias do Sul, out. 2019. Arquivo .mp4 (42min57seg).

VIAL, Zilá Maria Felippi. [informação verbal]. Entrevista cedida à Geovana Erlo. Caxias do Sul, out. 2019. Arquivo .mp4 (15min7seg).

APÊNDICE

APÊNDICE A - ROTEIRO DE ENTREVISTAS PARA COLETA DE DADOS QUALITATIVOS

Data / local da entrevista / nome do entrevistador

Bloco 1: dados pessoais

1. Qual seu nome (completo)?
2. Qual sua idade / data de nascimento?
3. Qual seu endereço? Reside em Galópolis?
4. Qual sua atuação profissional? Trabalha em Galópolis?
5. Qual sua relação com Galópolis? Mora, trabalha/estuda ou tem parentes/familiares naturais de Galópolis?

Bloco 2: Museu de Território de Galópolis e patrimônio cultural

6. Você sabe o que é o Museu de Território de Galópolis?
7. Você teve/tem algum papel no processo de desenvolvimento e aplicação do projeto do Museu de Território de Galópolis? Se sim, qual?
8. Você conhece a história de Galópolis? Poderia contar o que sabe ou ouviu falar?
9. Você acha importante conhecer a história de Galópolis? E preservá-la? Por quê?
10. Você acredita que o Museu de Território será importante para uma maior divulgação e preservação da história de Galópolis? Por quê?
11. Você acredita que o Museu de Território será importante para algum outro aspecto cultural de Galópolis? E econômico? Por quê?

Bloco 3: memória e pertencimento

12. Você se sente parte de Galópolis?
13. Você se considera um sujeito que fez parte da história de Galópolis? Por quê?
14. Você acredita que existe uma identidade própria que seja característica dos moradores de Galópolis? Por quê? E qual seria?

15. Você conhece os pontos contemplados pelo Museu de Território de Galópolis? Você acha que eles propiciam a preservação da história local? E da identidade local? Por quê?

16. Em Galópolis nós temos uma série de locais de preservação patrimonial material – como o próprio Instituto Hércules Galló –, imaterial – como as vivências dentro da Vila Operária – e natural – como o Arroio Pinhal. Você adicionaria mais espaços ao Museu de Território para além dos 15 espaços elencados pelo projeto? Se sim, quais? Por quê?

Agradecimento / assinatura da carta de cessão de direitos / transcrição / avaliação pelo entrevistado / divulgação

APÊNDICE B - QUESTIONÁRIO *GOOGLE FORMS* PARA COLETA DE DADOS QUANTITATIVOS

Museu de Território de Galópolis: uma estratégia para a preservação do patrimônio industrial e identidade local

O presente formulário foi desenvolvido pela estudante do curso de História da Universidade de Caxias do Sul (UCS) Geovana Erlo com o intuito de descobrir qual o nível de conhecimento acerca de Galópolis, o projeto do Museu de Território que lá foi implantado e o grau de pertencimento à identidade e cultura local - temáticas que orientam o Trabalho de Conclusão de Curso da estudante em questão. As respostas aqui expressas serão utilizadas apenas para dados da pesquisa, não tendo os dados pessoais divulgados.

*Obrigatório

Dados pessoais

As respostas aqui expressas serão utilizadas apenas para dados da pesquisa, não sendo divulgados nomes e datas de nascimento. É de suma importância que estas informações sejam registradas para traçar um perfil de todos que possuem uma relação com Galópolis.

1. Qual seu nome?

2. Qual sua data de nascimento? *

3. Qual sua relação com Galópolis? *

Marque todas que se aplicam.

- Moro em Galópolis
- Trabalho em Galópolis
- Estudo em Galópolis
- Tenho familiares e/ou amigos que moram em Galópolis
- Já visitei Galópolis
- Já ouvi falar e/ou estudei sobre Galópolis
- Não tenho nenhuma relação com Galópolis
- Não sei / prefiro não opinar

Museu de Território de Galópolis e patrimônio cultural

O projeto do Museu de Território de Galópolis, encabeçado pelo Instituto Hércules Galló, visa a musealização do território patrimonializado da região, hoje bairro de Caxias do Sul (RS), auxiliando na preservação do patrimônio cultural, história, memória e pertencimento locais. Ele é composto por 15 espaços devidamente inventariados que remetem à construção de Galópolis, sendo eles:

1. INSTITUTO HÉRCULES GALLÓ;
2. CASCATA VÉU DE NOIVA;
3. ÁRVORE DAS GARÇAS;
4. ARMAZÉM BASSO;
5. COOPERATIVA DE CONSUMO;
6. CÍRCULO OPERÁRIO;
7. CINEMA OPERÁRIO;
8. LANIFÍCIO (hoje COOTEGAL);
9. PRAÇA DUQUE DE CAXIAS;
10. VILA OPERÁRIA;
11. IGREJA NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO;

DE POMPÉIA;
12. ESCOLA ISMAEL CHAVES BARCELOS;
13. ARROIO PINHAL;
14. CASA STRAGLIOTO; e
15. SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DE FIAÇÃO E TECELAGEM DO DISTRITO DE GALÓPOLIS.

4. Você conhece ou já ouviu falar sobre o Museu de Território de Galópolis? *

Marcar apenas uma oval.

- Sim
- Não
- Não sei / prefiro não opinar
- Outro: _____

5. Você teve/tem algum papel no processo de desenvolvimento e aplicação do projeto do Museu de Território de Galópolis? *

Marcar apenas uma oval.

- Sim
- Não
- Não sei / prefiro não opinar
- Outro: _____

6. Você conhece a história de Galópolis? *

Marcar apenas uma oval.

- Sim
- Não
- Não sei / prefiro não opinar
- Outro: _____

7. Você acha importante conhecer a história de Galópolis e preservá-la? *

Marcar apenas uma oval.

- Sim
- Não
- Não sei / prefiro não opinar
- Outro: _____

8. Você acredita que o Museu de Território será importante para uma maior divulgação e preservação da história de Galópolis? *

Marcar apenas uma oval.

- Sim
- Não
- Não sei / prefiro não opinar
- Outro: _____

9. Você acredita que o Museu de Território será importante para algum outro aspecto cultural ou econômico de Galópolis? *

Marcar apenas uma oval.

- Sim
- Não
- Não sei / prefiro não opinar
- Outro: _____

Memória e pertencimento

Essa seção é voltada à quem conhece Galópolis e possui alguma relação com a região. As perguntas aqui expressas não são obrigatórias, embora seja muito importante que aqueles que se encaixam no padrão citado anteriormente as respondam.

10. Você se sente parte de Galópolis?

Marcar apenas uma oval.

- Sim
- Não
- Não sei / prefiro não opinar
- Outro: _____

11. Você se considera um sujeito que fez parte da história de Galópolis?

Marcar apenas uma oval.

- Sim
- Não
- Não sei / prefiro não opinar
- Outro: _____

12. Você acredita que existe uma identidade própria que seja característica dos moradores de Galópolis?

Marcar apenas uma oval.

- Sim
- Não
- Não sei / prefiro não opinar
- Outro: _____

13. Você já visitou algum dos pontos contemplados pelo Museu de Território de Galópolis?

Marcar apenas uma oval.

- Sim
- Não
- Não sei / prefiro não opinar
- Outro: _____

14. **Você acha que os pontos contemplados pelo Museu de Território de Galópolis propiciam a preservação da história local e da identidade local?**

Marcar apenas uma oval.

- Sim
- Não
- Não sei / prefiro não opinar
- Outro: _____

15. **Em Galópolis existe uma série de locais de preservação patrimonial material – como o próprio Instituto Hércules Galló –, imaterial – como as vivências dentro da Vila Operária – e natural – como o Arroio Pinhal. Você adicionaria mais espaços ao Museu de Território para além dos 15 espaços elencados pelo projeto?**

Marcar apenas uma oval.

- Sim
- Não
- Não sei / prefiro não opinar
- Outro: _____

16. **Se você respondeu afirmativamente a questão anterior, quais seriam os pontos que você adicionaria ao Museu de Território de Galópolis?**

Muito obrigada por participar!

Suas respostas foram muito importantes para o desenvolvimento da pesquisa e da história local, tornando-se fontes históricas! Para conhecer mais sobre Galópolis e o projeto do Museu de Território, acesse o site do Instituto Hércules Galló (<http://www.herculesgallo.com.br/>) ou a página do Museu de Território de Galópolis no Facebook (<https://www.facebook.com/MuseuDeTerritorioDeGalopolis/>)!

Agradecemos sua participação!

APÊNDICE C - GRÁFICOS DO *GOOGLE FORMS*

1

Qual seu nome?

110 respostas

Janice Dobler
Roberta Basso Canale
Roberto Pedron
Ariete Sirtoli
Eduarda Isoton
Tiago Scariot Matté
Monica Menegol
Carlos Echer
Vanessa Dallegrove
Vanessa Isoton
Bibiane Felippi
Luana Pagliarin

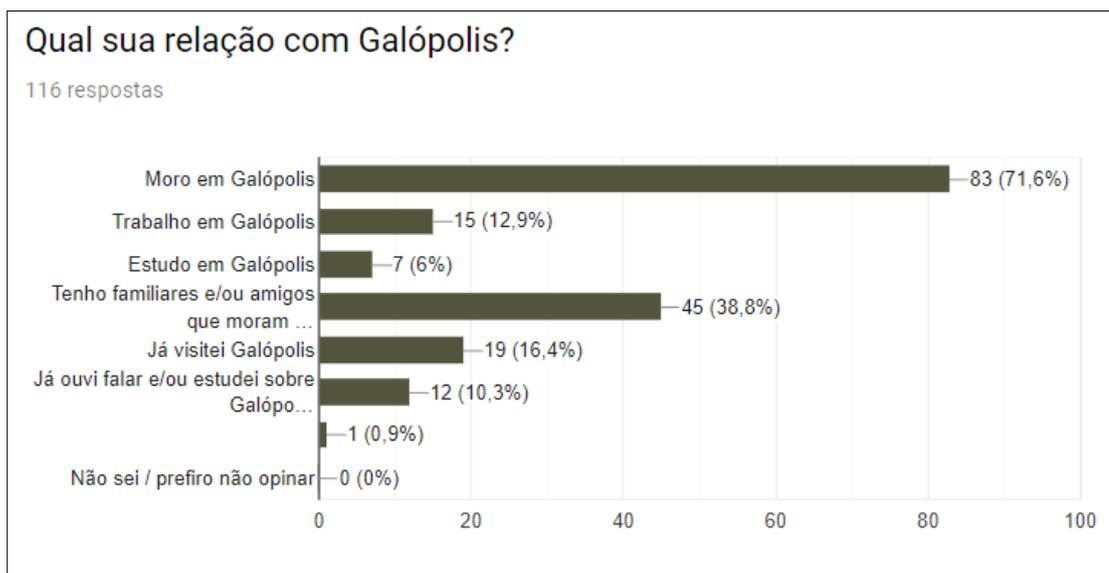
2

Qual sua data de nascimento?

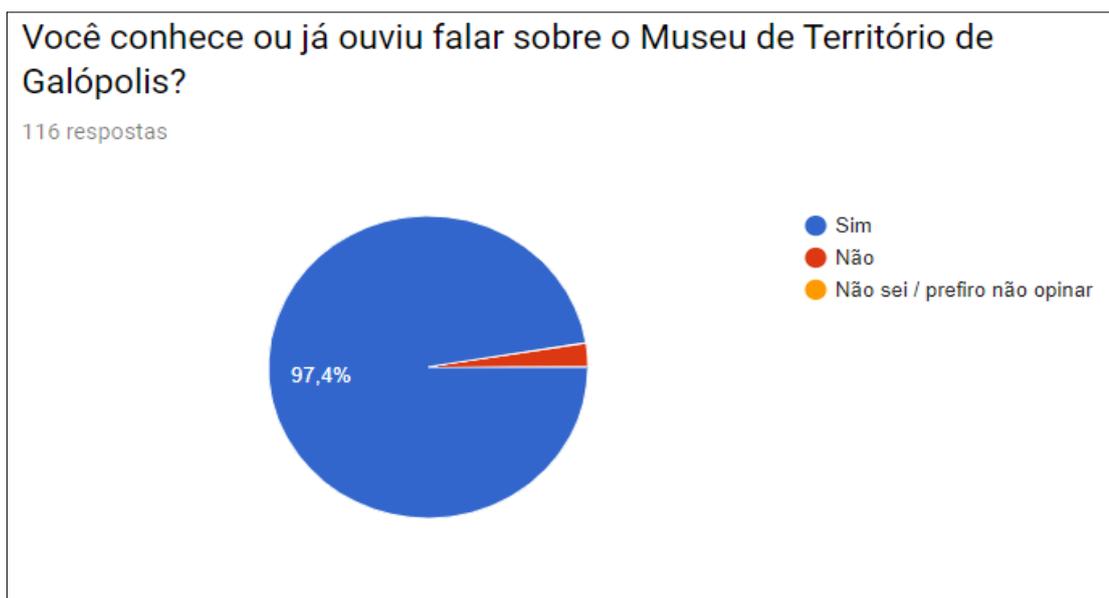
116 respostas

13/04/2003
22/05/1958
15/09/1984
26/09/1965
11/10/1985
28/10/1954
26/12/1994
18 abril 1959
04/05/1970
22 /05/1965
24/03/1987
13/10/1997

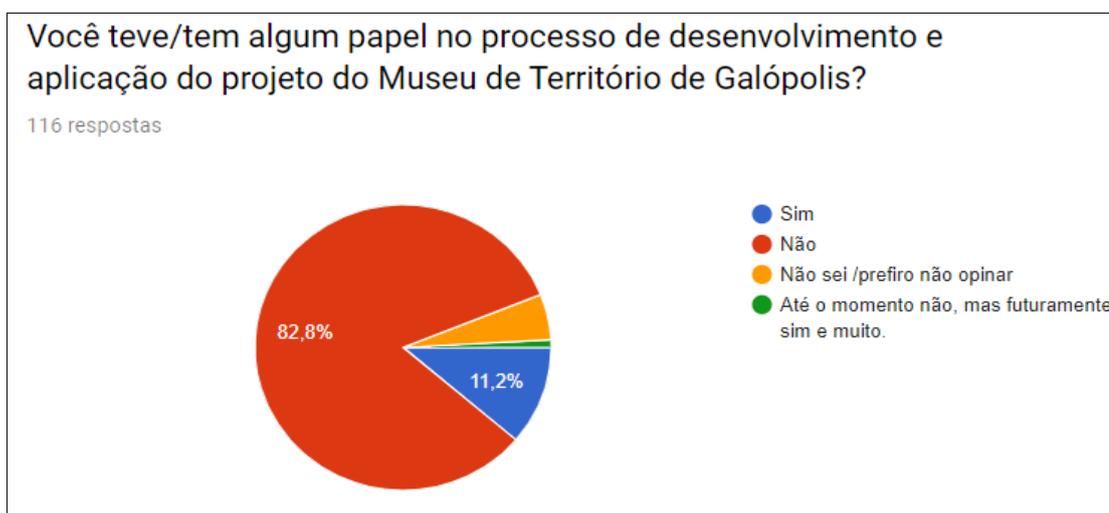
3



4



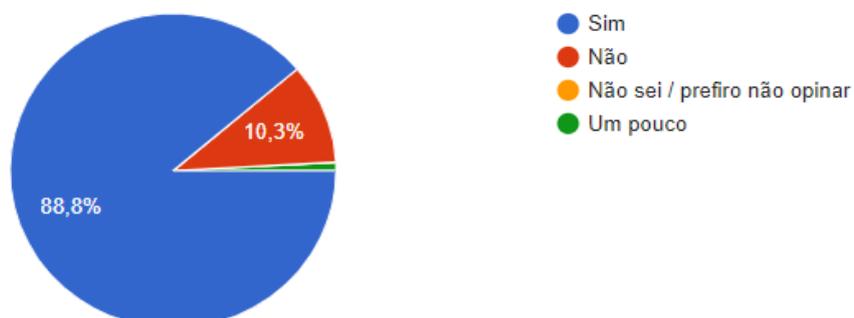
5



6

Você conhece a história de Galópolis?

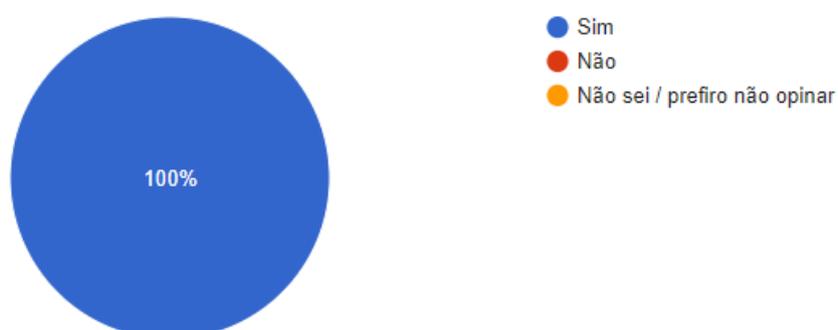
116 respostas



7

Você acha importante conhecer a história de Galópolis e preservá-la?

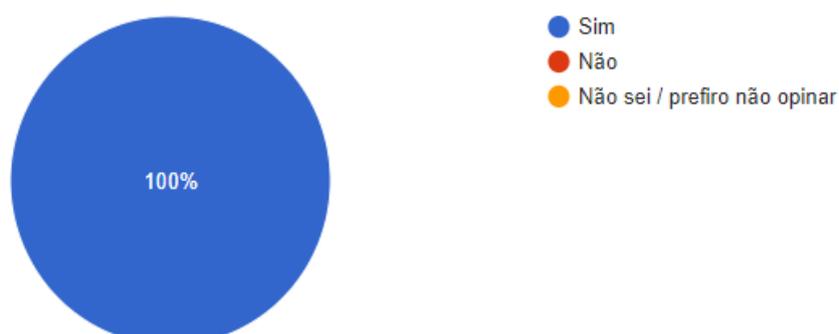
116 respostas



8

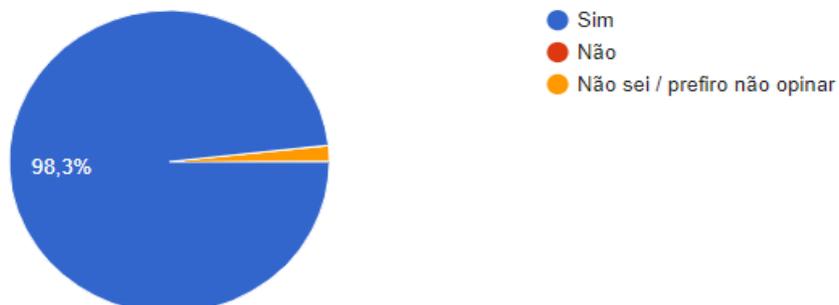
Você acredita que o Museu de Território será importante para uma maior divulgação e preservação da história de Galópolis?

116 respostas



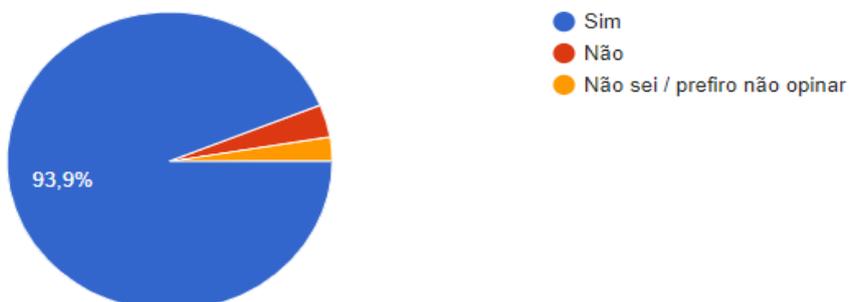
9 Você acredita que o Museu de Território será importante para algum outro aspecto cultural ou econômico de Galópolis?

116 respostas



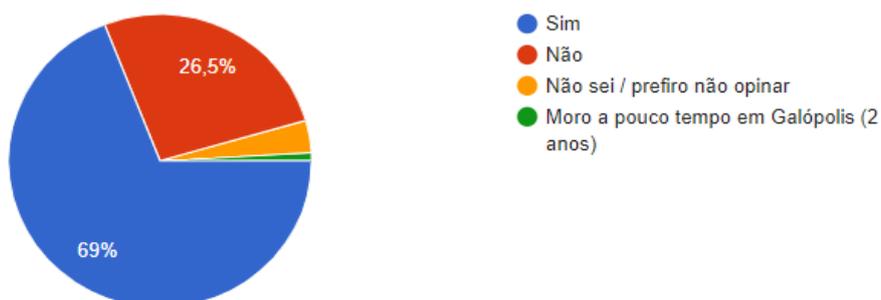
10 Você se sente parte de Galópolis?

114 respostas



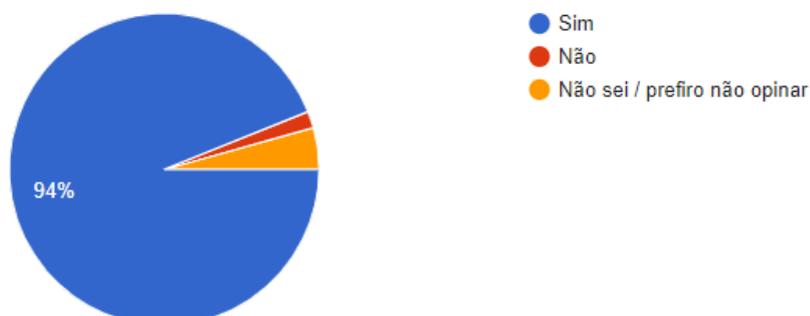
11 Você se considera um sujeito que fez parte da história de Galópolis?

113 respostas



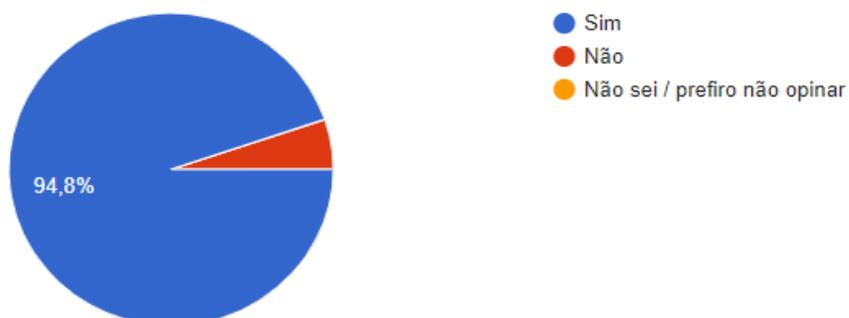
12 Você acredita que existe uma identidade própria que seja característica dos moradores de Galópolis?

116 respostas



13 Você já visitou algum dos pontos contemplados pelo Museu de Território de Galópolis?

116 respostas



14 Você acha que os pontos contemplados pelo Museu de Território de Galópolis propiciam a preservação da história local e da identidade local?

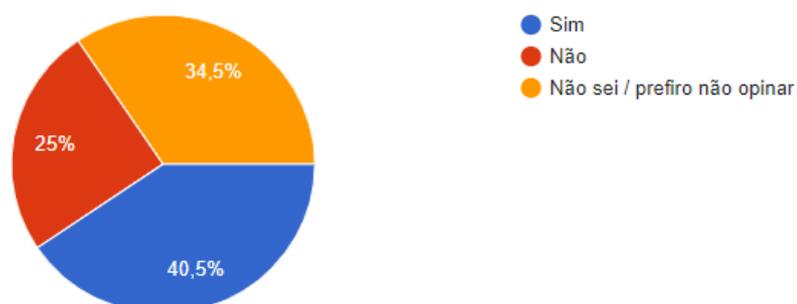
116 respostas



15

Em Galópolis existe uma série de locais de preservação patrimonial material – como o próprio Instituto Hércules Galló –, imaterial – como as vivências dentro da Vila Operária – e natural – como o Arroio Pinhal. Você adicionaria mais espaços ao Museu de Território para além dos 15 espaços elencados pelo projeto?

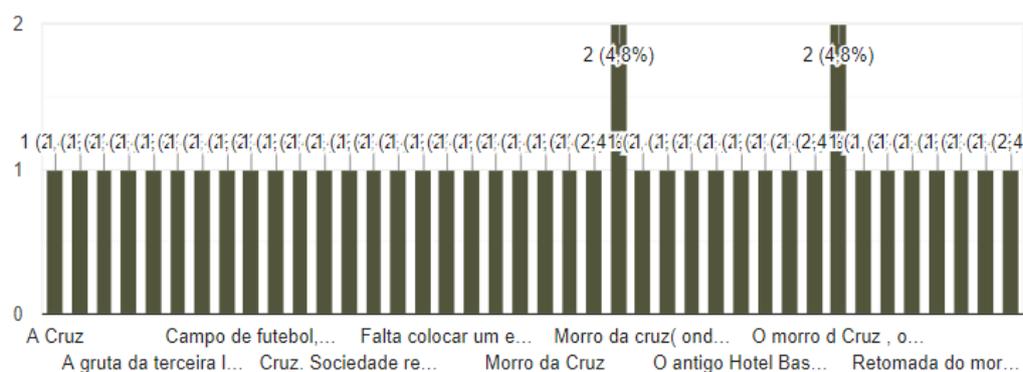
116 respostas



16

Se você respondeu afirmativamente a questão anterior, quais seriam os pontos que você adicionaria ao Museu de Território de Galópolis?

42 respostas



ANEXOS

ANEXO A - TERMO DE CESSÃO DE ENTREVISTA DE JOSÉ GALLÓ



INSTITUTO MEMÓRIA
HISTÓRICA E CULTURAL

TERMO DE CONCESSÃO DE ENTREVISTA

Jose Gallo (nome completo),
Brasileiro (nacionalidade), Casado
 (estado civil), Adm. de empresas (profissão), residente no
 endereço Av. Carlos Gomes, 400 1105, no município de
Porto Alegre, portador(a) do RG nº
6011890834 e inscrito no CPF sob nº 032767670-15.

Declaro que concedi entrevista para o Trabalho de Conclusão de Curso da acadêmica do curso de licenciatura em História, Geovana Erlo, intitulado MUSEU DE TERRITÓRIO DE GALÓPOLIS: UMA ESTRATÉGIA PARA A PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO INDUSTRIAL E IDENTIDADE LOCAL e autorizo o uso das informações constantes na entrevista para a finalidade da pesquisa que resultará na produção e publicação de uma monografia e um documentário sobre o tema.

Caxias do Sul, 27 de agosto de 2019.

Assinatura

Entrevistador(es):

ANEXO B - TERMO DE CESSÃO DE ENTREVISTA DE RENATO JOÃO DALL'AGNOL



INSTITUTO MEMÓRIA
HISTÓRICA E CULTURAL

TERMO DE CONCESSÃO DE ENTREVISTA

Renato João Dall'agnol (nome completo),
Brasileira (nacionalidade), Casado
(estado civil), Industriário (profissão), residente no
endereço Rua José Balte, nº 58, Galópolis, no município de
Caxias do Sul, portador(a) do RG nº
3025728597 e inscrito no CPF sob nº 34372539053.

Declaro que concedi entrevista para o Trabalho de Conclusão de Curso da acadêmica do curso de licenciatura em História, Geovana Erlo, intitulado MUSEU DE TERRITÓRIO DE GALÓPOLIS: UMA ESTRATÉGIA PARA A PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO INDUSTRIAL E IDENTIDADE LOCAL e autorizo o uso das informações constantes na entrevista para a finalidade da pesquisa que resultará na produção e publicação de uma monografia e um documentário sobre o tema.

Caxias do Sul, 03 de outubro de 2019.

Assinatura

Entrevistador(es):

ANEXO C - TERMO DE CESSÃO DE ENTREVISTA DE CHARLES TONET



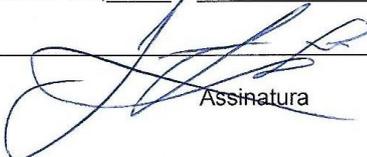
INSTITUTO MEMÓRIA
HISTÓRICA E CULTURAL

TERMO DE CONCESSÃO DE ENTREVISTA

Charles Tonet (nome completo),
Brasileiro (nacionalidade), cearua
(estado civil), jornalista (profissão), residente no
endereço Quilombo Belaçua 1990 - 202, no município de
Caxias do Sul, portador(a) do RG nº
5074405304 e inscrito no CPF sob nº 95681981087.

Declaro que concedi entrevista para o Trabalho de Conclusão de Curso da acadêmica do curso de licenciatura em História, Geovana Erlo, intitulado MUSEU DE TERRITÓRIO DE GALÓPOLIS: UMA ESTRATÉGIA PARA A PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO INDUSTRIAL E IDENTIDADE LOCAL e autorizo o uso das informações constantes na entrevista para a finalidade da pesquisa que resultará na produção e publicação de uma monografia e um documentário sobre o tema.

Caxias do Sul, 11 de Outubro de 2019.


Assinatura

Entrevistador(es):

Geovana Erlo

ANEXO D - TERMO DE CESSÃO DE ENTREVISTA DE ROSA MARIA DILIGENTI



INSTITUTO MEMÓRIA
HISTÓRICA E CULTURAL

TERMO DE CONCESSÃO DE ENTREVISTA

Rosa Maria Diligenti (nome completo),
 _____ (nacionalidade), Brasileira
 (estado civil), Solteira / Secretária Executiva (profissão), residente no
 endereço R. Antônio Chaves nº 337, no município de
Galópolis - caxias do sul, portador(a) do RG nº
9073132825 e inscrito no CPF sob nº 311.282.540-34.

Declaro que concedi entrevista para o Trabalho de Conclusão de Curso da acadêmica do curso de licenciatura em História, Geovana Erlo, intitulado MUSEU DE TERRITÓRIO DE GALÓPOLIS: UMA ESTRATÉGIA PARA A PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO INDUSTRIAL E IDENTIDADE LOCAL e autorizo o uso das informações constantes na entrevista para a finalidade da pesquisa que resultará na produção e publicação de uma monografia e um documentário sobre o tema.

Caxias do Sul, 04 de outubro de 2019.

Rosa Maria Diligenti

Assinatura

Entrevistador(es):

Geovana Erlo

ANEXO E - TERMO DE CESSÃO DE ENTREVISTA DE OLIVIR JOSÉ NAVA



INSTITUTO MEMÓRIA
HISTÓRICA E CULTURAL

TERMO DE CONCESSÃO DE ENTREVISTA

OLIVIR JOSÉ NAVA (nome completo),
BRASILEIRO (nacionalidade), CASADO
 (estado civil), MILITAR REFORMADO (profissão), residente no
 endereço RUA DOM JOSÉ BAREA, 88 - GALÓPOLIS, no município de
CAXIAS DO SUL - RS, portador(a) do RG nº
 _____ e inscrito no CPF sob nº 200.912.220-87.

Declaro que concedi entrevista para o Trabalho de Conclusão de Curso da acadêmica do curso de licenciatura em História, Geovana Erlo, intitulado MUSEU DE TERRITÓRIO DE GALÓPOLIS: UMA ESTRATÉGIA PARA A PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO INDUSTRIAL E IDENTIDADE LOCAL e autorizo o uso das informações constantes na entrevista para a finalidade da pesquisa que resultará na produção e publicação de uma monografia e um documentário sobre o tema.

Caxias do Sul, 04 de Outubro de 2019.

Olivir José Nava

Assinatura

Entrevistador(es):

Geovana Erlo

ANEXO F - TERMO DE CESSÃO DE ENTREVISTA DE RENATO SOLIO



INSTITUTO MEMÓRIA
HISTÓRICA E CULTURAL

TERMO DE CONCESSÃO DE ENTREVISTA

RENATO SOLIO (nome completo),
BRASILEIRO (nacionalidade), CASADO
 (estado civil), ARQUITETO (profissão), residente no
 endereço S. MARCOS LINHA FEIJÓ, no município de
CAXIAS DO SUL, portador(a) do RG nº
 e inscrito no CPF sob nº 248.737.560-49.

Declaro que concedi entrevista para o Trabalho de Conclusão de Curso da acadêmica do curso de licenciatura em História, Geovana Erlo, intitulado MUSEU DE TERRITÓRIO DE GALÓPOLIS: UMA ESTRATÉGIA PARA A PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO INDUSTRIAL E IDENTIDADE LOCAL e autorizo o uso das informações constantes na entrevista para a finalidade da pesquisa que resultará na produção e publicação de uma monografia e um documentário sobre o tema.

Caxias do Sul, 31 de OUTUBRO de 2019.

Renato Solio

Assinatura

Entrevistador(es):

Geovana Erlo

ANEXO G - TERMO DE CESSÃO DE ENTREVISTA DE MARIA LOURDES DILIGENTI COMERLATO



INSTITUTO MEMÓRIA
HISTÓRICA E CULTURAL

TERMO DE CONCESSÃO DE ENTREVISTA

Maria Lourdes Diligenti Comerlato (nome completo),
 _____ (nacionalidade), Brasileira-Professora
 (estado civil), viúva (profissão), residente no
 endereço Rua Pedro Chaves nº 384, no município de
Caxias do Sul, portador(a) do RG nº
7029825648 e inscrito no CPF sob nº 195.428.520-53.

Declaro que concedi entrevista para o Trabalho de Conclusão de Curso da acadêmica do curso de licenciatura em História, Geovana Erlo, intitulado MUSEU DE TERRITÓRIO DE GALÓPOLIS: UMA ESTRATÉGIA PARA A PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO INDUSTRIAL E IDENTIDADE LOCAL e autorizo o uso das informações constantes na entrevista para a finalidade da pesquisa que resultará na produção e publicação de uma monografia e um documentário sobre o tema.

Caxias do Sul, 08 de outubro de 2019.

Maria Lourdes Diligenti Comerlato

Assinatura

Entrevistador(es):

Geovana Erlo

ANEXO H - TERMO DE CESSÃO DE ENTREVISTA DE VANIA BEATRIZ MERLOTTI HERÉDIA



INSTITUTO MEMÓRIA
HISTÓRICA E CULTURAL

TERMO DE CONCESSÃO DE ENTREVISTA

VANIA B.M. HERÉDIA (nome completo),
 _____ (nacionalidade), BRASILEIRA
 (estado civil), CASADA (profissão), residente no
 endereço RODOLFO FELIX LANER 1032, no município de
 _____, portador(a) do RG nº
 _____ e inscrito no CPF sob nº 25744541053.

Declaro que concedi entrevista para o Trabalho de Conclusão de Curso da acadêmica do curso de licenciatura em História, Geovana Erlo, intitulado MUSEU DE TERRITÓRIO DE GALÓPOLIS: UMA ESTRATÉGIA PARA A PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO INDUSTRIAL E IDENTIDADE LOCAL e autorizo o uso das informações constantes na entrevista para a finalidade da pesquisa que resultará na produção e publicação de uma monografia e um documentário sobre o tema.

Caxias do Sul, 27 de Setembro de 2019.

Impedida
 Assinatura

Entrevistador(es):

Geovana Erlo

ANEXO I - TERMO DE CESSÃO DE ENTREVISTA DE LÍDIA MARIA NICOLETTI CANALE



INSTITUTO MEMÓRIA
HISTÓRICA E CULTURAL

TERMO DE CONCESSÃO DE ENTREVISTA

LÍDIA MARIA NICOLETTI CANALE (nome completo),
BRASILEIRA (nacionalidade), VIÚVA
(estado civil), ARQUITETA (profissão), residente no
endereço R. HÉRCULES GALLO, 166 - GALÓPOLIS, no município de
CAXIAS DO SUL, portador(a) do RG nº
4022.293957 e inscrito no CPF sob nº 945.895.340-53.

Declaro que concedi entrevista para o Trabalho de Conclusão de Curso da acadêmica do curso de licenciatura em História, Geovana Erlo, intitulado MUSEU DE TERRITÓRIO DE GALÓPOLIS: UMA ESTRATÉGIA PARA A PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO INDUSTRIAL E IDENTIDADE LOCAL e autorizo o uso das informações constantes na entrevista para a finalidade da pesquisa que resultará na produção e publicação de uma monografia e um documentário sobre o tema.

Caxias do Sul, 02 de OUTUBRO de 2019.

Lidia Maria Nicoletti Canale

Assinatura

Entrevistador(es):

GEOVANA ERLO

ANEXO J - TERMO DE CESSÃO DE ENTREVISTA DE MARIA ANGELA FASOLO



INSTITUTO MEMÓRIA
HISTÓRICA E CULTURAL

TERMO DE CONCESSÃO DE ENTREVISTA

Maria Angela Fasolo (nome completo),
Brasileira (nacionalidade), solteira
(estado civil), Professora aposentada (profissão), residente no
endereço Rua Nelson Gimms de Oliveira, no município de
Caxias do Sul, portador(a) do RG nº
_____ e inscrito no CPF sob nº 24861812020.

Declaro que concedi entrevista para o Trabalho de Conclusão de Curso da acadêmica do curso de licenciatura em História, Geovana Erlo, intitulado MUSEU DE TERRITÓRIO DE GALÓPOLIS: UMA ESTRATÉGIA PARA A PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO INDUSTRIAL E IDENTIDADE LOCAL e autorizo o uso das informações constantes na entrevista para a finalidade da pesquisa que resultará na produção e publicação de uma monografia e um documentário sobre o tema.

Caxias do Sul, 02 de outubro de 2019.

Maria Angela Fasolo

Assinatura

Entrevistador(es):

GEOVANA ERLO

ANEXO K - TERMO DE CESSÃO DE ENTREVISTA DE CARMEN FASOLO



INSTITUTO MEMÓRIA
HISTÓRICA E CULTURAL

TERMO DE CONCESSÃO DE ENTREVISTA

Carmen Fasolo (nome completo),
 _____ (nacionalidade), Brasileira
 (estado civil), solteira, prof. Aposentada (profissão), residente no
 endereço Moreira Cesar 1037 4º 404, no município de
Caxias do Sul, portador(a) do RG nº
6005645424 e inscrito no CPF sob nº 16769082004.

Declaro que concedi entrevista para o Trabalho de Conclusão de Curso da acadêmica do curso de licenciatura em História, Geovana Erlo, intitulado MUSEU DE TERRITÓRIO DE GALÓPOLIS: UMA ESTRATÉGIA PARA A PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO INDUSTRIAL E IDENTIDADE LOCAL e autorizo o uso das informações constantes na entrevista para a finalidade da pesquisa que resultará na produção e publicação de uma monografia e um documentário sobre o tema.

Caxias do Sul, 02 de Outubro de 2019.

Carmen Fasolo

 Assinatura

Entrevistador(es):

GEOVANA ERLO

ANEXO L - TERMO DE CESSÃO DE ENTREVISTA DE LÓRIS MARIA FORMOLO



INSTITUTO MEMÓRIA
HISTÓRICA E CULTURAL

TERMO DE CONCESSÃO DE ENTREVISTA

Lóris Maria Formolo (nome completo),
 (nacionalidade), Brasileira
 (estado civil), solteira - Comerciante (profissão), residente no
 endereço Av. Presidente Vargas nº 539, no município de
Caxias do Sul (Galópolis) portador(a) do RG nº
601 261 9794 e inscrito no CPF sob nº 539 16 66 20 - 15

Declaro que concedi entrevista para o Trabalho de Conclusão de Curso da acadêmica do curso de licenciatura em História, Geovana Erlo, intitulado MUSEU DE TERRITÓRIO DE GALÓPOLIS: UMA ESTRATÉGIA PARA A PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO INDUSTRIAL E IDENTIDADE LOCAL e autorizo o uso das informações constantes na entrevista para a finalidade da pesquisa que resultará na produção e publicação de uma monografia e um documentário sobre o tema.

Caxias do Sul, 04 de Outubro de 2019.

Lóris Maria Formolo

Assinatura

Entrevistador(es):

Geovana Erlo

ANEXO M - TERMO DE CESSÃO DE ENTREVISTA DE MARIA PATRÍCIA PINTO



INSTITUTO MEMÓRIA
HISTÓRICA E CULTURAL

TERMO DE CONCESSÃO DE ENTREVISTA

Maria Patrícia Pinto (nome completo),
 (nacionalidade), BRASILEIRA
 (estado civil), CASADA (profissão), residente no
 endereço ESTÉTICISTA, no município de
CAXIAS DO SUL, portador(a) do RG nº
6049222943 e inscrito no CPF sob nº 504.870.780-04.

Declaro que concedi entrevista para o Trabalho de Conclusão de Curso da acadêmica do curso de licenciatura em História, Geovana Erlo, intitulado MUSEU DE TERRITÓRIO DE GALÓPOLIS: UMA ESTRATÉGIA PARA A PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO INDUSTRIAL E IDENTIDADE LOCAL e autorizo o uso das informações constantes na entrevista para a finalidade da pesquisa que resultará na produção e publicação de uma monografia e um documentário sobre o tema.

Caxias do Sul, 28 de NOVEMBRO de 2019.

Maria Patrícia Pinto
 Assinatura

Entrevistador(es):

Geovana Erlo

ANEXO N - TERMO DE CESSÃO DE ENTREVISTA DE MÁRIO VITOR PINTO



INSTITUTO MEMÓRIA
HISTÓRICA E CULTURAL

TERMO DE CONCESSÃO DE ENTREVISTA

Mário Vitor Pinto (nome completo),
(nacionalidade), BRASILEIRO
(estado civil), CASADO (profissão), residente no
endereço CABELEIRAS - BR 116 N° 393, no município de
CAXIAS DO SUL, portador(a) do RG nº
1039074206 e inscrito no CPF sob nº 385134200-34.

Declaro que concedi entrevista para o Trabalho de Conclusão de Curso da acadêmica do curso de licenciatura em História, Geovana Erlo, intitulado MUSEU DE TERRITÓRIO DE GALÓPOLIS: UMA ESTRATÉGIA PARA A PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO INDUSTRIAL E IDENTIDADE LOCAL e autorizo o uso das informações constantes na entrevista para a finalidade da pesquisa que resultará na produção e publicação de uma monografia e um documentário sobre o tema.

Caxias do Sul, 31 de Outubro de 2019.

Assinatura

Entrevistador(es):

Geovana Erlo

ANEXO O - TERMO DE CESSÃO DE ENTREVISTA DE ZILÁ MARIA FELIPPI VIAL



INSTITUTO MEMÓRIA
HISTÓRICA E CULTURAL

TERMO DE CONCESSÃO DE ENTREVISTA

ZILÁ MARIA FELIPPI VIAL (nome completo),
 _____ (nacionalidade), Brasil,
 (estado civil), Viúva - Profess. Aposent (profissão), residente no
 endereço Rua Mateo Gianella 1260, no município de
Caxias do Sul, portador(a) do RG nº
4026276263 e inscrito no CPF sob nº 117928090-34.

Declaro que concedi entrevista para o Trabalho de Conclusão de Curso da acadêmica do curso de licenciatura em História, Geoyana Erlo, intitulado MUSEU DE TERRITÓRIO DE GALÓPOLIS: UMA ESTRATÉGIA PARA A PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO INDUSTRIAL E IDENTIDADE LOCAL e autorizo o uso das informações constantes na entrevista para a finalidade da pesquisa que resultará na produção e publicação de uma monografia e um documentário sobre o tema.

Caxias do Sul, 08 de novembro de 2019.

Zilá Maria Felippi Vial

 Assinatura

Entrevistador(es):

Geoyana Erlo

ANEXO P - TERMO DE CESSÃO DE ENTREVISTA DE LUIZ ANTÔNIO FELLIPPI



INSTITUTO MEMÓRIA
HISTÓRICA E CULTURAL

TERMO DE CONCESSÃO DE ENTREVISTA

LUIZ ANTÔNIO FELLIPPI (nome completo),
BRASILEIRO (nacionalidade), CASADO
 (estado civil), COMERCIANTE (profissão), residente no
 endereço RUA ISMAEL CHAVES, 161 - GALÓPOLIS, no município de
CAXIAS DO SUL, portador(a) do RG nº
3036818031 e inscrito no CPF sob nº 069269110-00.

Declaro que concedi entrevista para o Trabalho de Conclusão de Curso da acadêmica do curso de licenciatura em História, Geovana Erlo, intitulado MUSEU DE TERRITÓRIO DE GALÓPOLIS: UMA ESTRATÉGIA PARA A PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO INDUSTRIAL E IDENTIDADE LOCAL e autorizo o uso das informações constantes na entrevista para a finalidade da pesquisa que resultará na produção e publicação de uma monografia e um documentário sobre o tema.

Caxias do Sul, 08 de OUTUBRO de 2019.

Luiz R. Felippi

Assinatura

Entrevistador(es):

GEOVANA ERLO